

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ISMAEL GONÇALVES ALVES**

**FACES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SETOR CARBONÍFERO  
CATARINENSE:**

**(CRICIÚMA, 1930 – 1960)**

**FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ISMAEL GONÇALVES ALVES**

**AS FACES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SETOR CARBONÍFERO  
CATARINENSE:  
(CRICIÚMA, 1930 – 1960)**

Dissertação apresentada para o exame de qualificação do Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Maria de Fávero Arend

**FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA**

**2009**

**ISMAEL GONÇALVES ALVES**

**AS FACES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SETOR CARBONÍFERO  
CATARINENSE:  
(CRICIÚMA, 1930 – 1960)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, no curso de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvia Maria Fávero Arend  
Orientadora – UDESC

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Vosne Martins  
UFPR

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene de Faveri  
UDESC

**Florianópolis, 17 de fevereiro de 2009**

À todos os moradores(as) da vila operária  
Próspera. À Maria e Amauri, meus pais;  
Sandra, Cléia, Rachel e Mirian, minhas irmãs.

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram às pessoas que de alguma forma contribuíram para que esta dissertação chegasse ao seu fim e, é para elas que ficam aqui registrados os meus eternos agradecimentos.

Primeiramente a Professora Doutora Silvia Maria de Fávero Arend, amiga e orientadora, que durante longas conversas, entre discussões teórico-metodológicas e boas risadas, apontou-me os caminhos que deveriam ser percorridos.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina fica aqui registrada toda a minha gratidão.

Agradeço também a Professora Doutora Marlene de Faveri e ao Professor Doutor Emerson César de Campos, pelas sugestões realizadas durante o exame de qualificação que possibilitou-me o vislumbramento de novos horizontes.

À todos os colegas da turma de mestrado de 2007, em especial aos amigos Izani, Ana Cláudia, Cleber, Marcelo, Antero, e Arnaldo, com quem dividi boas aventuras nas cercanias de Florianópolis e São José.

À Universidade do Estado de Santa Catarina e a CAPES, pela oportunidade de cursar no ensino público e, obter por meio da bolsa dedicação integral para a concretização da pesquisa.

À Marli de Oliveira Costa e Giani Rabelo, que com atenção e gentileza incentivaram-me rumo à realização deste trabalho.

Aos meus pais, Amauri Alves e Maria Gonçalves Alves, grandes incentivadores e depositantes de uma confiança incondicional.

Às minhas irmãs, Sandra, Cléia, Rachel e Miriam, que souberam compreender minhas ausências.

Enfim, a todos os colaboradores, o meu muito obrigado!

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas; nas ruas de subúrbio, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer a minha poesia, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

## RESUMO

A partir da instalação das primeiras companhias mineradoras na cidade de Criciúma, um grande contingente populacional, oriundo principalmente das regiões litorâneas migrou para o município em busca de empregos no setor carbonífero. Entre os anos de 1930 e 1960, a extração do carvão mineral chegou a seu ápice, gerando uma série de problemas no campo social. Neste mesmo período, instalaram-se na cidade autarquias governamentais, entidades civis e congregações religiosas, com intuito de implementar junto às populações mineiras uma série de políticas públicas voltadas à assistência social. As vilas operárias do complexo carbonífero criciumense foram o principal espaço de atuação destas instituições. Dentre estas, a vila operária Próspera, a maior e mais densamente povoada e de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional, tornou-se alvo de inúmeros projetos assistenciais tinham por objetivo disciplinar o operariado dentro e fora da fábrica. Gerenciados pela própria empresa mineradora e financiados pelo SESI-SC parte destes trabalhos foi realizado pela congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que através de uma série de cursos populares, tentaram introduzir entre as famílias de mineiros práticas e valores da norma familiar burguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas. Pequenas Irmãs da Divina Providência. Norma familiar burguesa. Vila operária Próspera. População Mineira.



## ABSTRACT

From the installation of the first coal mine companies at the town of Criciúma, a ample contingent populational, coming mostly from coastal regions migrating to the city and looking for jobs at the coal sector. Between the years 1930 and 1960, the extraction of coal reached a peak, creating a series of problems in the social field. In this same period, they anchor at the citty autarchies governmental, civil entities and religious associations, having as a goal implement with the miner population a series of public policies looking for social assistance. The villages of the coal mine complex it was the principal space of action of these institutions. The village of Próspera was the biggest and more populational village, beeing property of National steel metallurgy Company (Companhia Siderúrgica Nacional), became the principal place for inumerous assistance projects, having for objective disciplinary the workers inside and outside the factory. Manager by the coal mine companny and financial by SESI SC. Part of these workers were realized by the assembly from the Congregation of little sisters of divine providence, by series of popular courses,tryed to introduce between the miners families practices and values from bourgeoisie familiar norms.

**KEY-WORD:** Public policies. Little Sisters of Divine Providence. Bourgeoisie familiar norms. Village worker Próspera. Miner population .

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Vista parcial das instalações da Carbonífera Próspera S.A.....	61
<b>Figura 02:</b> Mapa de Criciúma com destaque para a vila operária Próspera.....	62
<b>Figura 03:</b> Construção da Chaminé da usina de eletricidade da Carbonífera Próspera S.A...64	
<b>Figura 04:</b> Vista parcial da vila operária Próspera.....	65
<b>Figura 05:</b> Vista parcial da vila operária Próspera.....	68
<b>Figura 06:</b> Vista parcial da vila operária Próspera.....	73
<b>Figura 07:</b> Novas habitações operárias.....	78
<b>Figura 08:</b> Vista parcial da vila operária Próspera, na qual pode-se observar os dois estilos de casas existentes.....	79
<b>Figura 09:</b> Local onde as mulheres se reuniam para lavar as roupas.....	90
<b>Figura 10:</b> Casa Assistencial Imaculada Conceição.....	102
<b>Figura 11:</b> Visita domiciliar a uma residência da vila operária Próspera.....	105
<b>Figura 12:</b> Chuveiro público construído na vila operária Próspera.....	108
<b>Figura 13:</b> Visitas domiciliares.....	111
<b>Figura 14:</b> Campanha das hortas comunitárias.....	114
<b>Figura 15:</b> Curso de Arte Culinária, preparo dos alimentos.....	119
<b>Figura 16:</b> Curso de Arte Culinária realizado na vila operária Próspera.....	120
<b>Figura 17:</b> Serviço Prático de Costura realizado na vila operária Próspera.....	122
<b>Figura 18:</b> Resultados do Serviço Prático de Costura realizado na vila operária Próspera..	123
<b>Figura 19:</b> Grupo das Floristas.....	124
<b>Figura 20:</b> Dia festivo.....	125

<b>Figura 21:</b> Primeira turma formada no curso de Enfermagem Caseira.....	127
<b>Figura 22:</b> Visita domiciliar feita por uma das alunas do Curso de Enfermagem Caseira....	129
<b>Figura 23:</b> Curso de Puericultura, banho de recém-nascido.....	135
<b>Figura 24:</b> Dia de banho para as crianças.....	136
<b>Figura 25:</b> Vista parcial do pátio de uma casa operária onde se pode perceber o convívio de crianças e animais domésticos.....	137
<b>Figura 26:</b> Concurso de robustez infantil – Dia das Crianças.....	139
<b>Figura 27:</b> Grupo das Violetas.....	141
<b>Figura 28:</b> Exposição dos trabalhos.....	142
<b>Figura 29:</b> Brincadeiras dos meninos no pátio da Casa Assistencial da Imaculada Conceição.....	143
<b>Figura 30:</b> Esporte Clube Michel.....	144
<b>Figura 31:</b> Dia de treino do Esporte Clube Michel.....	145
<b>Figura 32:</b> Procissão da primeira comunhão.....	147
<b>Figura 33:</b> Almoçeiros/as.....	148

**LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1:** Quadro de trabalhadores das diversas companhias carboníferas que operavam em Criciúma.....23
- Tabela 2:** Índice de infectados e óbitos resultantes da contaminação por febre tifóide.....34
- Tabela 3:** Relações de mercadorias fornecidas pelos postos de abastecimento do SESI.....42
- Tabela 4:** Distribuição das verbas do Plano do Carvão Nacional em 1956.....51

## LISTA DE ABREVIATURAS

CBCA – Companhia Carbonífera Brasileira Araranguá

CEPECAN – Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional

CEPCAN – Comissão do Plano do Carvão Nacional

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FIESC – Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina

IAPETC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores de Cargas

LBA – Legião Brasileira de Assistência

SATC – Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão

SCAN – Sociedade Criciumense de Apoio aos Necessitados

SENAI – Serviço Nacional de Indústria

SESI – Serviço Social da Indústria

SOLTECA – Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A.

UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. GERIR A POPULAÇÃO NO DETALHE: RELATÓRIOS E DIAGNÓSTICOS.....</b>	<b>19</b>
1.1 Departamento Nacional de Produção Mineral: em cena as condições sanitárias da cidade.....	24
1.2 SESI: a promoção do bem-estar operário em benefício da indústria.....	38
1.3 CEPCAN: modernização e assistência nas terras do carvão.....	47
<b>2. A VILA OPERÁRIA PRÓSPERA: ENTRE DISCURSOS, PRÁTICAS E SOCIABILIDADES.....</b>	<b>57</b>
2.1 Carbonífera Próspera S.A.: a tentativa da construção de um espaço disciplinar.....	57
2.2 Em cena as famílias litorâneas.....	79
2.3 Espaços e sociabilidades femininas: a venda, o açougue e o lavadouro.....	84
2.4 Mina, boteco e Maracangalha: noitadas alegres em antros sórdidos.....	90
<b>3. AS PEQUENAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA NA VILA OPERÁRIA PRÓSPERA.....</b>	<b>97</b>
3.1 Sintonia de objetivos: Igreja Católica, Carbonífera Próspera e o SESI-SC.....	97
3.2 Higiene da casa e do corpo.....	102
3.4 <i>Familiarização</i> dos operários.....	107
3.5 Cozinheiras, costureiras e enfermeiras.....	114
3.4 Desde pequeninos bons trabalhadores católicos.....	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

Caminhar pelas ruas dos bairros operários do município de Criciúma, localizado no sul do estado de Santa Catarina, remete a um tempo onde a pujança da extração do carvão mineral imprimira profundas marcas no espaço urbano e na vida das pessoas. A descoberta das jazidas de carvão em solo catarinense remota ao século XIX, mas foi somente com o advento da Primeira Guerra Mundial, que restringiu expressivamente o acesso das empresas brasileiras a este combustível fóssil, que governo republicano iniciou um plano de incentivos aos empreendimentos voltados para a produção de matérias primas e combustíveis energéticos. Em Criciúma, as atividades mineradoras tiveram seu início em 1917, com a abertura da mina Paulo Frontin, de propriedade da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA. A partir deste período, o processo de industrialização baseado na extração do carvão tomou conta da região Criciúma e, só teria fim em 1991 com a privatização da mais importante companhia de mineração do município, a Carbonífera Próspera S.A.

Entre os anos de 1930 e 1960, a produção do carvão em Criciúma chegou ao seu ápice com a instalação de um grande número de companhias mineradoras. Nesta mesma época, órgãos governamentais e entidades civis e religiosas uniram seus esforços no sentido de implementar ações no campo do social de grande impacto para a população mineira. Estas ações já foram tema de estudo de quatro importantes investigações: a dissertação de mestrado intitulada “Artes de viver: recriando e reinventando espaços – memórias das famílias da vila operária Próspera, Criciúma (1945 – 1961)”, da historiadora Marli de Oliveira Costa; a dissertação escrita pelo historiador Carlos Renato Carola denominada “Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)” bem como sua tese de doutorado “Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)”; e a tese de doutorado da educadora Giane Rabelo, que como título “Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX”. Estes estudos abordaram vários aspectos das

políticas sociais direcionadas aos trabalhadores do carvão em Santa Catarina e suas famílias no século XX, bem como possibilitaram que novas indagações fossem lançadas.

Nesta dissertação, por sua vez, procuramos conhecer outras faces das políticas sociais instituídas no município de Criciúma para as famílias dos mineiros, entre 1930 e 1960. Centramos o foco da investigação na análise das ações levadas a cabo pelos médicos sanitaristas que atuavam na cidade e pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência para os homens, mulheres e crianças que habitavam no referido período, na vila operária Próspera. Procuraremos descrever as práticas e os discursos, uma vez que estas duas instâncias, neste caso, se encontravam imbricadas.

Durante a década de 1930, sob a direção de Júlio Gaidzinski e Jorge da Cunha Carneiro, que assumiram o controle acionário da empresa da Sociedade Carbonífera Próspera S.A., foi iniciada a construção das primeiras vilas operárias de propriedade da empresa. Entre estas, se destacava à vila operária Próspera na cidade de Criciúma. Em 1953, a Sociedade Carbonífera Próspera S.A. foi incorporada ao parque produtivo da principal siderúrgica estatal do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Paulatinamente, a vila operária Próspera tornou-se a mais importante da localidade habitacional do município, em função de seu tamanho e de seu elevado contingente populacional. O fato dos operários da CSN — os mais bem remunerados da região e que, por isso, deveriam ser os mais produtivos —, a partir de 1953 habitarem nesta vila, colaborou ainda mais neste sentido.

Elegemos as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 para realizar esta análise, pois neste período, como afirmamos, foram idealizadas pelos representantes do Estado, das empresas mineradoras, das instituições religiosas, etc., um conjunto de ações que tinha por objetivo tornar o operário que trabalhava no setor carbonífero do município de Criciúma eficiente e disciplinado no interior da fábrica e no espaço doméstico. Estas ações, diferentes da instituídas no século XIX e início do XX no campo do social no Brasil, podem ser descritas como políticas sociais. O termo política social popularizou-se, após a Segunda Guerra Mundial, sob o enfoque das políticas econômicas Keynesiana e do *New Deal* introduzidas nos países europeus e da América do Norte.<sup>1</sup> As políticas sociais caracterizam-se pela planificação, pela demanda de recursos financeiros e objetivam atingir determinados setores da população. As políticas sociais que serão investigadas possuem caráter assistencial, ou seja, estas ações operaram, sobretudo, no âmbito da reprodução da classe social.

---

<sup>1</sup> VASSEUR, Paul. **Protection de l'enfance et cohésion sociale du IVe au XXe siècle**. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 248.



As vilas operárias em diversas regiões do Brasil foram identificadas como os focos disseminadores de doenças endêmicas e acabaram tornando-se alvo preferencial dos movimentos realizados pelo saber médico-sanitarista nas primeiras décadas do século XX. Em Criciúma verificamos este mesmo movimento. Segundo os médicos sanitaristas, era necessário modificar o que se passava na família operária introduzindo os valores e práticas da norma familiar burguesa.<sup>2</sup> Esta árdua tarefa, no caso da vila operária Próspera, na década de 1950, ficou a cargo das Pequenas Irmãs da Divina Providência. A adoção de políticas assistenciais e a difusão da norma familiar burguesa para os homens, mulheres e crianças são processos antagônicos no se refere aos objetivos das ações. A historiadora Sílvia Maria Fávero Arend comenta sobre esta questão:

Na capital catarinense, nos anos de 1930, as ações assistencialistas desenvolviam-se de forma concomitante aos investimentos relativos à gestão da população que preconizavam a difusão da norma familiar burguesa para os trabalhadores. De maneira geral, a historiografia brasileira que versa sobre o tema da introdução da norma familiar burguesa nos grupos populares urbanos no período republicano não menciona a existência das políticas sociais consideradas assistencialistas. Mesmo estudos “clássicos” sobre a Era Vargas, como a obra de Alcir Lenharo, a “Sacralização da Política”, não abordam as duas temáticas de forma complementar. (...) Para o historiador social da família é de suma importância a percepção desses dois movimentos presentes na sociedade brasileira, ao longo do século XX, que têm em comum o objetivo de conservar o corpo-espécie. Todavia, os mesmos agem em direções contrárias, ou seja, as ações assistencialistas visam à reprodução de classe enquanto que os investimentos na normalização vislumbram a ascensão social dos pobres.<sup>3</sup>

As reflexões de Michel Foucault, Michel de Certeau e Martine Segalen subsidiaram grande parte das análises realizadas. Para Michel Foucault, a partir do século XVIII, população passou a ser entendida como a medida de riqueza do Estado. Proliferaram-se então mecanismos voltados para a gerência da população denominados pelo autor de bio-políticas. Esta nova modalidade de poder constitui-se em uma série de processos globais onde o objetivo final era a manutenção da vida: políticas de natalidade, campanhas de vacinação, controle de doenças, estatísticas, número de casamentos, nascimento e mortes, etc. É sobre a população e a cidade, seus efeitos e fenômenos, que as ações das bio-políticas tornaram-se mais visíveis. O biopoder não age somente sobre o indivíduo e seu corpo, mas sobre os fenômenos coletivos que podem afetá-lo, por isso, este precisa estar constantemente medindo, calculando e agindo sobre tais acontecimentos, no intuito de prolongar a vida e evitar a morte.

---

<sup>2</sup> Os valores e práticas da família nuclear burguesa serão exaustivamente discutidos aos longos dos capítulos, especialmente do terceiro.

<sup>3</sup> AREND, Sílvia Maria Fávero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 2002.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça.<sup>4</sup>

Michel de Certeau, afirma em sua obra *A invenção do Cotidiano*, que os indivíduos atuam no cotidiano. É nele que se encontra toda a potencialidade de rebeldia e também de dominação, é onde toda a vida humana é passível de uma normatização; mas é também, na vida cotidiana que se exercem as mais persistentes táticas, ou seja, “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”.<sup>5</sup> Já a socióloga Martine Segalen, ao discutir os impactos da industrialização sobre os operários franceses, cunha o conceito familiarização. Para a autora, “a força da instituição familiar, que não é somente objeto passivo das duras leis do destino econômico e social, mas antes pelo contrário, um local de resistência que consegue adaptar-se a diversas situações”.<sup>6</sup>

Para o estudo das políticas sociais idealizadas para as famílias dos mineiros que moravam na vila Próspera entre 1930 e 1960, foi utilizado um conjunto de fontes documentais escritas e orais. As fontes documentais escritas podem ser divididas em quatro blocos. O primeiro, compreende um conjunto de relatórios anuais redigidos pelos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para o Ministério da Agricultura, onde são descritas as atividades desenvolvidas no setor de produção e na assistência social relativos ao complexo carbonífero catarinense. O segundo mote, traz uma série de boletins onde são esmiuçadas as condições técnicas das minas de carvão do estado de Santa Catarina, bem como as condições sócio-econômicas da população mineira. Dentre estes, elencamos dois de fundamental importância para execução desta pesquisa: Higiene das minas de carvão de Santa Catarina e Problemas médicos-sociais da indústria carbonífera sul catarinense. O terceiro grupo, compreende o Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1953-1957), destinado ao Serviço Social da Indústria (SESI-SC), composto por fotos e textos que relatam as atividades desenvolvidas pelas freiras junto aos moradores da vila operária Próspera. Por último, os jornais *A Folha do Povo* e *Tribuna Criciumense* relativos às décadas de 1950 e 1960. De maneira geral estes documentos escritos apresentam as visões que as elites econômicas (empresários) e intelectuais (médicos, engenheiros e jornalistas) possuíam

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 281.

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 41.

<sup>6</sup> SEGALEN, Martine. **A revolução industrial**: do proletário ao burguês. in: (Orgs) BURGUIÈRE, André; et all. *História da família: o ocidente: industrialização e urbanização*. Volume 4. Lisboa: Terramar, 1999. p. 05.

das camadas populares da cidade de Criciúma no período em estudo. As fotografias presentes no relatório confeccionado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência para o SESI-SC e outras encontradas com particulares serão utilizadas apenas como ilustrações.

As entrevistas realizadas com a Irmã Cláudia Freitas, Ilda Pizzetti, Olindina Demboski, Maria Amâncio Alves e José da Silva foram de suma importância, pois através das memórias dos antigos moradores da vila foi possível conhecer outras visões não presentes na documentação escrita. Os homens e mulheres entrevistadas possuem entre 60 e 80 anos. Dentre estas, sem sombra de dúvida, destacam-se a da irmã Cláudia Freitas e de José da Silva pela riqueza de informações. Utilizamos também entrevistas realizadas por outros pesquisadores que já haviam sido publicadas em livros. Estas pessoas moraram na vila operária Próspera em algum momento de suas vidas. Ecléa Bosi reflete sobre a memória das pessoas mais velhas:

Nas lembranças de velhos [...] nos surpreendem por sua riqueza. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro, recupera um tempo que correu e aquelas coisas que, quando perdemos, nos fazem diminuir e morrer.<sup>7</sup>

Segundo o historiador Paul Thompson, a evidência oral é de particular valor para os historiadores que estudam o modo de vida dos operários, pois através dela é possível seguir por diversos caminhos que não os oficiais, contidos nos registros das empresas, dos sindicatos, das associações que apenas apontam vitórias e derrotas, que apesar de sua importância, restringem em muito a margem de manobra do historiador.<sup>8</sup> O uso da história oral abre uma infinidade de novas portas para a reflexão de um mesmo momento, já que cada narrador viveu e sentiu de maneiras diferentes uma mesma experiência, cada qual, com um olhar distinto sobre um mesmo episódio. O depoimento dos moradores revela fatos e acontecimentos esquecidos ou festejados como, greves, lutas por melhores salários, surtos endêmicos, possibilitando o confronto com as fontes tidas como oficiais. Neste sentido, “fazer história oral significa, [...] produzir conhecimentos científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros””.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 83.

<sup>8</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado – História oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 104-117.

<sup>9</sup> LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral. IN: (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 17.

A memória dos moradores da vila operária Próspera possibilitou ao historiador “chegar um pouco mais perto” da complexidade da chamada vida cotidiana. As lembranças trazem a superfície fragmentos das experiências individuais, encharcadas muitas vezes, de sentimentos e cicatrizes de um passado. Para David Lowenthal, “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem do hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.<sup>10</sup> Ecléa Bosi, ao comentar sobre Maurice Halbwachs, afirma que apesar de o homem só possuir memória do seu passado enquanto ser social, cada um traz em si uma forma única de inserção nos diversos meios em que atua, assim, cada memória individual é uma expressão, um ponto de vista da memória coletiva, variando a partir do lugar social que é ocupado e sua relação com o meio.<sup>11</sup> Além da utilização das fontes escritas e das orais, realizamos uma pequena etnografia pelas ruas da vila operária Próspera. É possível observar ainda à existência de construções que remontam ao período das atividades carboníferas, tais como, as casas, o escritório da empresa, o campo de futebol, a chaminé da usina, etc. Esta observação, em alguns momentos, auxiliou nas direções tomadas pela análise.

No primeiro capítulo, que se intitula “Gerir a população no detalhe: relatórios e diagnósticos”, inicialmente, fizemos uma pequena incursão sobre o desenvolvimento das atividades carboníferas em Criciúma e os seus impactos sobre a população operária, especialmente, sobre as condições sanitárias. Em seguida, analisamos como se processou a implementação de algumas políticas sociais voltadas para a população mineira.

No segundo capítulo, denominado “A vila operária Próspera: entre discursos, práticas e sociabilidades”, inicialmente efetuamos um pequeno histórico da vila operária Próspera no período estudado. Posteriormente, procuramos descrever algumas sociabilidades femininas e masculinas dos habitantes da vila. Parte destas relações sociais foi alvo das ações implementadas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência.

No terceiro capítulo, intitulada “As Pequenas Irmãs da Divina Providência na vila operária Próspera”, analisamos as ações instituídas pelo grupo de religiosas para os trabalhadores do carvão. Contratadas pela Carbonífera Próspera S.A. e financiadas pelo Serviço Social da Indústria, a congregação religiosa feminina tinha como principal missão difundir os preceitos da norma familiar burguesa entre os habitantes da vila.

---

<sup>10</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Revista Projeto História**, n. 17, 1998. 75.

<sup>11</sup> BOSI, 2004, op. cit. p. 53-59.

## 1. GERIR A POPULAÇÃO NO DETALHE: RELATÓRIOS E DIAGNÓSTICOS

Foi somente nos primeiros anos da década de 1930 que o município Criciúma, mesmo que timidamente, passou a atrair novamente a atenção de alguns investidores dispostos a empreender uma parte de seu dinheiro na “(re)-construção” e no “(re)-aparelhamento” das atividades mineradoras nas imediações da cidade.<sup>12</sup> O carvão mineral extraído de seu subsolo, neste momento, teria como destino certo as grandes empresas de transportes marítimos e ferroviários do país e, seu excedente seria vendido para a incipiente indústria de base brasileira, intensamente beneficiada pelos novos rumos da economia brasileira no pós 1929.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, a indústria nacional gozou de um período de grandes incentivos fiscais e financiamentos patrocinados pelo Estado. Frederico Castro Neves aponta que este foi um período em que uma série de elementos – violência, manipulação, concessões e benefícios – combinaram-se na construção do “trabalhismo” como a imagem de uma nação pacificada e unida. Nesta perspectiva, pode-se perceber que o “getulismo”, mantinha com as leis de mercado uma relação dúbia, buscando alcançar o equilíbrio entre o autoritarismo e o liberalismo econômico.<sup>13</sup> Com o intuito de transformar o Brasil em um país industrializado, uma série de medidas foram tomadas para barrar a entrada de produtos importados que competissem diretamente com o similar nacional. Com o passar dos anos, mesmo com o expressivo crescimento da produção carbonífera e o “aperfeiçoamento” das técnicas de extração, uma parcela da indústria nacional recorria ainda com frequência à importação do carvão estrangeiro, principalmente o norte americano, sob a alegação de que o produto catarinense não possuía as qualidades necessárias para a sua utilização em larga escala.

---

<sup>12</sup> Foi no período que compreendeu a Primeira Guerra Mundial que se iniciaram as primeiras “operações” com o carvão na cidade de Criciúma. Em 1917, foi aberta a mina Paulo de Frontin, de propriedade da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA – responsável por diversas áreas de mineração no sul do Estado. A implementação desta mina na cidade representou a possibilidade de ganhos reais com a produção do mineral feita até então de forma amadora e ineficiente, gerando apenas algumas centenas de quilos durante todo o ano. A procura ainda maior pelo carvão mineral para o abastecimento da incipiente indústria de base brasileira e dos transportes marítimos fez com que novos campos de extração fossem abertos em Criciúma, gerando uma onda intermitente de exploração do solo. Em decorrência da grande procura pelo carvão da região, a cidade de Criciúma passou por sua primeira fase de modernização e redimensionamento do espaço urbano. A construção do ramal que ligava a cidade até Tubarão e, ampliação das linhas férreas deram um “sopro” de desenvolvimento para cidade. As minas de carvão, os bairros operários, a ferrovia e o solo estéril transformaram-se nos principais elementos urbanísticos da nova cidade que se tornara Criciúma, a busca desenfreada por ganhos rápidos e o desgovernado crescimento populacional deixaram profundas marcas na vida cotidiana daqueles que vivenciaram este momento histórico.

<sup>13</sup> NEVES, Frederico Castro. Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na era Vargas. in: **Revista Brasileira de História**. Volume 21. Número 40. São Paulo: ANPUH, 2001. p. 108.

Com intuito de forçar a compra do produto nacional e desenvolver o complexo carbonífero sulino, o Governo Federal estabeleceu através do Decreto-Lei nº 20.089, a aquisição obrigatória de 10% de carvão nacional sobre o total do produto importado. Não obtendo os resultados esperados, em 1937 é baixado um novo Decreto-Lei de nº 1.828 que elevava a cota de aquisição para 20%. A compra compulsória do carvão nacional teve reflexos imediatos sobre a indústria carvoeira de Criciúma que viu sua produção saltar de 385.148 toneladas em 1930 para 762.789 toneladas em 1937<sup>14</sup> desencadeando um longo período de prosperidade que teria seu ápice no início da Segunda Guerra Mundial. Este conflito bélico foi responsável pela escassez de diversas matrizes energéticas no mercado internacional, forçando as grandes indústrias nacionais, sem opção de compra, a adquirirem o produto patricio.

A fim de transformar o sul de Santa Catarina em uma grande área produtora de carvão, capaz de suprir as necessidades do país, em 1940, a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina passava a ser controlada pelo governo federal. Com esta ação, o governo tentava retirar parte da cadeia produtiva carvoeira das mãos do capital privado, garantindo através desta ação que o escoamento do carvão catarinense até os portos regionais de Laguna e de Imbituba ocorresse sem maiores entraves, viabilizando o tão sonhado plano de construir um complexo siderúrgico brasileiro. Com esse plano o Governo Federal pretendia colocar o Brasil definitivamente no *roll* dos países industrializados. O projeto inicial previa a construção de uma série de usinas siderúrgicas em pontos diferentes do país, capazes de abastecer o crescente mercado industrial brasileiro com aço beneficiado. O plano teve seu início com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, sendo esta, a primeira siderúrgica brasileira capaz de operar com altos fornos de aço.

A utilização ou não do carvão nacional (em especial o carvão de Santa Catarina) nos fornos da empresa era um dos principais entraves para o pleno funcionamento da siderúrgica. No Brasil ainda não existiam estudos suficientes atestando a viabilidade do produto como fonte de energia para alimentação dos altos fornos siderúrgicos. Segundo Mario Belolli, os testes de beneficiamento e coqueificação do carvão catarinense foram realizados nos laboratórios de empresas norte americanas, que só após intensas pesquisas e sucessivas queimas, comprovaram a qualidade do minério catarinense – o único coqueificável do país –

---

<sup>14</sup> **A BATALHA do Carvão: subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Carvão, 1950. p.14.

como fonte de alimentação para os fornos de aço da CSN, colocando de vez uma por todas, o carvão criciumense na rota do comércio nacional.<sup>15</sup>

Paralelo à construção da CSN em Volta Redonda, iniciou-se na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, a construção de duas grandes obras de suma importância para a sustentabilidade da siderurgia nacional. Em 1942 começaram ser construída a Usina de Beneficiamento de Carvão em Capivari – Lavador de Carvão – e a Usina Termoelétrica de Capivari, ambas encampadas pela própria Companhia Siderúrgica Nacional. A finalidade do lavador era beneficiar o carvão bruto, separando as porções de carvão metalúrgico do carvão vapor, desprezando o rejeito piritoso com alto teor de enxofre sem utilizações práticas na indústria. Este processo de beneficiamento possibilitou que o carvão produzido pela CSN e pelas empresas privadas adquirisse maior valor agregado, tornando ainda mais rentosa a sua exploração e comercialização no mercado interno.

Depois que a Companhia Siderúrgica Nacional montou sua moderna Usina de Lavagem em Tubarão, que representa um grande progresso na técnica antiga de escolha e lavagem do carvão, os mineradores, que antes vendiam aos grandes centros o carvão escolhido e pronto para consumo, passaram apenas a vender o carvão bruto para Usina de Lavagem da Companhia Siderúrgica a um preço que depende exclusivamente do teor de cinza.<sup>16</sup>

O interesse da CSN, como se pode perceber, não se deteve somente no consumo do carvão metalúrgico. Seus interesses voltaram-se também para a produção, o transporte e o beneficiamento do mineral. Era preciso tornar a Usina de Volta Redonda independente do carvão importado sujeito as constantes oscilações do mercado internacional. Com estas ações, a produção do carvão metalúrgico no Estado e, especialmente, em Criciúma, cresceu a passos largos. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a extração do carvão mineral tornou-se um elemento de segurança nacional e, para assegurar o desenvolvimento da indústria de base, a União baixou o Decreto-Lei nº 4.613, de 1942, que obrigava as empresas carboníferas a entregarem 75% de sua produção de carvão a CSN. Os 25% restantes poderiam ser comercializados livremente pelas companhias. No ano seguinte com o recrudescimento da Guerra é baixado de forma emergencial, um novo Decreto-Lei, nº 5.964, em 3 de novembro de 1943. Este estabeleceu que a partir daquela data todo o carvão metalúrgico produzido em

---

<sup>15</sup> Belolli, Mario; et all. **A história do carvão em Santa Catarina 1790 - 1950**. Volume 1. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. p. 156.

<sup>16</sup> ERICHSEN, Alberto Ildefonso. **Relatório a Diretoria 1947**. Boletim nº 83. Rio de Janeiro: DNPM, 1948. p. 39.

Santa Catarina fosse reservado exclusivamente para atender a demanda da Usina de Volta Redonda, cabendo somente a CSN comercializar o excedente.

Esse processo era complexo para os donos das minas. Por um lado, existia a garantia da compra total do que fosse produzido, por outro, sem o acesso direto ao mercado, ficava a cargo do próprio Estado a fixação dos preços da tonelada de carvão, o que viria ocasionar incessantes debates entre o governo e os mineradores sobre a cotação do produto. Neste período, boa parte das minas de Criciúma passaram a operar na sua capacidade máxima, aproveitando-se do bom momento para acumular o maior lucro possível. Desta forma, um grande contingente de pessoas foram atraídas para os trabalhos na exploração do carvão, com a finalidade de suprir a demanda pelo produto,

[...] todos os mineiros foram mobilizados a fim de que, com o aumento da produção carbonífera, se atenuasse um pouco a fome do combustível necessário às nossas indústrias e meios de transportes, já tão afetados pela restrição que a guerra impunha, as importações de petróleo e seus derivados.<sup>17</sup>

Visando a um controle ainda maior sobre as operações que envolvessem as atividades industriais no subsolo brasileiro, o Governo Federal, em 19 de janeiro de 1940, aprova o Decreto-Lei nº 1.985 instituindo o Código de Minas Brasileiro. Nele foram estabelecidas as regras para a pesquisa e lavra com o carvão, cabendo ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – órgão ligado ao Ministério da Agricultura, a fiscalização e o cumprimento do devido código. Segundo a referida lei, as licenças para a pesquisa e lavra do minério dependiam da expressa autorização do governo federal e só poderiam ser outorgadas a brasileiros que comprovassem a viabilidade de seus projetos. Nesta lei, as jazidas não foram entendidas como parte integrante do solo, pois este era um assunto de suma importância para a manutenção e o desenvolvimento da indústria nacional. Esta determinação estatal provocou uma “corrida” dos donos das minas de Criciúma a fim de garantir a concessão da extração em suas propriedades. Os pequenos proprietários de terras foram pressionados a vender seus lotes para que pudessem ser explorados pelas companhias carboníferas.<sup>18</sup> Os terrenos foram transformados em grandes campos de mineração administrados por companhias mineradoras que empregavam uma grande quantidade de trabalhadores. A seguir a relação das Companhias Mineradoras existentes no período e o seu contingente de trabalhadores.

---

<sup>17</sup> JUNIOR, Francisco de Paula Boa Nova. **Problemas médicos –sociais da indústria carbonífera sul catarinense**. Boletim Nº 95. Rio de Janeiro: DNPM, 1953. p.11.

<sup>18</sup> Código de Minas, Capítulo I, Artigo 4.º. A jazida é bem imóvel, distinto e não integrante do solo. A propriedade da superfície abrangerá a do subsolo, na forma do direito comum, não incluída, porém, nesta, das substâncias minerais ou fósseis úteis a indústria.



**Tabela 1:** Quadro de trabalhadores das companhias carboníferas de Criciúma, registrados no DNPM em 31 de Dezembro de 1947.

Companhias	Mineiros	Ajudantes	Serviço Especializado	Diaristas	Escolhedor	Admin.	Total
<b>ZONA DE CRICIÚMA</b>							
<b>Cia. Siderúrgica Nacional</b>	95	280	577	187	50	25	1.214
<b>Cia. Bras. Carb. De Araranguá</b>	222	329	60	242	7	6	866
<b>Mín. Geral do Brasil Ltda.</b>	56	103	77	35	32	13	316
<b>Cia. Carb. Metropolitana</b>	141	128	42	123	90	22	546
<b>Soc. Carbonífera Próspera</b>	125	217	153	249	49	34	837
<b>Cia. Carbonífera Catarinense</b>	67	47	24	7	-	4	149
<b>Carbonífera União Ltda.</b>	43	55	26	118	22	14	278
<b>Cia. Carb. São Marcos</b>	100	55	10	33	19	12	229
<b>Soc. Carb. Criciúma</b>	44	60	33	25	6	8	176
<b>Soc. Carb. Bôa Vista Ltda.</b>	30	53	35	20	-	10	148
<b>Soc. Carb. Rio Maina</b>	12	12	2	6	6	1	39
<b>Cia. Carb. Brasil</b>	23	40	4	1	-	-	68
<b>Cia. Carb. João Paulo de Luca</b>	16	10	7	3	7	2	45
<b>Soc. Carb. Montenegro</b>	16	22	3	5	-	2	48
<b>Soc. Bras. Carb. Progresso</b>	8	8	2	7	-	1	26
<b>Combustíveis Nacionais</b>	-	-	15	17	17	6	55
<b>TOTAL</b>	998	1.419	1.070	1.088	305	160	5.040

Fonte: ERICHSEN, Alberto Ildefonso. **Relatório da Diretoria 1947**. Nº 83. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1948. p. 57.

Terrenos cobertos pelos rejeitos do carvão e o ar carregado de poeira piritosa passaram a compor a paisagem da cidade que carregava orgulhosamente o título de *Capital Nacional do Carvão*. Apesar de possuir regras claras, a extração do mineral se deu de forma desordenada e sem a efetiva fiscalização dos órgãos competentes – Departamento Nacional de Produção Mineral e o Ministério de Minas e Metalurgia. Com isso, a cidade viu nascer um número ainda maior de companhias mineradoras. O rápido desenvolvimento econômico de Criciúma, no período de instalação das primeiras minas de carvão produziu também consideráveis mudanças na estrutura do antigo núcleo populacional. Formado inicialmente por uma pequena praça central onde estavam localizadas a Igreja Matriz São José e um número pequeno de propriedades rurais, o centro da cidade iniciou um processo de expansão aglutinando todas as

terras existentes ao seu redor. Os campos, que originalmente pertenciam às famílias<sup>19</sup> de colonos, foram substituídos por moradias destinadas aos donos de minas. Além das famílias abastadas, no entorno da praça estabeleceu-se um pequeno número de mercearias e armazéns, dedicados a suprir a crescente demanda por gêneros de primeira necessidade, ocasionada pelo contínuo processo de migração. Aos poucos, o centro da cidade tornava-se o núcleo comercial e administrativo do município. Porém, os serviços básicos de infra-estrutura – água, esgoto e energia elétrica – não foram capazes de acompanhar o crescimento da população e, suprir as necessidades que demandavam as práticas advindas sociedade industrial.

### **1.1. Departamento Nacional de Produção Mineral: em cena as condições sanitárias da cidade**

Criado em 1934 com o intuito de auxiliar o Ministério da Agricultura na fiscalização e empregabilidade do Código de Minas, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – tinha como principal objetivo acompanhar o desenvolvimento das atividades mineradoras em todo país. Mesmo com a existência de normas reguladoras que organizavam o setor, as atividades de mineração no Brasil necessitavam da constante presença estatal com intuito de garantir o cumprimento das leis sanitárias e as normas de trabalho. A implementação do que previa o Código de Minas, instituído em 1940, provocou consideráveis mudanças. Prevendo um controle ainda maior do Estado sobre as indústrias e as reservas minerais, a rigidez das novas leis colocava boa parte das companhias nacionais de mineração numa posição de marginalidade, pois a grande parte delas, ao que parece, não cumpria as exigências estabelecidas na legislação.

A fiscalização e o controle das minas ficavam a cargo da Divisão de Fomento da Produção Mineral, setor ligado ao DNPM. Cabiam aos engenheiros, médicos e técnicos ligados a esta Divisão, o incentivo de todos os serviços de pesquisa e lavra de jazidas, bem como a fiscalização das empresas que utilizassem a matéria-prima mineral – o carvão – como fonte de produção. Em suas inspeções rotineiras, os técnicos do departamento vistoriavam os requisitos exigidos para o funcionamento de uma companhia mineradora. Faziam parte dos

---

<sup>19</sup> O conceito de família é polissêmico, não podemos entendê-la como um modelo único, uma estrutura fixa; devemos percebê-la como um arranjo, caleidoscópio de relações que muda no tempo, conforme a época e lugar, grupos sociais e circunstâncias. Está em constante mudança, entre vínculos de pertencimento e necessidades de individualização.

critérios de avaliação, a segurança das instalações externas e internas das minas, as condições de trabalho e higiene, riscos à saúde, proteção à vida do operário, condições higiênicas das habitações, alimentação, doenças de trabalho, índice de mortalidade, endemias, etc. Quando constatada a incompatibilidade com as normas de segurança e saúde, os trabalhos nas minas, em teoria, deveriam ser imediatamente interrompidos até que fossem realizados reparos e melhorias que garantissem a segurança no trabalho.

Em Criciúma, a instalação do escritório do Departamento Nacional de Produção Mineral ocorreu no ano de 1942. Em um primeiro momento, os serviços prestados pelo DNPM e pela Divisão de Fomento na cidade restringiram-se à orientação, fiscalização e controle da produção carvoeira. A instalação de um órgão estatal federal em Criciúma demonstrava não só importância do seu complexo carbonífero, mas também denotava a necessidade de normalizar as atividades mineradoras. Caso legislação fosse seguida ao “pé da letra”, boa parte das empresas mineradoras da região não apresentaria as condições técnicas exigidas para o seu funcionamento. Após instalação do órgão, os serviços prestados pelo departamento dividiram-se em duas vertentes: uma de assistência estritamente técnica voltada para o aperfeiçoamento das atividades de extração tendo em vista a produtividade e a conformidade com as leis e, outra, de cunho sanitário, visando à melhoria da qualidade de vida do trabalhador, bem como suas condições de trabalho.

No seu aparato de assistência técnica, o DNPM contava com as instalações de um laboratório de análises minerais, serviços de sondagem e mapeamento, duas perfuratrizes, oficinas mecânicas, consultório médico, transporte terrestre e um conjunto de dezesseis casas para abrigar seus funcionários. Em seus laboratórios eram analisadas diversas amostras de carvão recolhidas em diferentes pontos da cidade por seus engenheiros e técnicos, com a finalidade de verificar a viabilidade dos projetos de lavra e a qualidade do mineral que seria dali extraído. O serviço de mapeamento e amostragem, por outro lado, tinha como intuito apurar o potencial produtivo da região, analisando as melhores camadas para a lavra do produto, das quais as mais exploradas pelas companhias locais estava a *Barro Branco*, mais fácil de ser trabalhada e com maior potencial econômico.

Empenhados em viabilizar melhorias nos métodos de lavra do mineral em todo o estado, os engenheiros do departamento priorizaram em um primeiro momento, o suporte técnico às minas da cidade visando adequar o processo de extração do carvão às novas tecnologias desenvolvidas para agilizar e melhorar as condições de trabalho dos operários carvoeiros. Há muito tempo se sabia das péssimas condições das frentes de trabalho nas minas de Criciúma, bem como em todo o restante de Santa Catarina:

Praticamente podemos dizer que quanto ao ataque às [sic] frentes de trabalho não existe mecanização. [...] O desmonte do carvão em Santa Catarina é, por assim dizer, todo feito á [sic] mão, com o uso de cunhas, picaretas e alavancas e com o auxílio de explosivos nos casos em que a camada Barro Branco é muito compacta.<sup>20</sup>

Os estudos de explorabilidade feitos pela Divisão de Fomento apontavam que a camada *Barro Branco* abundante em grande parte das terras do município, apesar de sua menor potência energética, era a única que apresentava as condições necessárias para sua exploração em larga escala, pois seu carvão de melhor qualidade tinha acesso garantido no mercado consumidor nacional. No entanto, as pesquisas realizadas em torno do complexo carbonífero da cidade não se restringiram apenas em estudar a viabilidade de utilização do produto, os técnicos também realizaram extensos levantamentos sobre toda a “engrenagem” da indústria carvoeira, como a extração, consumo, exportação, movimento dos portos e da ferrovia, número de empresas e operários, produtividade, etc., em fim, um balanço geral de todas as riquezas e deficiências existentes no setor, que serviriam embasamento para futuras ações e políticas intervencionistas destinadas a recuperar a economia local.

Além continuar prestando os serviços essencialmente técnicos, a partir do ano de 1944, o DNPM passou a contar com o auxílio de dois médicos sanitaristas – Manoel Moreira e Francisco de Paula Boa Nova Junior – que juntamente com outros assistentes verificavam as condições de trabalho e a higiene nas minas de carvão. A baixa produtividade do setor era apontada como resultado do desleixo dos mineradores com as condições de trabalho de seus operários: a falta de mecanização, os constantes acidentes de trabalho, a vulnerabilidade dos operários expostos as rotineiras moléstias que assolavam a cidade, além do total desrespeito com a legislação trabalhista em vigor.

Para viabilizar o andamento harmonioso das atividades industriais, em 1950, o então diretor do departamento, o engenheiro Alberto Ildfonso Erichsen, designou o médico sanitarista Manoel Moreira para estudar as condições de higiene e de saúde dos operários que trabalhavam nas minas de carvão no sul de Santa Catarina. O médico todavia realizou o estudo somente com os trabalhadores que habitavam em Criciúma. Participaram do estudo cerca de mil duzentos e vinte e cinco operários entre os trabalhadores do solo e subsolo. A intenção desta primeira etapa do programa era fazer uma minuciosa avaliação das condições técnicas de trabalho e de saúde daqueles que lidavam diariamente com as atividades

---

<sup>20</sup> LISBÔA, Joaquim Miguel Arrojado. **Considerações sobre o problema carvoeiro em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: DNPM, 1940. p. 17.

carboníferas para formular, a partir dos resultados, um detalhado “boletim, no qual oferece julgamento sobre [sic] o meio físico em que operam os nossos mineiros”,<sup>21</sup> tentando encontrar dentro da operacionalidade das minas as causas que influenciavam a baixa produtividade dos operários e os constantes acidentes trabalho.

Diferente do poder soberano que fazia morrer e deixava viver, a biopolítica teria como princípio a manutenção da vida a todo custo. Para Michel Foucault:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se, sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores [...] em suma [...] otimizar [...] um estado de vida.<sup>22</sup>

Entre o conjunto de ações da biopolítica no mundo ocidental, destaca-se o surgimento de uma nova modalidade da medicina: o sanitarismo. Baseado no modelo inglês, o sanitarismo ou medicina da força de trabalho, diferente da medicina urbana francesa<sup>23</sup> ou da polícia médica alemã,<sup>24</sup> tinha como objetivo o controle do corpo e da saúde dos mais pobres. Este movimento procurou aplicar o uso racional de recursos e de novas tecnologias na expansão de campanhas profiláticas (imunizações em massa, controle de epidemias e saneamento) sobre as populações mais pobres ou excluídas do processo de acumulação do capital.<sup>25</sup> No Brasil, o sanitarismo transformou-se também em um dos “carros chefes” do projeto médico-social nacional a partir da década de 1930. Os profissionais da saúde – entenda-se aqui médicos – passaram a fazer parte do espaço social em que os personagens

<sup>21</sup> MOREIRA, Manoel. **Higiene das Minas de Carvão do Estado de Santa Catarina**. Boletim nº 92. Rio de Janeiro: DNPM, 1952. p. 11.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 293-294.

<sup>23</sup> As grandes concentrações humanas ocasionadas pelo ostensivo deslocamento de pessoas do interior para as grandes cidades industriais francesas geraram entre a população uma série pânico: medo das fábricas, dos amontoados, dos cemitérios, das epidemias, das águas paradas, etc. Para controlar estes fenômenos médicos e políticos, desenvolveu-se um inusitado mecanismo de contenção, a medicina urbana, com dois grandes objetivos: analisar e apontar lugares dentro do espaço urbano que pudesse vir a provocar e difundir epidemias e endemias; controlar a circulação das pessoas, do ar e da água, através da construção de grandes avenidas, canalização dos rios, remodelação dos centros e do desalojamento de populações indesejáveis.

<sup>24</sup> Na Alemanha desenvolveu-se uma prática médica centrada na melhoria do nível de saúde da população, com a finalidade de servir aos interesses do Estado, formando a força capaz de ser usada em conflitos políticos e econômicos. Desta forma, produziu-se uma medicina extremamente estatizada, a serviço da manutenção e da ordem do Estado.

<sup>25</sup> Para ver mais: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. \_\_\_\_\_. O nascimento da clínica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

principais eram os pobres urbanos, ocupando postos de destaque na administração das cidades. Estes profissionais passaram analisar meticulosamente o cotidiano destas populações, figurando entre suas principais preocupações, o estado de saúde dos indivíduos, suas condições de vida e habitação, seus hábitos e costumes. Através de políticas sanitárias, os médicos trataram de implementar uma série de ações normativas que tentavam reverter os efeitos negativos das doenças sobre a produção de capital, em última instância, sobre a força de trabalho que atuaria o sanitarismo.

Neste sentido, estabeleceria-se em Criciúma um complexo aparato governamental encampado pela esfera Federal e por algumas ações particulares e isoladas, no intuito de criar uma ampla rede assistencial, com ações dirigidas diretamente para as famílias pobres. Enveredando pela vida cotidiana da população trabalhadora, os médicos buscavam encontrar uma relação entre a saúde e o meio físico, entre o psicossomático e o trabalho. Durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, foi criada a representação social do operário nacional como um indivíduo atrasado e incompatível com os trabalhos industriais. Responsabilizados pelo lento progresso do país, os operários eram descritos como bêbados, preguiçosos e fanfarrões. Segundo André Mota,

Nesse sentido, as idealizações médicas formuladas no projeto sanitário a ser implementado tinham como meta reverter as nefastas perspectivas que avaliavam o brasileiro como inferior e, por isso, incapacitado para atingir alguma civilidade.<sup>26</sup>

A principal motivação desta empreitada encabeçada pelo DNPM em Criciúma, consistia em investigar o que provocava o alto índice de faltas ao trabalho e, que acabava gerando grandes prejuízos ao sistema de Previdência e as Caixas de Pensões. Ciente da importância de seu estudo, foram requeridas pelo médico sanitarista, cerca de quinhentas e vinte e quatro radiografias para análise do estado de saúde dos operários. Além dos Raios-X, o médico contava também com mil duzentas e vinte e cinco fichas clínicas com o histórico de saúde dos mineiros. A finalidade destes exames era identificar a presença da *pneumoconiose* e *silicose*, doenças específicas de trabalhadores expostos diariamente a elevadas concentração de poeira. Segundo o relatório, apesar das minas de carvão serem o ambiente ideal para o desenvolvimento destas moléstias, estas não foram encontradas em quantidade relevante. O motivo apontado pela junta médica para a baixa ocorrência destas doenças era a falta de mecanização das minas. Como não eram utilizadas perfuratrizes, a concentração de poeira nas galerias era extremamente baixa, não promovendo o desenvolvimento deste tipo de patologia.

---

<sup>26</sup> MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.19.

Não encontrando uma presença relevante de *pneumoconiose* e *silicose*, o médico passou a averiguar minuciosamente as condições técnicas e sanitárias das minas de carvão. O mesmo, então, acompanhou durante vários dias a rotina de trabalho dos operários mineiros no interior das galerias. A análise detalhada das condições de trabalho revelou aspectos que há muito tempo se sabia: a grande maioria dos acidentes era ocasionada pela falta de segurança nas frentes de trabalho.

Nas minas de carvão inspecionadas pelo sanitarista, as condições de trabalho eram semelhantes. As galerias eram abertas nas encostas dos morros ou através de poços com grande profundidade. O teto das galerias era escorado por pilastras de madeira que forneciam pouca segurança na sustentação tornando-os extremamente sensíveis a qualquer tipo de trepidação. Os métodos de lavra e desmonte eram feitos também de forma manual, camada a camada. O carvão era desmontado com o uso de pás, picaretas e alavancas e, quando a frente de trabalho era muito dura ou úmida, empregava-se a dinamite detonada sem as mínimas preocupações com a segurança dos trabalhadores e das galerias.

Apesar de possuírem uma jornada de trabalho regulamentada pela CLT, que permitia no máximo 6 horas de lida subterrânea, os trabalhadores das minas tinham os seus salários atrelados a sua produção diária. “Os mineiros recebem por tonelada de carvão extraído. E na traçagem [sic] ganham também por metro de avançamento”,<sup>27</sup> o que ocasionava muitas vezes o prolongamento do turno de serviço. Na medida em que dobravam as jornadas de trabalho, dobrava-se também os riscos de acidentes, pois cansados pela rotina estafante imposta pelo ritmo da extração de carvão, os cuidados diminuam, originando um ambiente ideal para os acidentes.

Além de todo o processo de extração do mineral ser manual, o médico também observou como se dava o transporte, a ventilação e o escoamento das águas no interior das galerias. Segundo Manoel Moreira, o transporte do mineral até o depósito era feito pelos próprios mineiros e seus ajudantes de forma “penosa”. Estes levavam os carrinhos ou vagonetas carregadas de carvão até a boca da mina. Dali o carvão era encaminhado para um rápido processo de escolha<sup>28</sup> feito pelas mulheres, para só então seguirem em direção a Capivari.

---

<sup>27</sup> MOREIRA, 1952, op. cit., p. 17.

<sup>28</sup> A escolha era feita pelas mulheres, o carvão era colocado sobre uma mesa providas por uma peneira metálica, no qual era feita a separação do carvão graúdo da moinha. Ainda munidas de martelos estas retiravam o folheto e a pirita, deixando somente o carvão bruto, que era colocado em padiolas – uma espécie de carregador – levadas pelas trabalhadoras até o silo, onde o mineral ficava armazenado até o embarque para o Lavador de Capivari.

As vagonetas são carregadas nas frentes de trabalho e empurradas a braço, por dois homens, até a bôca [sic] da mina; se a declividade fôr [sic] favorável até o deposito de carvão; caso contrário, são tracionadas por guinchos ou animais, da bôca [sic] ao depósito.<sup>29</sup>

A ventilação era outro requisito básico para assegurar o bom funcionamento da mina e garantir a segurança dos operários. A falta de oxigênio em circulação dentre corredores comprometia o metabolismo do corpo do mineiro, dificultando o seu trabalho e colocando sua vida em risco. Além disso, a falta de ventilação ocasionava o acúmulo de gás metano liberado no processo de lavra e, sem um sistema de circulação de ar eficiente, qualquer fagulha poderia ocasionar então uma grande explosão. Segundo os técnicos do DNPM, “nas minas que percorremos, a ventilação é exclusivamente natural [e] de um modo geral a ventilação em todas elas é má”.<sup>30</sup>

O anemômetro marcou sempre zero em tôdas [sic] as medidas por nós tomadas. Devemos salientar que as medidas praticamente foram feitas em pleno inverno, época em que a diferença de temperatura é maior. A nosso ver estas minas ainda podem ser trabalhadas, porque as galerias são ainda pouco extensas. Mesmo assim, a ventilação não satisfaz.

Em algumas frentes de trabalho, a percentagem de oxigênio é tão pequena que as chamas do gasômetro diminuem sensivelmente.<sup>31</sup>

Dentre os aspectos analisados pelos técnicos do DNPM, o mais preocupante era o acúmulo de água dentro das galerias decorrente do processo de lavra. Conforme novos corredores eram abertos ou expandidos em extensão e profundidade, as águas afloravam com maior frequência e abundância. O déficit no escoamento se dava porque na maioria das vezes o processo de era feito de forma manual usando “[...] calhas de madeira e por meio de latas manejadas por homens e crianças, [que] jogam a água acumulada, nas partes baixas das calhas, para o devido esgotamento”.<sup>32</sup> Este processo não dava conta de retirar o excesso de água existente no interior das minas tornando as frentes de trabalho num grande lamaçal ácido.

O acúmulo de água acabava elevando consideravelmente a umidade relativa do ar, que aliada a pouca circulação de oxigênio tornavam os trabalhos no subsolo extremamente extenuante. Um exemplo deste problema foi encontrado pelo médico na mina Germano Casagrande e descrito assim em seu relatório:

---

<sup>29</sup> MOREIRA, 1952, op. cit., p. 17.

<sup>30</sup> Ibid., p. 18.

<sup>31</sup> Ibid., p. 18.

<sup>32</sup> Ibid., p. 19.



Um operário com o auxílio de uma lata e uma calha esgota o poço à razão de 30 litros por minuto, trabalhando, segundo informou, cêrca [sic] de 12 horas diárias. Inicia o trabalho às 3 da madrugada e moureja até as 11 do dia; das 11 às 12, folga para o almoço [sic]. Reiniciando-o às 12 horas e o prolonga até as 4 da tarde, trabalhando ainda, das 6 às 8 na noite. Êste [sic] operário tinha os pés completamente feridos pela acidêz [sic] das águas. Tal horário é verdadeiramente absurdo.<sup>33</sup>

Tendo em vista as condições de trabalho com que as minas de carvão da cidade executavam os processos de lavra, o DNPM ampliou sua cooperação técnica com as empresas mineradoras com a finalidade de diminuir os acidentes e as doenças, garantindo assim maior produtividade do setor. Munido de informações suficientes sobre o trabalho sub-solo, os médicos iniciaram um projeto mais ousado, que compreendia na análise detalhada das condições de vida dos trabalhadores que habitavam as vilas operárias.

Em uma localidade com tantos problemas sanitários não era impossível “criar” uma “elite” operária disposta a impulsionar o Brasil rumo ao desenvolvimento sem instituir uma ampla “política” capaz impedir a proliferação de um dos maiores problemas das cidades industriais brasileiras, as doenças contagiosas. Considerada o grande problema nacional, responsável pelo completo atraso do país, o combate as doenças tornou-se um dos principais motes da ação do Estado sobre a população. Segundo Gilberto Hochman, criou-se entre a elite do país a consciência de uma interdependência entre pobres e ricos provocada pela disseminação de doenças. Não bastava apenas isolar-se do convívio com os miseráveis, era preciso instituir sobre eles uma eficaz rede de assistência com o poder de controlar todos os “malefícios” advindos de seu modo de vida. A doença acabava por igualar e conectar todas as comunidades em uma ampla cadeia de dependência.

[...] a possibilidade de contágio tornara indissociáveis pobres e ricos, sãos e doentes, palácios e cortiços, regiões diversas de um mesmo país ou planeta, etc. Ninguém, em nenhum lugar poderia escapar da ameaça da doença e, por isso mesmo, ninguém poderia ser indiferente à sorte, à má sorte, de outros indivíduos, estejam onde estiveram, na mesma rua, na mesma cidade ou país, ou em um outro e longínquo lugar.<sup>34</sup>

As elites, cientes de sua completa vulnerabilidade, entendiam que era preciso modificar as práticas de determinados grupos sociais através de um aparato de prevenção que colocava a população pobre numa espécie de quarentena permanente na qual seria controlado

<sup>33</sup> MOREIRA, 1952, op. cit., p. 34.

<sup>34</sup> HOCHMAN, Gilbert. **A era do saneamento**: as bases da saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 50.

o fluxo migratório, eliminando as habitações consideradas anti-higiênicas, saneando as cidades, controlando as epidemias, impondo novos hábitos, tornando a cura e a profilaxia das doenças uma obrigação moral e política de todos. A atuação do DNPM não se pautou somente na análise das condições de trabalho dos mineiros mas, também, no estudo das práticas dessa população.

Os estudos sobre as condições sanitárias dos habitantes do município ficaram sob a responsabilidade do médico-sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior. Funcionário de carreira do órgão estatal, este transferiu-se para Criciúma em 1944. Contando com um pequeno consultório médico composto por um microscópio, materiais para realização de pequenas cirurgias e um estoque de medicamentos, o médico iniciou sua atividade na cidade atendendo primeiramente os funcionários do departamento para em seguida estendê-la ao restante da população. O sanitarista realizou um amplo estudo sobre as condições médico-sociais do município. Neste trabalho, todavia, abordaremos apenas dois aspectos deste processo, o diagnóstico e a cura das doenças associadas a os trabalhadores das minas de carvão.

Entre as décadas de 1940 e 1950 o cenário nosológico instalado na cidade era composto por um quadro variado de doenças – *tifo, varíola, varicela, disenterias, tuberculose e verminoses* – responsáveis pela contaminação de um considerável número indivíduos; especialmente aqueles que viviam na periferia da cidade, os operários. O controle destas endemias tornou-se o eixo norteador dos serviços médicos-sanitários prestado pelo DNPM.

Para Francisco de Paula Boa Nova Junior, o quadro “desalentador” provocado pelo elevado número de enfermos entre a população mais pobre da cidade era proveniente das péssimas condições sanitárias vigentes nas vilas operárias. Este quadro era composto pela falta de água tratada e a uma rede coletora de esgotos, as longas jornadas de trabalho, a carência de alimentos básicos, baixos salários e a deficiência na assistência médica, formando um conjunto perfeito para a proliferação de doenças entre os mineiros. Este contexto de “miserabilidade”, aliado à ausência de ações sanitárias por parte dos órgãos públicos, teve sérias conseqüências entre as populações mais pobres da cidade que expostas a todo tipo de doenças endêmicas envolveram a cidade até meados da década de 1940 em um preocupante quadro infeccioso. Entre estas destaca-se a *febre tifóide* que se estendeu por mais de quinze anos. Segundo o sanitarista, responsável por um elevado número de mortes, a epidemia de tifo

colocava a cidade “diante de uma verdadeira calamidade pública de conseqüências imprescindíveis”.<sup>35</sup>

Enfermidade tipicamente preponderante de regiões densamente povoadas, o tifo estava presente na cidade de Criciúma durante as quatro estações do ano e tinha como seu principal período intensificação o verão, em função das chuvas abundantes e de águas contaminadas pelo bacilo da doença. O tifo era temível onde quer que se instalasse por seu elevado número de óbitos e por não existir uma medicação eficiente pós-contágio. Somente em 1950 é que foi desenvolvido o antibiótico *cloromicetina* que debela a infecção em até 72 horas. A população da cidade foi acometida por um surto da doença entre 1944 e 1945 que provocou um elevado número de mortos e outros tantos de contaminados. Tendo em vista os inúmeros problemas relacionados ao quadro da febre tifóide de Criciúma, o DNPM iniciou neste mesmo ano, uma ostensiva “jornada profilática” encabeçada por Francisco de Paula Boa Nova Junior, na tentativa de extinguir a moléstia do quadro nosológico da cidade.

Dentre as ações promovidas pelo serviço de saúde do departamento estava a vacinação imediata da população local. Em uma ação conjunta entre as Carboníferas, a Delegacia de Higiene e Saúde Pública Estadual e o DNPM, mais de seis mil pessoas foram vacinadas, priorizando-se a imunização dos funcionários do departamento e das famílias dos trabalhadores das minas. Outras ações profiláticas foram também realizadas. As vilas operárias foram esquadrinhadas à procura de práticas que propiciavam a disseminação da doença entre os trabalhadores. Neste contexto, o espaço doméstico foi o primeiro alvo de atuação das autoridades sanitárias. Os cuidados com a água utilizada no preparo de alimentos, a desinfecção de poços e cisternas, a limpeza do interior das casas, o asseio corporal, entre outros foram práticas difundidas através de visitas rotineiras ou pelos serviços de alto-falante.

[...] conselhos e recomendações eram ministradas pelo serviço de auto-falantes [sic] local, orientando e advertindo a população contra os perigos da ingestão de verduras cruas e de águas de poços e cisternas sem fervura prévia, recomendando-se também o intenso combate as moscas domésticas [...] e os maiores cuidados possíveis a serem tomados com as dejeções dos doentes convalescentes, que deveriam sofrer rigorosa desinfecção.<sup>36</sup>

Para os sanitaristas, era necessário instalar entre a população local a noção de que a doença era um mal coletivo, exigindo ações saneadoras de todos os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade. Tornava-se ineficaz a ação ostensiva das autoridades médicas

---

<sup>35</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 15.

<sup>36</sup> Ibid., p. 11.

enquanto uma parcela da população alheia aos perigos ocasionados pela proliferação de moléstias “impunha custos” aos demais.

Estas ações sanitárias em torno do controle da febre tifóide tiveram os primeiros resultados nos anos que se seguiram a 1944 e 1945 como é possível perceber na tabela abaixo:

**Tabela 2:** Índice de infectados e óbitos resultantes da contaminação por febre tifóide.

**QUADRO DA FEBRE TIFÓIDE EM CRICIÚMA**

ANO	INFECTADOS	ÓBITOS
<b>1944-1945</b>	40	10
<b>1945-1946</b>	28	06
<b>1946-1947</b>	25	05
<b>1947-1948</b>	08	02
<b>1948-1949</b>	06	01
<b>1949-1950</b>	04	01

FONTE: Dados retirados com base no Boletim nº 95 do Departamento Nacional de Produção Mineral. p. 13-16.

Outra doença que fez parte do quadro infeccioso da população da cidade foi a varíola. Embora encontrada em menor intensidade, seu grau de letalidade era extremamente alto e o seu mecanismo de contaminação era relativamente simples, dando-se de pessoa-pessoa ou então, pelo contato direto com pertences de indivíduos infectados. Por possuir um mecanismo simplificado de disseminação sua propagação era extremamente rápida. Segundo os relatórios do DNPM, assim como a contaminação por febre tifóide, foi também entre os anos de 1944 e 1945 que o coeficiente de contaminação por esta doença foi mais preocupante. A confirmação do contágio colocava a população da cidade na situação de alerta, pois caso não fossem isolados os pacientes, a doença rapidamente se alastraria por todo o município. Seguindo a tendência nacional de vacinação obrigatória, uma intensa campanha de imunização foi coordenada pelo DNPM. Contando com o apoio da Delegacia de Higiene e Saúde Pública Estadual e da Secretaria Municipal de Saúde toda a população de Criciúma foi vacinada “isolando-se convenientemente os doentes”,<sup>37</sup> erradicando a varíola na região por volta de 1949.

Esta campanha de vacinação estendeu-se também sobre a varicela. Apesar de ser uma patologia característica da “primeira infância”, a varicela “acometeu um grande número de pessoas adultas, principalmente entre a população mineira de Criciúma, causando justas

<sup>37</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 16.

apreensões pela ameaça de um decréscimo sensível na produção de carvão”.<sup>38</sup> Embora fosse altamente contagiosa por seu rápido mecanismo de proliferação que se dá através da saliva, espirro ou tosse, no qual cerca de 90% dos contactantes domiciliares com uma pessoa contaminada podem ser infectados, se tratada corretamente não oferecia sérios risco a saúde, mas necessitava de isolamento total até que a infecção fosse debelada, ocasionando rotineiras ausências ao trabalho.

A inexistência de uma aparelhagem médico-hospitalar eficiente no diagnóstico e tratamento de doenças “camuflou” durante muito tempo a existência de outra moléstia. A tuberculose expandiu-se consideravelmente entre os moradores da periferia em meados da década de 1940. Para os especialistas do DNPM, em Criciúma a doença estava muita mais relacionada ao “modo de vida” do operário do que as suas condições de trabalho. O possível acréscimo dos casos de tuberculose confirmados entre os habitantes da cidade, talvez estivessem ligados a compra de um aparelho de Raios-X em 1947, que facilitou o diagnóstico da doença. Até então, exames clínicos eram feitos apenas através de observação dos sintomas externos da doença, tais como, febres noturnas e tosse constante. Para o médico:

Assim sendo, os diagnósticos dos doentes só tardiamente eram feitos, vivendo os familiares dos enfermos, às vezes durante um largo tempo, na maior promiscuidade com os mesmos, expostos a um contágio permanente, por ignorarem os próprios doentes a natureza do mal que estavam acometidos. Inúmeros, por isto, foram os casos de tuberculose ocorridos em diversas pessoas de uma mesma família.<sup>39</sup>

Diagnosticados como portadores da doença e carregando o estigma de tuberculoso, o paciente era aconselhado a retirar-se do convívio da família e procurar “sanatórios” especializados para os portadores da doença nas cidades de Florianópolis ou Porto Alegre. Todavia, após procurar asilo, muitos doentes retornavam para cidade por falta de vaga nestes locais ou por não possuírem condições financeiras suficientes para manterem-se internados nestas instituições. Os que regressavam eram obrigados a ficar com suas famílias. O orçamento que já era pequeno tornava-se ainda mais ínfimo.

Embora a população da cidade fosse constantemente exposta a um elevado número de doenças contagiosas, os especialistas do DNPM constataram que as pessoas, principalmente as mais pobres, não procuravam a assistência médica quando acometidos por uma dessas patologias. Entre os moradores mais pobres esperava-se que a doença espontaneamente fosse

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 16.

<sup>39</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 17.

curada, ou então, os mesmos recorriam aos serviços de “entendidos” e “benzedeiros”, como é possível perceber no discurso do médico Francisco de Paula Boa Nova Junior.

A cidade de Criciúma é um verdadeiro paraíso para os curandeiros e fazedoras de anjos, que aí exploram torpemente a ignorância das classes humildes, constituída de cerca de 90% de analfabetos, com complacência das autoridades locais.<sup>40</sup>

Segundo o sanitarista, estes curandeiros eram responsáveis pelo considerável agravamento das condições clínicas de boa parte da população que os procuravam. Sem possuírem conhecimentos específicos, praticavam a atividade médica em diferentes pontos da cidade sem que nenhuma autoridade policial os importunasse. A atuação dos considerados “charlatões”, segundo o médico, tinha resultados mais nocivos sobre a população infantil, que acometidas por qualquer tipo de enfermidade eram deixadas aos seus cuidados e tratadas com “xaropadas” e “beberagens” que só tendiam a agravar a situação do infante. Considerado uma ameaça ao saber médico, o exercício “ilegal” da medicina na cidade foi amplamente combatido pelos médicos, que além dos curandeiros e benzedeiros, focaram sua lente também sobre as parteiras práticas e os farmacêuticos.

Aos poucos o sanitarista tentava ganhar a confiança da população através de visitas rotineiras as casas e atendimentos clínicos aos enfermos, reforçando a importância de se procurar um profissional da saúde devidamente formado e treinado no combate as doenças. Visto o sensível aumento na procura de atendimento especializado, o médico felicitava-se com os resultados de seus constantes esforços na mudança das práticas da população local.

Após, entretanto, algum tempo, conseguimos granjear a confiança de todo pessoal [...] a mercê do êxito que íamos obtendo com a completa recuperação dos enfermos por nós atendidos e, por meio de advertências sérias, conselhos úteis e ensinamentos práticos, bem observados por todo pessoal, adquirimos a certeza de que a mentalidade daquela gente boa [sic] se modificava.<sup>41</sup>

Mesmo com a substancial procura pelo atendimento especializado, as instalações médico-hospitalares da cidade não eram suficientes para atender a crescente demanda. De acordo com o sanitarista, era preciso ampliar o atendimento do então superlotado Hospital São José, bem como expandir a abrangência do ambulatório do IAPTEC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina), que auxiliava boa parte de seus associados através de um atendimento gratuito. Além destas

---

<sup>40</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 115.

<sup>41</sup> Ibid., p. 44.

iniciativas, fazia-se necessário a reestruturação do hospital com a compra de novos equipamentos, construção de novas unidades de tratamento, contratação de mais enfermeiros e técnicos.

Para o sanitarista somente estas ações não eram suficientes para barrar a expansão das doenças contagiosas enquanto um de seus principais vetores de contaminação não fossem combatidos: a água. Em boa parte das vilas operárias da cidade água era retirada através de cisternas ou de poços artesianos. Para suprir a carência da população local por água potável DNPM iniciou por conta própria a construção de uma rede de abastecimento de água que pretendia servir a população operária de água encanada. Sem muitas alternativas para a captação de água, os engenheiros do DNPM optaram por retirar a água do rio que oferecia melhores condições de salubridade, o São Bento. Segundo o relatório de Boa Nova Junior, após a construção desta rede de abastecimento da cidade, a população de Criciúma foi contemplada com um serviço de qualidade que auxiliou na diminuição no quadro nosológico da cidade.<sup>42</sup>

Os jornais, por sua vez, apresentavam outra versão sobre a questão do abastecimento de água. Construída de forma rudimentar pelo DNPM, a rede de abastecimento era constantemente danificada pelas altas concentrações de chuva nas encostas de serra que colocavam abaixo a estrutura de captação. Isto fazia com que de forma emergencial as pessoas recorressem a utilização das águas do rio Mãe Luzia, considerada de péssima qualidade para o consumo humano.

Não tome água encanada, em virtude do seu alto teor de carvão, que vem provocando perturbações gástricas, algumas fatais. A água do Rio Mãe Luzia esta contaminada com uma alta dose de PH. O povo deve, exigir dos responsáveis pelo abastecimento, imediatas providencias, para que a população volte a ser servida pela água do Rio S. Bento, evitando, dêste [sic] modo, que a situação se agrave.<sup>43</sup>

O DNPM foi desativado em 1962 pelo governo federal. A atuação de seus funcionários em Criciúma representou uma das primeiras iniciativas estatais de normatizar os métodos de trabalho no interior das minas de carvão adequando tanto os mineiros quanto os mineradores às novas exigências do mundo industrial. No campo da assistência social, as suas ações encabeçaram uma série de medidas que seriam seguidas por outros setores sociais.

---

<sup>42</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op.cit., p. 15.

<sup>43</sup> Aviso á população. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 8 de março de 1957. p. 01.

## 1.2. SESI: a promoção do bem-estar do operário em benefício da indústria

O Serviço Social da Indústria – SESI – teve suas bases estruturais alicerçadas aos longos períodos de agitação social que ocorreram logo após a Segunda Guerra Mundial, quando constantes manifestações operárias em busca de melhores condições de vida e trabalho abalavam profundamente as grandes cidades industriais do país e atravancavam o já fraco desempenho fabril brasileiro. Além disso, a escassez de alimentos e os altos índices inflacionários provocados por inúmeras perturbações no mercado internacional diminuíram consideravelmente o poder aquisitivo da população operária, deixando-os à margem da sociedade de consumo. Estes fatores, aliados ao fraco desempenho da indústria nacional, levaram o empresariado brasileiro representado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI – a propor ao Governo Federal a criação de uma entidade de assistência social, sem maiores ônus aos cofres públicos e, inteiramente financiada pela classe empresarial, capaz de atender a grande massa de trabalhadores industriais, suprindo-lhes algumas necessidades básicas com a finalidade de diminuir as tensões entre trabalhadores e patrões.

Criado a partir do Decreto-Lei nº 9.403 de vinte e cinco de junho de mil novecentos e quarenta e seis, ficou atribuído a Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria que tinha como

[...] finalidade de estudar, planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.<sup>44</sup>

Dentre as atribuições da entidade estava a cooperação com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no intuito de viabilizar as condições necessárias para que os trabalhadores realizassem sem maiores entraves as atividades industriais, valorizando as atividades manufatureiras, ou mesmo tempo, diminuindo as tensões estabelecendo relações harmônicas entre capital e trabalho.

Na execução dessas finalidades, o Serviço Social da Indústria terá em vista, especialmente, providências no sentido da defesa dos salários - reais do trabalhador (melhoria das condições de habitação nutrição e higiene), a assistência em relação aos problemas de vida, as pesquisas sociais - econômicas e atividades educativas e culturais, visando a valorização do homem e os incentivos à atividade, produtora.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de Junho de 1946.

<sup>45</sup> Ibid.



A constituição de um serviço social, muito mais do que melhorar as condições de vida da população operária, tinha como finalidade melhorar a própria imagem do empresariado brasileiro perante os trabalhadores, criando uma falsa impressão de que patrões e empregados possuíam as mesmas preocupações e anseios.

Segundo a historiadora Margareth Rago, as crescentes mobilizações do movimento operário nas décadas de 1920 e 1930 fizeram com que o empresariado se unisse a fim de tomar decisões conjuntas mais eficazes e sistemáticas que coibissem os constantes protestos contra as péssimas condições de vida e de trabalho. Assim era preciso criar estratégias que incidissem sobre o proletariado para além dos muros da fábrica, cercando-o também em seus momentos de não-trabalho.<sup>46</sup> Neste sentido, as entidades assistencialistas como o SESI, cumpriram bem este objetivo, pois cotidianamente estavam presentes na vida dos trabalhadores sob forma de “benefícios” tais como, armazéns, farmácias, assistência médica, etc.

A burguesia industrial interfere desde muito cedo nos rumos da formação da classe operária, procurando neutralizar os movimentos políticos dos trabalhadores e relacionar-se com eles de maneira individualizada, ignorando suas entidades de classe. [...] Portanto a atuação patronal foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos.<sup>47</sup>

Realizando uma série de ações assistencialistas marcadas pelo forte aspecto intervencionista, os representantes do SESI procuraram no cotidiano de seus assistidos as causas de sua baixa produtividade e elevada insatisfação com o setor industrial. O eixo norteador de atuação desta instituição baseou-se na concessão de pequenos benefícios capazes de momentaneamente acalmar os ânimos e reivindicações dos trabalhadores. Na medida em que novas exigências fossem surgindo, outras ações seriam estabelecidas a fim de impedir o descontentamento entre os proletários “assegurando” desta forma a tão sonhada “harmonização entre capital e trabalho”.

No Estado de Santa Catarina a atuação do SESI esteve intimamente ligada aos problemas econômicos e sociais dos operários das minas de carvão. Antes mesmo de ser estabelecido no Estado um Departamento Regional, a prefeitura municipal de Criciúma, em 1948, realizou uma bateria de exames sobre as condições de vida dos mineiros, com a

---

<sup>46</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré a o Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 33-34.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 35.

intenção de quantificar o operariado de baixo poder aquisitivo, para instalar na cidade uma unidade comercial de serviços alimentícios capaz de vender gêneros de primeira necessidade a baixos preços, adequando-se a realidade salarial mineira. A intenção da prefeitura com este diagnóstico era colocar a entidade assistencial a par de um antigo e grave problema do município: o desabastecimento e os altos preços dos gêneros alimentícios.

Os resultados da pesquisa foram encaminhados para o SESI nacional, que mesmo diante da desarticulação dos empresários catarinenses que ainda não haviam formado sua entidade representativa, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC – que seria a responsável pela articulação de uma unidade estadual; a administração central após vinte dias da entrega do relatório encaminhou para cidade Criciúma as primeiras viaturas de abastecimento, ficando os representantes da instituição na cidade, sobre a responsabilidade do escritório central em São Paulo.

Com o intuito de regularizar a atuação do SESI em Santa Catarina, que funcionava de forma excepcional sob os auspícios da sede nacional, em 6 de dezembro de 1951, um ano após a criação da FIESC, é fundada a unidade regional do Serviço Social da Indústria no Estado sob a direção de Celso Ramos. Dentre suas primeiras ações no estado de Santa Catarina estava “um estudo detalhado das condições sócio-econômicas das comunidades operárias, para determinar-lhe as peculiaridades e para programar um plano de ação objetivo e que de imediato surtisse efeito favorável”.<sup>48</sup>

Ao contrário dos outros departamentos regionais espalhados por todo o país, o SESI-SC deu pouca ênfase aos serviços meramente burocráticos, reduzindo a rotina administrativa ao máximo para poder canalizar boa parte de suas verbas na instalação de divisões regionais e no efetivo trabalho assistencialista. Assim, em seu primeiro ano de funcionamento, cerca de 11 escritórios foram implementados nas principais zonas industriais catarinenses, (Florianópolis, Blumenau, Brusque, Criciúma, Lauro Müller, Indaial, Lages, Caçador e Rio do Sul).

Devido aos problemas sócio-econômicos da região carbonífera do Estado e, em especial Criciúma, as diretrizes do Departamento Regional com relação à cidade visavam, primeiramente, suprir as necessidades da população local, que há muito tempo vinha sofrendo com a falta de recursos essenciais para a manutenção de uma mão-de-obra qualificada.

---

<sup>48</sup> O SESI em Santa Catarina. in: **Revista Paulista de Indústria**. Separata n° 26. São Paulo. Setembro. 1954. p. 03.

Não se podia ainda cogitar unicamente nos programas altamente técnicos e especializados, como seja o serviços de casos individuais, de grupo e de comunidade, de orientação profissional, doméstica e econômica. Tinha que se pensar também em problemas de ordem primária, como a falta de recursos médicos, odontológicos, de assistência alimentar e outros.<sup>49</sup>

Considerada como um dos principais vetores da baixa produtividade dos trabalhadores industriais brasileiros, a subnutrição foi amplamente combatida pelos diversos setores da sociedade. Médicos, sanitaristas, administradores e empresários viam nesta situação um empecilho para constituição de trabalhadores capazes de elevar ao extremo todo o potencial econômico brasileiro. A situação de subnutrição do proletariado nacional tinha suas raízes fixadas na baixa remuneração salarial, no engessamento da renda familiar e na constante instabilidade de preços dos gêneros alimentícios que enforcava a renda mensal da família e impedia a aquisição de outros produtos capazes de enriquecer a já debilitada dieta alimentar do trabalhador.

Em Criciúma, somado ao baixo poder de aquisitivo das famílias mineiras e o elevado custo de vida, estava a constante falta de alimentos ocasionada pela baixa produtividade local.

Nos levantamentos sócio-econômicos realizados, verificou, o SESI, que o padrão mais fraco era apresentado pela região carbonífera do sul do Estado, para onde dirigiu maior atenção.

Essa reduzida capacidade aquisitiva não se restringia ao nível baixo do salário, mas relacionava-se, também, ao fato de limitar o ganho direto e indireto ao chefe da família e uma incapacidade de controlar o orçamento familiar, dirigindo as compras para mercadorias de maior utilidade e custo mais acessível.<sup>50</sup>

Com intenção de diminuir o impacto dos preços dos alimentos no orçamento da família e forçar a redução de preços na cidade pela concorrência direta, o SESI decidiu manter em Criciúma o antigo serviço de assistência alimentar e ainda expandir o número de armazéns, perfazendo um total de 14 postos, uma quantidade capaz de atender a crescente demanda do município. O “baixo” custo das mercadorias disponibilizadas para venda nestes estabelecimentos eram resultado da política econômica da instituição que não tinha como finalidade a busca por “altos índices de lucro”; o acréscimo nos valores das mercadorias não poderiam ultrapassar os dez por cento, o suficiente para manter o serviço em funcionamento.

O objetivo desta ação, segundo os princípios do Serviço Social da Indústria, era atrair o maior número possível de trabalhadores aos seus armazéns que possuíam artigos selecionados e sem muita variedade. A compra deveria ser direcionada apenas para aqueles

---

<sup>49</sup> O SESI e a sua história, harmonizando capital e trabalho. [S.L.: s.n.] p. 01.

<sup>50</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p. 05.

produtos considerados essenciais que contribuiriam para uma boa alimentação do trabalhador. As mercadorias disponibilizadas para venda somavam um total de cinquenta produtos divididos em cinco grupos essenciais: alimentos básicos, condimentos e outros, artigos de uso doméstico e higiene, alimentação infantil e doces e sobremesas. Através do tabela 3 é possível perceber a tentativa de imposição de práticas de consumo vigentes anos de 1950. Neste período, entre as camadas médias, os produtos industrializados e enlatados tornaram-se as grandes vedetes do mercado alimentício nacional, refletindo a tentativa de se aproximar do estilo de vida norte americano, no qual imperava a praticidade e a rapidez do preparo. Todavia estes produtos estavam distantes da realidade dos trabalhadores brasileiros que percebiam no período, uma média salarial de Cr\$ 360,00. A lista de mercadorias dos Postos de Abastecimento do SESI estava aquém das necessidades reais das camadas populares, pois alimentos considerados essenciais como, arroz, farinha, feijão, açúcar, entre outros, não figuram na relação de itens disponibilizados. Isto viria a ser muito criticado pelos médicos da cidade em relação aos produtos fornecidos nos armazéns do SESI.

**Tabela 3:** Relações das mercadorias fornecida pelos postos de abastecimento do SESI

<b>MERCADORIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>PREÇO Cr\$</b>
<b>Anil Reckitt</b>	Boneca	0,80
<b>Aveia Puritas</b>	Lata	10,30
<b>Azeite Português</b>	Lata	49,40
<b>Azeite Espanhol</b>	Lata	44,00
<b>Ameixa Seca de ½ quilo</b>	Lata	12,70
<b>Ameixa Seca de 1 quilo</b>	Lata	23,50
<b>Bolsa para compras</b>	Cada	12,70
<b>Bomba para flit</b>	Cada	15,40
<b>Branqueol</b>	Lata	2,10
<b>Creolina</b>	Lata	11,40
<b>Cêra Tabú</b>	Lata	10,80
<b>Cêra Cristal</b>	Lata	10,80
<b>Docê de Coco</b>	Lata	7,20
<b>Esponja de Aço</b>	Cada	0,60
<b>Esfregão de Aço</b>	Pacote	1,90
<b>Fermento Royal 110 gr</b>	Lata	4,50
<b>Toddy pequeno</b>	Lata	8,90
<b>Toddy Grande</b>	Lata	13,40
<b>Creme de Arroz Colombo</b>	Pacote	2,60
<b>Leite Ninho grande</b>	Lata	42,00
<b>Fiambrada</b>	Lata	7,70
<b>Gordura de Côco 1 quilo</b>	Lata	16,0
<b>Gordura de Côco 2 quilos</b>	Lata	31,80
<b>Leite Condensado</b>	Lata	5,90
<b>Maisena 400 grs.</b>	Pacote	3,70

<b>Maisena 200 grs.</b>	Pacote	1,80
<b>Marmelada Peixe</b>	Lata	11,80
<b>Manteiga</b>	Quilo	46,20
<b>Óleo Vida</b>	Lata	20,00
<b>Peneira</b>	Cada	6,90
<b>Presuntada</b>	Lata	8,90
<b>Pimenta em pó 50 grs.</b>	Lata	8,00
<b>Patê de fígado 180 grs.</b>	Lata	3,90
<b>Patê de fígado 90 grs.</b>	Lata	2,70
<b>Patê de presunto 180 grs.</b>	Lata	6,60
<b>Salsicha aperitivo</b>	Lata	7,80
<b>Salsicha nacional 150 grs.</b>	Lata	3,70
<b>Super-filt 1 litro</b>	Lata	28,80
<b>Velas</b>	Cada	1,20
<b>Crême para barbear</b>	Cada	6,40
<b>Gilete Azul</b>	Pacote	4,00
<b>Pasta dental Colgate gigante</b>	Tubo	8,50
<b>Pasta dental Phillips</b>	Tubo	9,20
<b>Sabonete Palmolive Gigante</b>	Cada	3,50
<b>Sabonete Gessy</b>	Cada	2,60
<b>Sabonete Lever</b>	Cada	2,90
<b>Sabonete LifeBuoy</b>	Cada	2,90
<b>Talco Palmolive</b>	Lata	7,20

FONTE: Posto do SESI. *Folha do Povo*, Criciúma, 26 de Outubro de 1951. p. 06.

Com estes postos de abastecimento pretendia-se promover o descongestionamento do orçamento familiar desonerando-o do pesado ônus que representava a compra da cesta básica. Possibilitando a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade a baixos preços e de “boa qualidade”, os representantes do SESI almejavam, que com a diferença economizada pelos trabalhadores outras necessidades da família fossem supridas, melhorando a saúde e o bem-estar dos operários. Em decorrência deste fato, haveria um aumento da produtividade dos trabalhadores.

[...] o operário, ao comprar mais barato, é levado, também, a não gastar seu salário na aquisição de produtos de menor importância alimentar, melhorando, por conseguinte a base da alimentação, fator de suma importância para a saúde e para o rendimento de seu trabalho.<sup>51</sup>

Seguindo na sua “missão” assistencial e quase “sagrada” de construir em Santa Catarina relações “harmônicas” entre capital e trabalho, na qual o operário sem grandes

<sup>51</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p. 06.

reivindicações colaboraria para expansão da indústria nacional, o SESI estabeleceu em torno dos mineiros e mais especificamente sobre suas esposas um conjunto de ações que visavam reforçar a importância da presença feminina no lar.

A representação social do feminino hegemônica nos anos de 1950 era baseado na figura da esposa prestativa e da mãe carinhosa. Uma boa esposa era reconhecida pelo capricho e asseio com que cuidava de sua casa e dos membros de sua família. A mulher casada deveria ter como centro de sua atenção as questões que envolvessem seus filhos e marido, “de maneira não muito explícita, mas contundente, o bem-estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da felicidade conjugal, a felicidade da esposa viria como consequência de um marido satisfeito”.<sup>52</sup>

Tendo em vista a representação social feminina idealizada nos anos de 1950, foram instituídos nas Vilas Operárias de Criciúma os cursos populares de Artes Domésticas e Corte e Costura. Direcionados para as esposas e as filhas de mineiros, estes cursos tinham o intuito incentivar a participação efetiva das mulheres na administração da casa, através das noções de economia doméstica e do uso racional da renda da família.

Quando se conseguir, através de perfeita educação doméstica, introduzir em cada família operária, completo conhecimento de arte e economia doméstica, não só serão reduzidos os conflitos de salário, entre empregados e empregadores, como terá elevado o padrão de vida da classe assalariada a tal ponto que nosso país ficará, socialmente, colocado entre as primeiras potências do mundo.<sup>53</sup>

No referido discurso dos representantes do SESI percebemos a “imagem” construída em torno da figura do operário: incapaz de gerir sua renda salarial mensal, responsável por seu estado de miséria e pelas tensões existentes no mundo do trabalho. Se este utilizasse com racionalidade seus recursos, os mesmos seriam suficientes para manter um padrão de vida relativamente estável. A mulher neste discurso era peça fundamental do processo.

Ao direcionar ações normativas sobre as mulheres, as autoridades do SESI paulatinamente adentravam no complexo “arranjo” da família operária, tentando reordenar seu modo de vida a partir da redefinição do espaço feminino no contexto doméstico. Aos poucos se ia “processando a primeira etapa da reforma paulatina do lar operário, ocupando a

---

<sup>52</sup> BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1996. p. 627.

<sup>53</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p. 07.

mulher em atividade doméstica subsidiária no salário operário”,<sup>54</sup> reforçando a idéia de incompatibilidade entre o trabalho feminino e o casamento, colocando-a em uma relação de dependência do marido, corroborando com a imagem do homem como o único provedor do núcleo familiar.

O interesse com relação às famílias dos mineiros não se restringiu apenas as questões de cunho doméstico ou economia do lar. O elevado índice de mortalidade infantil presente principalmente nas vilas operárias de Criciúma levou o departamento regional do SESI a instalar na cidade um serviço de assistência médica, que visava o auxiliar tecnicamente as autoridades locais no combate de doenças infecciosas que faziam parte do quadro nosológico da primeira infância. Segundo dados do médico Zacharias Manif publicados em uma série de reportagens para o Jornal Tribuna Criciumense, o coeficiente de mortalidade infantil, entre os anos de 1946 e 1956, oscilou entre forte e muito elevado,<sup>55</sup> demonstrando a ineficiência dos setores médicos locais em barrar o crescente número de mortos em idade pueril. Desta forma, além das intervenções no mundo doméstico, os representantes do SESI adentravam também no campo da medicina, realizando uma série de atividades difundindo ensinamentos sobre puericultura, campanhas de vacinação, ambulatórios destinados ao atendimento da população em geral, além de uma unidade móvel dotada de um aparelho radiográfico capaz de fornecer diagnósticos confiáveis sobre doenças do trato respiratório visando diminuir a mortalidade infantil.

O lazer também fez parte da política social do SESI com relação aos operários de Criciúma. O cinema educativo, por exemplo, tinha como objetivo claro “ocupar de maneira agradável a família operária, nas horas de lazer e [contribuindo] de maneira valiosa na educação, pois permite a divulgação dos princípios de ordem moral, de higiene e de noções fundamentais dos direitos dos trabalhadores [...]”<sup>56</sup> Direcionando as atividades de lazer a determinados programas, o SESI pretendia ocupar o tempo vago do trabalhador, tentando coibir a sua presença em lugares considerados perigosos, tais como bares e botequins, onde além de deixarem parte de seu dinheiro e vitalidade, contrairiam hábitos considerados nocivos e imorais. A prática desportiva (campeonatos de futebol, atletismo, ginástica e recreação infantil) também foi intensamente difundida entre os operários da cidade pelos técnicos do

---

<sup>54</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p. 07.

<sup>55</sup> A mortalidade infantil avalia-se pelo chamado *coeficiente*, isto é, pela relação do número de nascimentos vivos e óbitos de crianças entre 0 e 1 ano de idade, durante o período de um ano civil, calculando-se o número de óbitos a cada 1000 nascimentos. A mortalidade infantil é considerada *baixa* ou *fraca* quando o coeficiente é inferior a 40; *média* ou *moderada* quando entre 40 e 70; *alta* ou *forte* entre 70 e 100, *muito elevada* ou *muito forte* acima de 100.

<sup>56</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p.07.

SESI. Voltada principalmente para os homens, a prática de esportes era uma maneira de incentivar os cuidados com o corpo, a principal ferramenta de trabalho dos operários mineiros. Além de garantir força física e produtividade, “a prática de esporte é uma medida salutar para o corpo e espírito do indivíduo, pois contempla seu desenvolvimento físico, cria espírito de equipe, desperta o entusiasmo, estimula a iniciativa, distrai e empolga a personalidade”.<sup>57</sup> Além de todos os alegados benefícios, o esporte ainda integrava patrões e empregados. Era muito comum na região, por exemplo, as mineradoras manterem um time de futebol que as representava em jogos que ocorriam na cidade. Nestes times, geralmente, eram escolhidos para defender o nome da carbonífera os empregados mais habilidosos e disciplinados.

Mas atuação dos representantes do SESI em Criciúma não se deu sem tensões. Francisco de Paula Boa Nova Junior criticou os Postos de Abastecimento que, segundo o médico, deveriam dar maior ênfase a produtos realmente essenciais a alimentação dos trabalhadores “em substituição ao grande estoque de conservas e doces enlatados”.<sup>58</sup> O jornal *Tribuna Criciumense*, órgão de imprensa ligado a UDN, atacou também a atuação do SESI no município através de uma série de reportagens, em que denunciava o uso da instituição para fins políticos partidários. Waldir Viana, ex-gerente dos Postos de Abastecimento da cidade acusava o Departamento Regional de favorecer os afilhados políticos no município através do fornecimento de mercadorias superfaturadas e de baixa qualidade. Ainda de acordo com o burocrata, o “conhecido GRUPO DOS RAMOS, usa e abusa do SESI para atender aos seus fins políticos e pessoais”,<sup>59</sup> chegando até mesmo a influenciar os meios sindicais e o “Delegado do Ministério do Trabalho Dr. Raul Caldas, através de um cargo de consultoria política com os vencimentos de Cr\$ 15.000,00 mensais com esta “influência” o Dr. Caldas é um elemento dócil nas mãos dos Ramos”.<sup>60</sup> O jornal ridicularizando o lema do SESI que previa a construção de uma sociedade justa onde patrões e empregados viveriam em plena harmonia através da realização de obras assistenciais, afirmava, na reportagem do jornal de 25 de maio de 1958, “o empregador vê isto e pensa: cousa [sic] bôa [sic], acabou a briga de operário contra patrão. E o operário diz: que conversa é esta, onde se viu patrão ser solidário com empregado. Esta é a verdade, tudo utopia”.<sup>61</sup>

---

<sup>57</sup> O SESI em Santa Catarina, op. cit., p.09.

<sup>58</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 113.

<sup>59</sup> VIANA, Waldyr. O que é o SESI. *Tribuna Criciumense*. Criciúma, 31 de Maio de 1958. p. 05.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 05.

<sup>61</sup> *Id.*, Criciúma, 24 de Maio de 1958. p. 09.



### 1.3. CEPCAN: modernização e assistência nas terras do carvão

Resultado das várias conferências ocorridas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1947 e 1949 intituladas *A batalha do carvão*,<sup>62</sup> o Plano do Carvão Nacional foi mais uma das várias tentativas encabeçadas pelo Governo Federal e pelos estados mineradores de normalizar e reestruturar as atividades carboníferas em todo sul do país. Instituído através do Decreto-Lei nº 1.886<sup>63</sup>, de onze de junho de mil novecentos e cinqüenta e três, o Plano previa a utilização inicial de novecentos e cinqüenta e cinco milhões de cruzeiros que seriam distribuídos ao longo de cinco anos, priorizando os setores de infraestrutura, mecanização do processo industrial e assistência social.

A região de Santa Catarina pela qualidade de seu carvão e pelo elevado número de empresas mineradoras recebeu a maior parte dos recursos destinados a reestruturação das zonas carboníferas. Entre as prioridades do Plano do Carvão Nacional para o estado, estavam a remessa de Cr\$ 160.000.000,00 para a reforma e ampliação do porto de Imbituba possibilitando a aproximação de navios de maior porte, e Cr\$ 110.000.000,00 para compra de uma frota de navios movidas a carvão. Além deste montante, outros recursos seriam divididos entre os três estados mineradores, Cr\$ 180.000.000,00 em financiamentos para aquisição e instalação de equipamentos para as minas visando a mecanização e a modernização dos trabalhos; Cr\$ 50.000.000,00 para o financiamento de indústrias que utilizassem o carvão nacional como matéria-prima para a obtenção de enxofre; Cr\$ 50.000.000,00 para instalação de uma central termoelétrica em Santa Catarina e outra no Paraná; além de Cr\$ 30.000.000,00 para um plano de assistência social aos trabalhadores da indústria extrativa do carvão.

Para administrar as vultosas somas em dinheiro, orientar e supervisionar tudo o que girasse em torno da indústria carbonífera foi criada ainda no mesmo Decreto-Lei a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional<sup>64</sup> – CEPCAN – órgão diretamente ligado à

---

<sup>62</sup> A batalha do carvão foi uma série de debates ocorridos na cidade do Rio de Janeiro no qual participaram os mineradores dos três estados do sul, sindicatos, trabalhadores e autarquias governamentais, no intuito de viabilizar novos investimentos na região carbonífera.

<sup>63</sup> O Plano previa a ajuda financeira a atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, a fim de ampliar-lhe a produção, regularizar o seu fornecimento, reduzir os preços e melhor aproveitar o carvão como combustível e matéria prima.

<sup>64</sup> A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), criada pela Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República, que tinha por finalidade executar o Plano do Carvão Nacional, visando à justa distribuição dos recursos entre os Estados mineradores. Entre suas atribuições a CEPCAN deveria determinar e supervisionar a elaboração e execução dos projetos específicos relativos aos vários setores de obras e serviços previstos no Plano, utilizando, tanto quanto possível, os órgãos próprios da União e dos Estados; determinar e supervisionar a preparação das especificações de equipamento, a servirem de base às encomendas diretas que fizer no exterior; decidir sobre os pedidos de financiamento,

Presidência da República e composto por um conselho consultivo formado por representantes dos governos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, da Estrada de Ferro Central do Brasil, do Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão, da Companhia Siderúrgica Nacional, além do Ministério de Minas e Metalurgia e os Departamentos Nacionais de Portos e Estradas de Ferro.

No Estado de Santa Catarina, a CEPCAN comandou uma força tarefa especial responsável por apontar as principais falhas do complexo carbonífero e suas possíveis soluções. O grupo de trabalho em consonância com as antigas reivindicações dos mineradores recomendou a criação de uma siderúrgica<sup>65</sup> que utilizaria as porções de carvão metalúrgico produzidos na região; a SOLTECA (Sociedade Termoelétrica da Capivari S.A.) que consumiria a frações de carvão vapor que não encontrava no país um mercado fixo; uma indústria carboquímica que produziria enxofre a partir dos rejeitos do carvão; além de uma série de outras iniciativas que visavam alavancar o consumo do carvão nacional e desafogar o gargalo de escoamento.<sup>66</sup>

Devido à complexidade de suas operações técnicas e por envolver diferentes setores da sociedade civil que defendiam interesses diversos na distribuição das verbas, a CEPCAN não conseguiu alcançar seus objetivos no período inicial de cinco anos previstos por Lei. Em 20 de dezembro de 1957<sup>67</sup>, no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano do Carvão Nacional foi prorrogado por mais dois anos a fim de que fossem implementadas as ações necessárias para a modernização do setor.<sup>68</sup> O novo Plano do Carvão Nacional era um reflexo direto da política desenvolvimentista desencadeada pelo governo de Juscelino Kubitschek, mudando

---

celebrando os contratos respectivos, de acordo com a Lei nº 1.886; promover, em colaboração com os órgãos competentes, a pronta execução das encomendas e da remessa de equipamentos do exterior; obter, pelo meios mais apropriados e através dos órgãos especializados, a cooperação da técnica nacional e estrangeira na realização de pesquisas geológicas e tecnológicas, visando ao aproveitamento do carvão nacional e de seus subprodutos e à localização e caracterização de novas jazidas; estudar planos de industrialização e eletrificação regionais, para incrementar o uso do carvão nas zonas produtoras utilizando para isso, tanto quanto possível, os serviços técnicos dos órgãos próprios da União e dos Estados; promover qualquer outra medida que julgue conveniente à execução do Plano do Carvão Nacional e zelar pelo cumprimento das determinações legais que impedem a importação de equipamento industrial que utilize combustível sólido e não seja apropriado ao caso do Carvão Nacional.

<sup>65</sup> Apesar de ser instituída através do Decreto-Lei 4.122 com objetivo de produzir aços perfilados médios e leves, para atender ao mercado sulino, a SIDESC nunca saiu do papel, fazendo parte do portfólio de obras faraônicas que jamais entraram em funcionamento.

<sup>66</sup> FILHO, Alcides Goulart; MORAES, Fábio Farias de. Usina termoelétrica em Santa Catarina: da concepção da SOLTECA à privatização da Jorge Lacerda. In: FILHO, Alcides Goulart. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2004. p. 322 – 323.

<sup>67</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.353, de 20 de dezembro de 1957.

<sup>68</sup> As verbas ficaram assim distribuídas:

Exercício de 1957.....	Cr\$ 230.000.000,00
Exercício de 1958.....	Cr\$ 210.000.000,00
Exercício de 1959.....	Cr\$ 310.000.000,00
Exercício de 1960.....	Cr\$ 205.000.000,00

ainda o nome da CEPCAN para Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN). Uma sucessão de outros decretos estendeu os trabalhos da CPCAN até meados do ano de 1971, quando suas instalações em Criciúma foram fechadas definitivamente.

A transferência da Comissão do Plano do Carvão Nacional da cidade do Rio de Janeiro para Santa Catarina deu-se em meados de 1961 a fim de amenizar as constantes críticas recebidas pela comissão por seu distanciamento geográfico e por seus representantes não conhecerem as dificuldades do setor ficando à mercê de informações desencontradas que não faziam jus a realidade carbonífera.

[...] nada justificava a permanência do Plano do Carvão Nacional no Rio de Janeiro (ou mesmo na Capital Federal), se todos os problemas relacionados a hulha têm origem no sul do país, e a sua maioria diz respeito aos municípios sul-catarinenses.<sup>69</sup>

A cidade escolhida para servir de sede para a CPCAN foi Criciúma. Esta escolha ao que parece se deu em função de interesses políticos. À exemplo do sucateamento do setor e das dificuldades enfrentadas pela região,<sup>70</sup> (e Criciúma neste sentido era uma amostra potencializada dos problemas vividos pela indústria carbonífera), a transferência da sede da instituição para a cidade demonstrava a força política e o poder econômico dos empresários locais perante os estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

No que concerne aos serviços de assistência social aos trabalhadores mineiros da cidade de Criciúma, a CPCAN possuía objetivos claros e específicos atribuídos por Lei.

**Art. 25.** Ao Serviço de Assistência Social compete;

I - realizar os serviços de assistência social que forem estabelecidos pela CEPCAN;

II - estudar a situação da assistência social dos trabalhadores da indústria carbonífera dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

III - propor medidas capazes de melhorar a assistência social, no que diz respeito aos problemas de moradia, abastecimento, instrução profissional, educação dos filhos, dos trabalhadores, curso de alfabetização para adultos, postos de puericultura, recreação, assistência médica, hospitalar, dentária e farmacêutica;

---

<sup>69</sup> Comissão Executiva do Plano do Carvão terá sede em Criciúma. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 27 de Março de 1961.

<sup>70</sup> Após o fim da Segunda Guerra Mundial a região carbonífera de Santa Catarina entrou em um paulatino processo de sucateamento, pois as potências européias retomaram sua produção carvoeira não necessitando mais do produto brasileiro.

IV - estudar, nos pedidos de financiamento, os planos de assistência social aos trabalhadores da empresa [sic];

V - entrar em entendimento com as instituições de previdência social e órgãos de assistência social, no sentido de conseguir melhores condições de vida para os trabalhadores da indústria do carvão;

VI - opinar nos projetos de construção de obras destinadas às assistências social, realizadas pela CEPKAN, visando proporcionar condições de vida condignas ao trabalhador da indústria do carvão;

VII - fiscalizar os serviços assistência social realizados mediante financiamento concedido pela CEPKAN.<sup>71</sup>

Percebe-se que o plano da CPCAN para a modernização da indústria implicava também em um amplo programa de assistência médico-social às famílias ligadas ao setor carbonífero visando à construção de hospitais, postos de puericultura, escolas profissionalizantes, moradias operárias e instituições de amparo infância e à velhice.

Em Criciúma as obras assistenciais encabeçadas pela CPCAN fixavam-se em um tripé que compreendia o amparo a moradia, saúde e educação. Apesar de ser um dos maiores problemas da cidade, a assistência ao operário recebia a menor “fatia do bolo”, se comparado com os empreendimentos realizados em outros setores, tais como, a modernização da estrada de ferro, a revitalização do lavador de Capivari, a reestruturação dos portos, etc. Os projetos sociais eram lançados em jantares, nos clubes elegantes da cidade, no qual empresários, representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão e os diretores da CPCAN eram aclamados pelo jornal Tribuna Criciumense como homens “altruístas” e “isentos de interesses políticos”, iniciativas que não necessitavam dos “holofotes da publicidade: empreendimento, daqueles que verdadeiramente, sentem pesar-lhes sobre [sic] os ombros o devêr [sic] de zelar pela ordem econômica-social sem alardes e foguetórios”.<sup>72</sup>

A construção de novas moradias destinadas às famílias dos trabalhadores das minas era uma reivindicação antiga e que já havia sido sugerida no relatório produzido pelo médico Francisco de Paula Boa Nova Junior para o DNPM. O Plano do Carvão Nacional por conta disto, previa o financiamento e a ação conjunta com os mineradores a fim de suprir o déficit habitacional existente na cidade, bem como substituir as antigas moradias consideradas insalubres por residências mais amplas e higiênicas. O jornal Tribuna do Dia assim descrevia o novo bairro operário chamado Cidade dos Mineiros:

---

<sup>71</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 36.745, de 3 de janeiro de 1955.

<sup>72</sup> Será construída, em Santa Augusta, neste município a “cidade dos mineiros”. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 27 de Julho de 1957. p. 03.

É uma nova cidade que surge, uma cidade exclusivamente de mineiros, com todos os requisitos de conforto e comodidade: casas de material, com pequenos quintais, água corrente, quente e fria, praças de esportes, jardins, clubes, locais de diversão, com armazéns de abastecimento, escolas, etc.<sup>73</sup>

Estes mesmos “homens devotados”, que idealizaram a construção da Cidade dos Mineiros já haviam se reunido anteriormente para organizar “um amplo plano de assistência social de alta envergadura, capaz de abranger toda a região carbonífera catarinense”,<sup>74</sup> da gestante ao operário, todos aqueles “alquebrados sem qualquer recurso, depois de uma existência nas entranhas da terra, se vêm [sic] a braços dados com a miséria”.<sup>75</sup> Os financiamentos destinados às obras assistenciais previsto no Plano do Carvão Nacional, em 1956, foram assim distribuídos, conforme o quadro que segue:

**Tabela 4:** Distribuição das verbas do Plano do Carvão Nacional.

<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>Cr\$</b>
<b>Ampliação do serviço de águas da cidade</b>	<b>3.000.000,00</b>
<b>Instalação do Posto Agropecuário S. Bento Baixo</b>	<b>1.140.000,00</b>
<b>Instalação de um Centro de Tratoristas</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Associação Rural de Criciúma</b>	<b>80.000,00</b>
<b>Casa da Criança</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Casa da Criança a cargo da Soc. Criciumense de Assistência aos Necessitados (SCAN)</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Casa da Criança</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Casa da Criança (em obras)</b>	<b>60.000,00</b>
<b>Conferência Vicentina</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Conferência Vicentina São José</b>	<b>25.000,00</b>
<b>Conferência Vicentina São José</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Liga Operária Jesus Maria José</b>	<b>25.000,00</b>
<b>Sociedade Baú do Pobre</b>	<b>25.000,00</b>
<b>Sociedade Baú do Menino Pobre</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados – SCAN</b>	<b>35.000,00</b>
<b>Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados – SCAN</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Soc. Cric. Assistência aos Necessitados – SCAN (obras)</b>	<b>340.000,00</b>
<b>Hospital de Caridade São José</b>	<b>65.000,00</b>
<b>Hospital de Caridade São José</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Ambulatório a cargo da Loja Maçônica Pres. Roosevelt</b>	<b>15.000,00</b>

<sup>73</sup> Ibid., p. 03.

<sup>74</sup> Grandioso plano de assistência social para a região carbonífera. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 23 de Maio de 1955. p. 01.

<sup>75</sup> Ibid.

FONTE: Subvenções e dotações do governo federal para o exercício de 1956, às instituições filantrópicas e educacionais do sul catarinense. **Tribuna Criciumense**, Criciúma 06 de Fevereiro de 1956. p. 03.

Sob a coordenação do Diretor Executivo Cel. Oswaldo Pinto da Veiga, as obras sociais da CPCAN priorizaram principalmente as atividades caritativas desenvolvidas, em sua maioria, por instituições religiosas ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana. No que tange a saúde pública, o Plano do Carvão Nacional destinou uma parte de suas verbas para a construção de novas alas no Hospital São José, a edificação do Asilo São Vicente de Paula, programas de vacinação coletiva, além de uma série de outras atividades.

No âmbito educacional, foram grandes os esforços da CPCAN para o financiamento e a construção de instituições de ensino que visassem o recolhimento das crianças pobres da cidade que andavam pelas ruas. A infância considerada desvalida era um dos graves problemas sociais enfrentados pelo município. Nos jornais encontramos vários apelos em prol das crianças abandonadas. Muito mais que uma mácula na imagem de Criciúma, era o medo com o futuro destas crianças que preocupavam as autoridades. Para estas, sem o amparo de uma família ou de adultos que lhes ensinassem o caminho da ordem e da moral, mais cedo ou mais tarde, o abandono se reverteria na forma de pequenos furtos e crimes contra aquela coletividade que o ignorou. O jornal *Tribuna Criciumense*, de 17 de Novembro de 1955, afirmava o seguinte:

O aumento espantoso da criminalidade infantil, e o número incalculável e alarmante de menores abandonados, social e economicamente desajustados sem nenhuma [...] assistência [...] constituem, hoje, um dos problemas a exigir imediata solução, em face à gravidade e perigo que oferecem [...] Serão êles [sic] os homens de amanhã [...] cuja vida miserável e as precaríssimas condições sociais e econômicas [...], poderão oferecer dificuldades inquietantes á harmonia e à ordem social.

Segundo Foucault, na sociedade ocidental em torno das populações pobres que habitavam as cidades industriais criaram-se uma série de angústias que autor denominou de *medos urbanos*.<sup>76</sup> Medo das cidades, das fábricas, dos cemitérios, das epidemias, dos grandes aglomerados urbanos e de seus personagens, operários, mendigos, bêbados, crianças abandonadas, etc. Para sujeitar estes indivíduos, desenvolveram-se inúmeros mecanismos de disciplina – escolas, quartéis, hospitais, asilos e oficinas – que visavam fabricar corpos dóceis e submissos, através de um controle minucioso que incidia sobre os espaços, sobre os indivíduos e seus comportamentos, suas distribuições confusas e desorganizadas,

---

<sup>76</sup> FOUCAULT, 2000, op.cit., p. 87.

decompondo amontoados coletivos, utilizando táticas de antiaglomeração, antideserção e antivadiagem.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” [...]; ela define como se como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, [...].<sup>77</sup>

As crianças foram alvos de inúmeros discursos que tentavam forjar um modelo de infância no qual os cuidados com a moral e um corpo saudável eram imperativos para esta fase da vida. Neste sentido, os considerados menores abandonados ou infratores, estavam no extremo oposto da infância almejada. Tendo em vista este discurso, o jornal *Tribuna Criciumense* alertava a população para os perigos da infância desvalida:

Tem se notado que nossa cidade, na assistência aos menores desocupados, tem sido um tanto abandonada pelas autoridades competentes. Amudamente se constata isto, quando se presencia, pelas nossas ruas e praças, notadamente nos principais pontos de afluência do público, uma surpreendente quantidade de meninos em completa algazarra, despreocupados, em correrias, cruzando ruas e calçadas ao completo abandono de uma disciplina policial bastante necessária.<sup>78</sup>

Para o articulista, o problema da criança desamparada era considerado grave e deveria ser enfrentado por toda a sociedade Criciumense. Várias iniciativas buscaram retirar estas pessoas das ruas, visando dar-lhes abrigo e uma profissão. Neste sentido foi criada Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados (SCAN), fundada em 1949, pelo *Rotary Club*, com o objetivo de prestar assistência às crianças pobres do município. Esta tinha como objetivo inicial a construção das chamadas “casas lares”, nas quais cerca de dez crianças seriam entregues a um casal responsáveis por criá-las, preparando-os para o convívio saudável em sociedade. Era imprescindível acima de tudo ensinar-lhes os valores burgueses, tais como, o esforço individual e o trabalho, pois caso não fosse acolhido e educado desde cedo “o menor abandonado [transformaria-se], com justa razão, em um revoltado, contra tudo e contra todos; a sociedade, que os deixou nesse estado é culpada de seu inexorável destino, que leva a degradação de todos os vícios e todos os crimes”.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007. p.119.

<sup>78</sup> Menores: um problema importante da cidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 02 de Junho de 1962. p. 03.

<sup>79</sup> O drama do menor abandonado. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 22 de Fevereiro de 1960. p. 01.

A CPCAN empenhou-se em promover a construção de instituições que se dedicavam a cuidar de menores abandonados, tais como, o Bairro da Juventude administrado pela ordem religiosa dos Irmãos Rogacionistas do Sagrado Coração de Jesus. Inaugurado em 1954, este instituto formou-se a partir das antigas fundações da SCAN cedidas aos padres, que com a ajuda de recursos financeiros recebidos da CPCAN construíram, reformaram e ampliaram as antigas bem feitorias da instituição. Segundo Antônio Luiz Miranda e Maurício da Silva Selau<sup>80</sup>, ainda no ano de 1954 foram inaugurados três novos pavilhões que constituiriam em “Abrigos de Menores Abandonados”. Daquele ano em diante os “meninos desamparados” da cidade passariam a residir na instituição aprendendo valores morais baseados na rígida ética cristã de disciplina e obediência.

Direcionado apenas aos meninos, o Bairro da Juventude oferecia educação formal, além de cursos profissionalizantes com o apoio do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que visavam transformar as consideradas “pequenas ameaças” em braços habilidosos para o labor industrial. A aprendizagem de um ofício ou o internamento em uma instituição asilar era a garantia de que estes “pequenos empecilhos” se tornassem crianças prontas para o convívio em sociedade.

[...] uma campanha se faz muito necessária, apelando-se, com energia e continuidade, para os poderes competentes, no sentido de ser corrigido êsse [sic] mal, quer dando-se maiores possibilidades para o internamento desses [sic] “vadiozinhos” em abrigos rigorosamente fiscalizados, quer internando-os em estabelecimentos escolares, no caso a SCAN, tão mal olhada pelo govêrno [sic] estadual, quando muito se recomenda ao poder público pelo valor da sua obra educacional.<sup>81</sup>

A instituição passou a ser percebida pelas elites da cidade como o único lugar possível para o confinamento das crianças pobres e “desvalidas” afastando-as dos perigos das ruas. Eis o que afirmava o articulista do Jornal Tribuna Criciúmensense

E os pobres mirins? Os delinqüentes iniciantes? São futuros gatunos. Ninguém pensa nêles [sic]. Êles [sic] continuam pedindo. Um dia acostumam. E costume vira vício. E o vício é encarado como profissão. Os prejudicados: nós. Seremos um dia os visitados pelos amigos do alheio.<sup>82</sup>

<sup>80</sup> MIRANDA, Antônio A. de; SELAU, Maurício da Silva. **Bairro da juventude: 50 anos de história a filantropia na poeira do carvão**. Criciúma, SC: UNESC, 2003. p. 52.

<sup>81</sup> Mocinhas ladras as voltas com a polícia. **Tribuna Criciúmensense**, Criciúma, 25 de Dezembro de 1962. p.04.

<sup>82</sup> Capital dos pedintes. **Jornal de Criciúma**, Criciúma, 17 de Junho de 1962. p. 06.



Mesmo com o empenho em retirar as crianças das ruas, oferecendo-lhes abrigo e educação profissional, as obras do Bairro da Juventude sozinhas, segundo o jornal *Tribuna Criciumense* não deram conta de reverter o quadro do menor desamparado na cidade.

[...] o Bairro da Juventude, instituição que justamente se orgulha Criciúma, deixa de ter qualquer significação porque o trabalho que vem desenvolvendo os Padres Rogacionistas, na recuperação dos menores desvalidos e transviados lá internados, é superado pela vadiagem que impera nesta cidade.<sup>83</sup>

Apesar de ser essencialmente caritativa e voltada para o mundo do trabalho, as obras desta instituição transformaram-se em um marco na assistência aos menores considerados abandonados da cidade. A partir das mesmas, uma série ações seriam encampadas por outra instituições.

No âmbito de assistência médica e social às famílias mineiras, outras iniciativas marcaram também os trabalhos da CPCAN. Em conjunto com os empresários mineradores fundaram, em 1959, a Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão (SATC). Os serviços prestados pela instituição dividiam-se em duas vertentes. A primeira oferecia, sem ônus algum, aos filhos e filhas de mineiros, uma escola industrial masculina com oficinas de mecânica geral; marcenaria; fundição e eletricidade; e uma escola profissionalizante feminina,<sup>84</sup> ambas administradas pelos Irmãos Maristas. Diferente da proposta do Bairro da Juventude que previa o internamento integral e apenas destinado aos menores abandonados; os meninos e meninas que estudavam na SATC passavam apenas algumas horas por dia na escola, nela recebiam educação formal e técnica. Nos cursos profissionalizantes masculinos, as crianças aprendiam desde cedo os valores do trabalho e da disciplina fabril. A partir de 1964 o instituto educacional expandiu sua atuação oferecendo também assistência médica aos trabalhadores das minas de carvão e suas famílias. Este serviço ficou a cargo das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que depois de alguns anos realizando o mesmo trabalho assistencial com as famílias da vila operária Próspera passaram desempenhar as mesmas atividades através de um convênio com a SATC em 1964, a partir de sua casa assistencial no distrito do Rio Maina.

A pedido do seu conselho executivo e em conjunto com o médico pediatra David Luiz Boianovisk, também funcionário da SATC, foi dado grande ênfase aos trabalhos de puericultura e cuidados elementares com a primeira fase da infância. Utilizando um sistema

---

<sup>83</sup> Menor pedinte. *Tribuna Criciumense*, Criciúma, 04 de Novembro de 1957. p. 03.

<sup>84</sup> Não foi possível encontramos em nossas pesquisas o conteúdo programático dos cursos oferecidos às meninas e moças.

diário de rodízio no atendimento, cerca de onze Vilas Operárias eram visitadas rotineiramente pelas Irmãs. Nestes encontros eram ensinadas técnicas simplificadas de enfermagem caseira atentado para os cuidados com a assepsia dos ambientes, limpeza da pele e de pequenos ferimentos, troca das fraldas sujas ou molhadas, controle da temperatura corporal e do peso, profilaxia de infecções e alimentação.<sup>85</sup> Este conjunto de ações objetivavam assegurar o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral dos infantes em consonância com seu ambiente de vida; incentivadas a cultivar a saúde de suas crianças as mães garantiriam que estas se desenvolvessem normalmente, “amparando-as e defendendo-as contra os múltiplos perigos que as ameaçavam em consequência a ação maléfica de fatores ambientais e sociais”.<sup>86</sup>

Além dos serviços de puericultura, as Pequenas Irmãs da Divina Providência realizaram junto às mulheres das Vilas Operárias atendidas pela SATC os cursos de corte e costura, arte culinária, trabalhos manuais, artesanato e orçamento familiar. Estas atividades eram desenvolvidas durante o período de visitação e, geralmente feita em duplas, quando uma Irmã ficava responsável pela observação das crianças, enquanto a outra ministrava os cursos. Ensinando as mulheres a arte da economia doméstica, os mineradores pretendiam criar um ambiente doméstico saudável e harmonioso, no qual o trabalhador após longas jornadas de trabalho pudesse encontrar um ambiente limpo e agradável propício a revitalização de suas forças.

Embora uma série de outras atividades como catequese, aconselhamentos e palestras fossem realizadas com as crianças, moças e rapazes, foi sobre a mulher-mãe que recaíram os maiores imperativos para a promoção de um novo arranjo de organização da família, em que a mãe deveria estar atenta as necessidades do marido, filhos e filhas, vigiando horários, condutas, prevenindo doenças e desvios, “ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar [...] daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação.”<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade do Rio Grande do Sul, 2007. p. 336-337.

<sup>86</sup> COELHO, José Guerra Pinto; PORTUGAL, Henrique Furtado. **Higiene e puericultura**. Volume 3. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1967. p.12.

<sup>87</sup> RAGO, 1985, op. cit., p.53.

## **2. A VILA OPERÁRIA PRÓSPERA: ENTRE DISCURSOS, PRÁTICAS E SOCIABILIDADES**

### **2.1 Carbonífera Próspera S.A.: a tentativa da construção de um espaço disciplinar**

A vila operária Próspera teve o seu desenvolvimento ligado às atividades mineradoras da Carbonífera Próspera S.A. Segundo Mario Belolli, esta companhia foi uma das primeiras estabelecidas na região de Santa Catarina, sendo esta sucessora da antiga Companhia Carbonífera Colônia Ltda., fundada em 1917 na cidade Urussanga por um grupo de empresários formado por Ângelo Antônio Nichele, Atílio Cassol Bainha, Polidoro Bez Batti, Jorge da Cunha Carneiro, Vitorio Búrigo e Paulo Marcos. Meses depois de sua fundação, a empresa despertou o interesse dos empresários criciúenses, Marcos Rovaris, Pedro Benedet, Frederico Minato, Pacífico Nunes de Souza e Pedro Meller que compraram partes significativas da carbonífera, passando a integrar o corpo de associados da empresa. Com a mudança de sócios, a mineradora adquiriu novo nome, passando a se chamar Sociedade Carbonífera Próspera Ltda., transferindo a totalidade de suas atividades para a cidade de Criciúma onde passou a funcionar “em uma propriedade de 404.507 metros quadrados, localizada no lote A, na estrada da Linha Anta, adquirida em março de 1922 do agricultor Antonio Benedet”.<sup>88</sup>

Pela abundância do material retirado de suas galerias e, pela qualidade de seu carvão, a mineradora fazia parte do grupo das empresas que comandavam a extração do mineral no subsolo da cidade de Criciúma, pronta “para entregar ao mercado um produto de qualidade

---

<sup>88</sup> BELOLLI, Mário. Sociedade Carbonífera Próspera Ltda. tem origem em Urussanga. Coluna JM Memória. **Jornal da Manhã**, Criciúma 28 de Janeiro de 1998. p. 10.

superior, conforme foi sempre, aliás a preocupação máxima dos dirigentes da empresa”.<sup>89</sup> A Sociedade Carbonífera Próspera Ltda., aos poucos, foi se destacando no cenário de mineração da cidade, angariando como principais clientes “a Marinha de Guerra Nacional, Loyd Brasileiro, Hoepcke & Cia, Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, a Cobrasil, Belmiro Rodrigues, Brasiliam Coal Limited & Wilson & Soon.”<sup>90</sup> A empresa operou com capacidade máxima até meados de 1924, rendendo os dividendos esperados por seus sócios; ainda neste mesmo ano, em função do bom desempenho apresentado pela companhia, a mesma foi comprada por um grupo de empresários cariocas e alemães que a dividiu em lotes acionários, passando a se chamar Sociedade Carbonífera Próspera S.A.

Com o passar do tempo, devido o mau momento enfrentado pela economia brasileira, e pela falta de investimentos na infraestrutura da região carvoeira de Santa Catarina, as atividades da empresa foram diminuindo pouco a pouco até serem parcialmente paralisada em 1927. Em agosto de 1938, mais uma vez um grupo de empresários criciუმenses, liderados desta vez por Júlio Gaidizinski e Jorge da Cunha Carneiro, comprou todas as possessões da empresa em Criciúma, retomando as atividades da companhia colocando-a novamente em uma posição de destaque. Na presidência da companhia até 1940, Júlio Gaidizinski reorganizou as finanças da empresa adequando-a às novas exigências de mercado e, como forma de garantir o abastecimento ininterrupto de seus tradicionais parceiros comerciais, a companhia arrendou o subsolo de cerca de sete lotes coloniais no entorno da cidade perfazendo um total de 1.750.000 metros quadrados de área explorável por um período de dez anos.<sup>91</sup>

Entre os mercados atuais, além da CBCA, que absorve quasi [sic] a totalidade da produção, a sociedade esta presa a contratos [...] justamente para fazer face a grande procura que tem o seu produto, por muitos reputado como um dos melhores do sul Brasil, a Sociedade esta preparando a traçagem [sic] e a rotação das galerias para uma intensificação da produção, de modo a poder contar, no mínimo, com uma produção mensal de 3.000 a 4.000 toneladas de carvão escolhido.<sup>92</sup>

---

<sup>89</sup> ROCHA, José Fiuza da; SCORZA, Evaristo Pena. **Estratigrafia do carvão em Santa Catarina**. Boletim 104. Rio de Janeiro: DNPM, s/d. p. 141.

<sup>90</sup> BELOLLI, Criciúma 28 de Janeiro de 1998, op. cit., p. 10.

<sup>91</sup> BELOLLI, Mário. Carbonífera Próspera tem sede transferida do Rio para Criciúma. Coluna JM Memória. **Jornal da Manhã**, Criciúma 19 de Fevereiro de 1998. p. 11.

<sup>92</sup> ROCHA; SCORZA; 1938, op. cit., p. 141.

Segundo Giani Rabelo, após algumas transações comerciais, em novembro de 1940, outro grupo de empresários<sup>93</sup> e, liderados por Irineu Bornhausen, uniram-se aos criciumentes passando a fazer parte também do corpo acionário da empresa.<sup>94</sup>

Dois anos após a entrada do grupo de Irineu Bornhausen nos negócios da empresa, o comendador José Martinelli assumiu o controle acionário da companhia, implementando mudanças significativas na estrutura funcional da firma. Dentre os principais feitos do comendador na direção da Próspera, estava a associação com o Governo Federal, sob a figura da CSN, que tornou-se dona da metade da empresa dando novos rumos ao futuro da carbonífera. Em 1953, a CSN assumiu definitivamente o controle acionário da Carbonífera Próspera S.A., transformando-a para os padrões industriais do estado, na mais “poderosa” empresa mineradora do estado Santa Catarina<sup>95</sup> até novamente ser privatizada em 1991.<sup>96</sup>

Por todos os cantos da vila operária Próspera espalhavam-se grandes instalações de madeira e aço. O galpão de escolha, os reservatórios da água, as caixas de embarque e os trilhos trens, por onde o constante vai-e-vem vagões adentrava a vila para recolher o precioso ouro negro. As grandes armações de madeira para onde era levado o carvão antes do embarque davam um aspecto insólito a vila. O negrume de seus compartimentos e o ar carregado em seus arredores lembravam constantemente os moradores do processo produtivo ao qual estavam ligados de forma simbiótica: sem carvão não haveria a empresa e sem a empresa não haveria emprego e moradias. Na figura 01 vemos a imagem das instalações da carbonífera.

---

<sup>93</sup> Irineu Bornhausen, Antônio Ramos, Marcos Konder, entre outros.

<sup>94</sup> RABELO, Giane. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. in: FILHO, 2004, op. cit., p. 295.

<sup>95</sup> TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da Cidade:** poder e imaginário das elites em Criciúma. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Florianópolis, 1995. p. 56.

<sup>96</sup> Segundo o historiador Emerson César de Campos, a privatização da CSN não ocorreu de forma pacífica, pelo contrário, foi uma das mais marcantes lutas envolvendo o carvão na cidade. “Durante o processo de privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que atuava em Criciúma através da Companhia Próspera e que era detentora de grandes reservas de carvão. Reagindo ao processo de privatização, os mineiros ocuparam as instalações da empresa, queimaram caminhões e colocaram explosivos nas imediações da Companhia, ameaçando explodir, caso não fossem atendidas suas reivindicações”. CAMPOS, Emerson César. **Territórios deslizantes:** recortes, miscelâneas e exposições da cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p. 33.



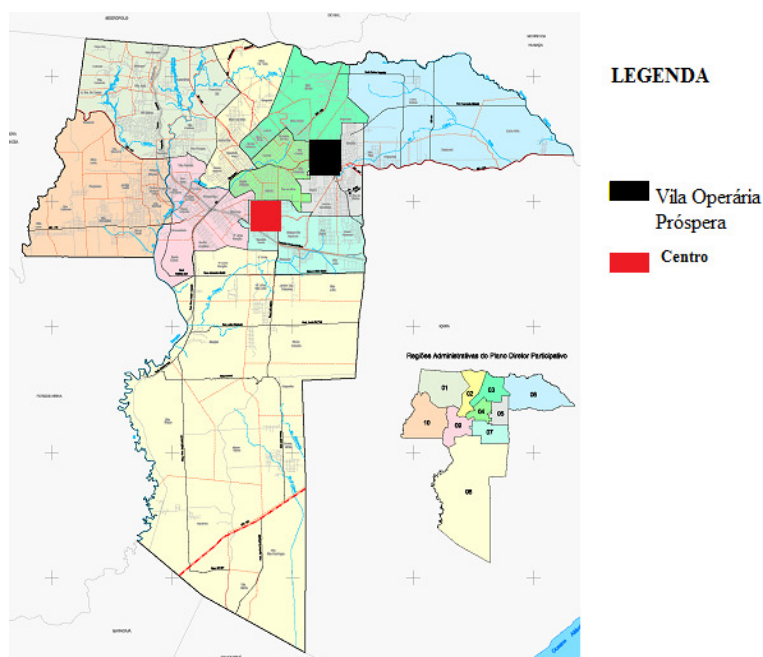
**Figura 01:** Vista parcial das instalações da Carbonífera Próspera S.A. Criciúma/SC (década de 1950).  
**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

A transferência da totalidade das ações da carbonífera para CSN representou uma importante mudança na atuação da empresa junto aos seus trabalhadores. Seguindo uma tendência nacional que vinha se desenrolando desde o início do século XX, o empresariado brasileiro diante da organização dos operários por melhores condições de vida e de trabalho, buscaram também se organizar na tentativa de barrar a constante ameaça representada pelo movimento social. Através de certas “concessões” ou “benefícios”, segundo Margareth Rago, os empresários pretendiam “determinar os caminhos da formação do proletário, [...] de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada, [oscilando] entre o exercício da repressão direta e o “paternalismo”.<sup>97</sup> Durante todo período que compreendeu as décadas de 1950 e 1960, a CSN procurou “forjar” trabalhadores disciplinados através de uma organizada rede assistencial.

---

<sup>97</sup> RAGO, 1985, op. cit., p. 33.

A vila operária Próspera, assim como as existentes em várias partes do país, desenvolveu-se com a intenção primeira de aproximar os trabalhadores qualificados das unidades de produção. Obedecendo, em partes, aos mesmos requisitos de instalação de outras vilas de Criciúma.<sup>98</sup> As primeiras casas da vila operária Próspera foram construídas em torno do escritório da empresa que ficava nas proximidades das bocas de mina, com o intuito de facilitar o acesso dos mineiros às frentes de trabalho, sem que para isso, fosse necessário a utilização meios de transportes coletivos em funcionamento na cidade.



**Figura 02:** Mapa de Criciúma com destaque para a vila operária Próspera.  
**Fonte:** UNESCO/IPAT

Guardando as singularidades com as vilas existentes em outros centros urbanos, o espaço físico da vila operária Próspera, assim como as casas pertencentes à Carbonífera, até 1953 ainda não atendiam os requisitos de higiene e conforto, tão perseguidos pelos sanitaristas em todo o país. Segundo Marli de Oliveira Costa<sup>99</sup>, as primeiras casas da vila

<sup>98</sup> A maior parte das Vilas Operárias construídas pelas mineradoras em Criciúma desenvolveram-se nos arredores das Bocas de Minas.

<sup>99</sup> COSTA, Marli de Oliveira. **Artes de Viver:** Recriando e reinventando espaços, memórias das famílias mineiras da vila operária próspera, Criciúma (1945/1961). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. p. 51.

operária Próspera foram construídas sob a direção de Júlio Gaidisinski e Jorge da Cunha Carneiro na década de 1930. Neste período, as habitações construídas pela carbonífera para receber as populações que migravam das áreas litorâneas em busca de emprego na mineração, eram suficientes apenas para comportar os trabalhadores efetivamente empregados pela Companhia. Conforme a produção da carbonífera mantinha-se em alta e, conquistava novos mercados para os seus produtos, crescia também o número de trabalhadores que procuravam emprego em suas frentes de trabalho. Como as casas disponibilizadas pela mineradora não eram em número suficiente para abrigar todos os trabalhadores, a solução encontrada pelos operários era hospedar-se em alojamentos construídos por pessoas da comunidade. Segundo Dona Olindina Demboski,

A minha casa era bem grande tinha não sei quantos lances, uma casa de madeira bem grande, e eu alugava aquelas pecinhas para algumas famílias, moraram umas trinta famílias comigo naquelas casas alugadas.<sup>100</sup>

Mesmo construídas com a finalidade do aluguel eram poucas as unidades deste tipo de habitação existentes na Vila como relembra Olindina Demboski, “\_casa para alugar não tinha, [...] era difícil de arrumar”.<sup>101</sup> Edificadas no em torno do escritório da empresa as primeiras casas operárias eram feitas com paredes de barro e teto de palha, em um local que ficou conhecido como *rua da palha*. De acordo com Olindina, “antigamente apenas algumas partes tinham casas, [...] com poucas casinhas, tudo casinha de palha, a rua da palha. Era para lá da Chaminé, [...] foi ali que começou a Próspera, tudo casinha de palha”.<sup>102</sup> Com o passar dos anos, conforme os empreendimentos da companhia na localidade foram aumentando, novas casas foram construídas para alocar o crescente número de pessoas que ali se instalavam, mas a partir deste momento não foram mais edificadas casas de palha e, sim, de madeira.

---

<sup>100</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> Ibid.





**Figura 03:** Construção da Chaminé da usina de eletricidade da Carbonífera Próspera S.A. [s/d]

**Fonte:** Acervo particular de José da Silva

No relatório de 1940 elaborado pelos engenheiros José Fiuza da Rocha e Evaristo Pena Scorza, em que os mesmos fazem um levantamento sob as condições financeiras, técnicas e geológicas das minas de carvão em Santa Catarina, a vila operária Próspera é assim descrita:

Compreende 100 casas de madeira, incluindo as casas destinadas aos empregados de maior categoria da administração. São bem feitas, obedecendo a alinhamentos, e pintadas com uma tinta vermelha obtida da própria indústria do carvão.<sup>103</sup>

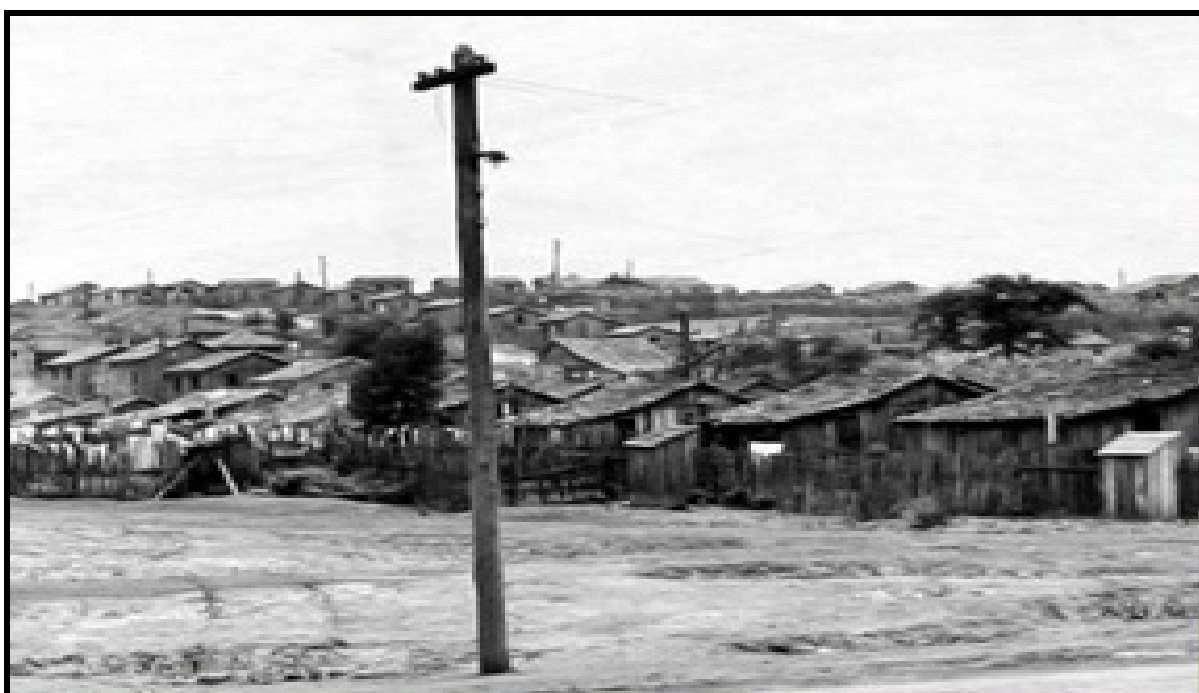
José da Silva descreve de outra forma a vila. Construídas sobre o solo irregular e coberto de pirita, as casas ficavam dispostas uma ao lado da outra, formando um “salpicado de pobres casebres negros, mal apumados e enegrecidos pela fuligem das marias-fumaça”,<sup>104</sup>

<sup>103</sup> ROCHA; SCORZA, op. cit., p. 142.

<sup>104</sup> SILVA, José da. **Lembranças...Quantas lembranças.** in: (Orgs) SILVA, José da; Patrício, José de Souza. Semente de luz em terra próspera: o bairro Próspera no tempo das freiras. Criciúma: [s.n.], 2001. p.77.

Irmã Cláudia Freitas, por sua vez, relembra o aspecto das casas operárias fornecidas pela empresa: “as casas eram todas de madeira preta, tudo era preto, mesmo as crianças brancas ficavam pretas, porque tudo era muito carvão, dava a impressão que se faziam quatro paus fincados e punham a casa em cima”.<sup>105</sup>

As habitações fornecidas pela mineradora formavam um grande emaranhado de casas que, a distância parecia não ter fim. Apenas algumas árvores destoavam da constância imposta pela regularidade das construções. Todas eram feitas de madeira velha e enegrecida pela fuligem do carvão, erigidas acima de uma camada compacta e espessa de pirita no qual nada nascia. A palheta de cores utilizada para pintar a grande aquarela que deu vida a vila operária Próspera em nada foi ousada, quase monocromática, apenas o preto e o cinza é que davam o tom, desde o chão em que se pisava até as telhas carcomidas pela acidez do ar; tudo era negro! Como vemos na figura 05.



**Figura 04:** Vista parcial da vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

---

<sup>105</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

As casas possuíam cerca de quatro metros de comprimento, por cinco de largura, ou seja, cerca de vinte metros quadrados<sup>106</sup>, distribuídos em cozinha, sala, dispensa e um quarto; o banheiro ficava do lado de fora da casa e era chamado de “patente”.<sup>107</sup> Este era utilizado por todos os moradores da casa, e era considerado o responsável por boa parte das contaminações por verminoses. O tamanho das residências era pequeno se levarmos em consideração que as famílias dos mineiros eram compostas por cerca de dez pessoas, como lembra José da Silva.<sup>108</sup> “A maioria eram de famílias grandes, de dez, doze filhos” e que em tempos de dificuldades ainda abrigava parentes e amigos que não possuíam residência na cidade. As casas, muitas vezes, chegavam a comportar até quinze pessoas.

Conseguir uma casa na vila operária Próspera não era tarefa fácil, o trabalhador que vinha em busca de emprego, mesmo com uma “colocação”<sup>109</sup> garantida, ficava esperando por semanas. Segundo José da Silva “nós quando chegamos fomos morar com uma tia do meu pai, para depois conseguirmos uma casinha”.<sup>110</sup> A partir deste depoimento é possível perceber a constituição de práticas cotidianas que visavam acolher os novos moradores que chegavam a vila, formando o que podemos chamar de *redes de solidariedade*. O estabelecimento dessas redes entre os moradores da vila operária Próspera era frequente.

O processo de aquisição de uma moradia para um parente ou amigo poderia ser apressado em função da imagem que o administrador da empresa tinha da pessoa que havia acolhido. Caso este fosse considerado um bom trabalhador receberia uma casa em melhores condições e, muitas vezes, de forma mais rápida. A socióloga Martine Segalen encontrou estas mesmas estratégias de sobrevivência e redes de solidariedade entre os trabalhadores de Nanterre, na França.

É conhecido o papel activo desempenhado pelas redes de parentesco para acolher o imigrante provindo da mesma província, encontrando-lhe alojamento e residência e facilitando-se assim o melhor possível para a sua integração na cidade.<sup>111</sup>

As casas da vila pertenciam à empresa de mineração, sendo proibido a cobrança de qualquer tipo de taxas para locação. Todavia entre os moradores da vila existia uma espécie

<sup>106</sup>SILVA; PATRÍCIO; 2001, op. cit., p. 34.

<sup>107</sup> Uma espécie de banheiro que servia apenas para as necessidades fisiológicas, em sua grande maioria eram pequenas casinhas de madeira, com cerca de (1x1m), erguidas sobre um buraco no chão, nos fundos da casa.

<sup>108</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>109</sup> Maneira como os trabalhadores chamavam sua efetivação em uma frente de trabalho nas minas.

<sup>110</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>111</sup> SEGALLEN, 1999 [a], op. cit., p. 17.

de “acordo” tácito. Informalmente o mineiro que quisesse alocar uma das casas tinha que pagar ao seu antigo morador o “direito” pela casa, uma espécie de “passe”, para que a moradia então fosse liberada, como relembra José da Silva,<sup>112</sup> “para conseguir uma casinha, tinha que comprar o direito, o cara cobrava o direito para desocupar a casa”. Os moradores da vila utilizavam-se de táticas para burlar as regras impostas pela mineradora e seus administradores. “Práticas de sobrevivência, que se configuram como fontes de resistência, intercalando-se como táticas e subterfúgios possíveis de um cotidiano improvisado, sempre em processo de ser re-inventado”.<sup>113</sup> Para Michel Certeau, a tática é a arte do “fraco”, é “jogar” no terreno que lhe é imposto. Ela se opera de golpe em golpe, de lance em lance, “não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo”.<sup>114</sup>

Para a mineradora ceder uma casa a um novo morador, este deveria cumprir algumas condições preestabelecidas, tais como: não alterar a estrutura original da casa – sendo expressamente proibida a construção de “puxadinhos” sem o conhecimento prévio da companhia – desocupar a casa assim que fosse desligado dos trabalhos, pagar um aluguel mensal diretamente descontado de seu salário, etc. De acordo com José da Silva, “as casas não eram de quem morava, elas eram da empresa, e nossos pais pagavam uma insignificância de aluguel”.<sup>115</sup> Para a historiadora Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, no caso paulistano, muitas vezes “as indústrias usavam as moradias oferecidas aos operários como forma de pressão ou instrumento de força para conter greves ou rebeldias”.<sup>116</sup>

O aspecto da vila operária Próspera não estava muito longe daquelas imagens descritas por Friederich Engels<sup>117</sup> em sua passagem por Londres e relatado no livro *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, no qual as habitações operárias eram apresentadas como rudimentares. O ar cinzento que encobria a vila operária Próspera era resultado do constante processo de extração e beneficiamento do carvão e, avolumado pelo interminável vai-e-vem de trens que passavam pelo local até as caixas de embarque.

---

<sup>112</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

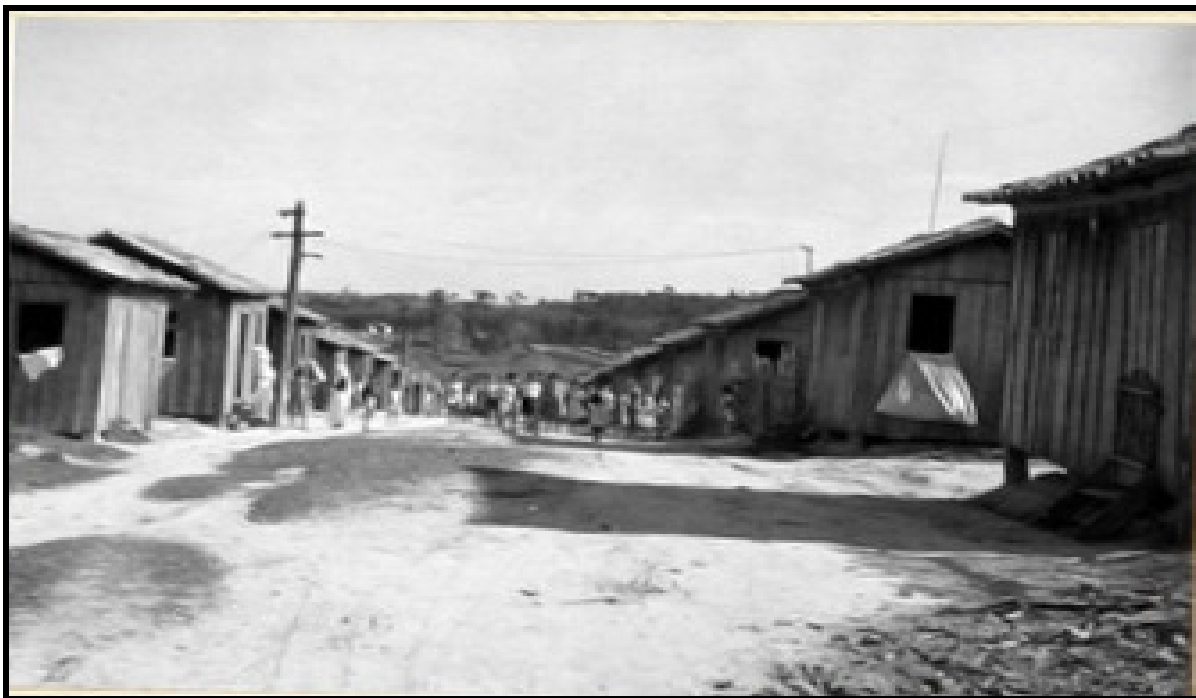
<sup>113</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Hemenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, 1998. p. 228.

<sup>114</sup> CERTEAU, 1994, op. cit. p. 100.

<sup>115</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>116</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de trabalhadores na República São Paulo – 1889/1940**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 26.

<sup>117</sup> Cf. ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Presença, 1975.



**Figura 05:** Vista parcial da vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Distribuídas por ruas sinuosas, desprovidas de calçamento e com a ausência total dos serviços de saneamento básico, as casas ficavam dispostas em meio à sujeira e a lama produzida pelo excesso dos rejeitos de pirita, segundo Olindina Demboski, “para atravessar a rua era só de galocha, era lodo puro, não dava para atravessar de chinelo ou de sapato, era um rio”.<sup>118</sup> Diferente dos bairros centrais, onde habitavam outros grupos sociais da cidade, servidos por um extenso aparelho de escoamento sanitário, água encanada e energia elétrica, a vila carecia de serviços elementares como o abastecimento de água tratada.

A água para as lidas domésticas eram conseguidas através de poços ou cisternas, que eram poucos em toda a Vila, já que o solo contaminado não permitia a construção deste tipo de reservatório pois,

[...] a pequena profundidade da camada barro branco e as numerosas minas de meia encosta exploradas ali, a qualidade das águas superficiais, assim como das águas de poços ou cisternas, deixa muito a desejar, sob o ponto de vista as potabilidade.<sup>119</sup>

<sup>118</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>119</sup> ERICHSEN, Alberto Ildelfonso. **Relatório a diretoria 1950**. Boletim nº 93. DNPM: Rio de Janeiro, 1952. p 50.

Conseguir água para cozinhar, lavar e tomar banho ficava então a cargo das mulheres, que saíam bem cedo de casa em direção ao riacho que existia nas terras de um “colono” chamado Daré. A falta de água era freqüente e agravava-se com os constantes períodos secas ocorridas na cidade, principalmente, nas épocas de verão, como relembra José da Silva:

Além de não ter água encanada, no verão faltava muita água, aí tinha uma poça que a gente ia buscar água lá atrás do campo do Próspera, porque ali atrás do campo tinha uma vertente que dava para o açude, que descia e formava a açude atrás da chaminé, e o pessoal ia buscar água lá na vertente, lá em cima do morro, era fila de gente com lata d’água na cabeça, de balde. As mulheres não tinham água na torneira, elas iam lavar a roupa lá na represa do Daré, ou lá no Seu Zé Olímpio, ele tinha um poteiro grande, aí descia um rio lá do morro das bananeiras, e ia formando tipo um riacho por meio das pedras.<sup>120</sup>

Somente depois da implementação, em 1949, da rede de distribuição de Criciúma com a construção da adutora e do recalque que levava água diretamente para a vila operária Próspera é que a situação viria ser amenizada. Mesmo com a construção da adutora, as casas destinadas aos operários continuaram sem receber água. A empresa apenas improvisou uma torneira no centro da Vila, que era chamada de *carioca*.

Segundo Pierre Mayol, o bairro é um lugar onde se manifesta um “engajamento social”, uma arte de conviver com os vizinhos que estão ligados uns aos outros essencialmente pela proximidade e pela repetição. Viver no bairro impõe um compromisso coletivo onde cada uma das pessoas que ali residem renunciam suas pulsões individuais, em favor da comunidade. Vivendo em concordância com os valores estabelecidos como saber portar-se, falar, ser conveniente, ou seja, respeitar as normas da vida cotidiana, o morador pode retirar daí benefícios e usufruir contrato implícito que fundamenta a coexistência do bairro, como ser reconhecido e considerado por seus pares.<sup>121</sup>

Viver no bairro é um constante processo privatização do espaço público, no qual cada lugar, cada canto é marcado pela história de vida de um morador ou remete há uma lembrança individual ou coletiva, feliz ou triste. No bairro, todos se conhecem, sabem um da vida do outro, ele estabelece um limite tênue entre o público e o privado. O indivíduo, mesmo inserido no espaço privado (da moradia), esta se insere no espaço público (do bairro) que é totalmente passível de controle.

<sup>120</sup> José da Silva, entrevista já citada.

<sup>121</sup> CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-40.

Assim o limite entre o público/privado, que parece ser a estrutura fundadora do bairro para a prática comum do usuário, não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une. O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro.<sup>122</sup>

O bairro é então um espaço onde se estabelecem as relações com o outro, demandando a observância de certas regras. “O bairro é um universo que não aprecia muito a transgressão; esta é incompatível com a suposta transparência da vida cotidiana [...]”,<sup>123</sup> todo o desvio imediatamente reflete sobre a conduta moral do residente. Desta forma o morador que se tornou participante deste “contrato social” que deve mantê-lo e respeitá-lo, toda a insubmissão ou a transgressão a ele, é alvo de comentários.

A tagarelice e a curiosidade são as pulsões interiores absolutamente fundamentais na prática cotidiana do bairro: de uma parte alimentam a motivação das relações de vizinhança e, da outra, tentam abolir sem cessar a estranheza contida no bairro. Quanto à tagarelice, é uma conjuração reiterada contra a alteração do espaço social do bairro pelos acontecimentos imprevisíveis que podem perpassá-los; procura uma “razão para tudo” [...].<sup>124</sup>

O bairro também é um local onde se expressa a inventividade cotidiana. É nele onde se realizam as bricolagens na tentativa de re-apropriar do que lhe é dado. Assim na vila operária Próspera, outro subterfúgio muito utilizado pelos moradores da vila, era a locação de uma das “repartições” da casa, principalmente para os jovens solteiros. Apesar de habitarem em espaços pequenos, a prática de sublocar um dos cômodos representava para as famílias dos mineiros um acréscimo na renda doméstica ao final de cada mês. José da Silva narra sobre esta prática:

[...] tinha muita gente que colocava pensionistas em casa, como lá em casa, onde pararam vários parentes nossos que vieram do Ribeirão, terra dos meus pais, no interior de Laguna, que vinham para ali, sobrinhos do meu pai, primos, [...] e não tinham onde ficar, as vezes solteiros, as vezes casal, ficavam lá em casa.<sup>125</sup>

Para a socióloga Martine Segalen, um dos principais problemas que afetavam as famílias operárias era a falta crônica de espaço nas habitações, consideradas tão importantes para o desenvolvimento das relações sociais entre as pessoas no interior do lar. Unida a falta

<sup>122</sup> CERTEAU; GIARD; MAYOL; 1996, op. cit. p. 43.

<sup>123</sup> Ibid., p. 50.

<sup>124</sup> Ibid., p. 51.

<sup>125</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

de espaço, os baixos rendimentos “obrigavam as famílias a receber um hóspede, a quem se subaluga um colchão por de trás de uma cortina”.<sup>126</sup> Sublocar um dos compartimentos da casa era uma das maneiras encontradas pelos moradores da vila operária Próspera de burlar uma ordem pré-estabelecida. Conforme Michel de Certeau são as “maneiras de se reapropriar do sistema produzido [...] técnicas de reemprego, onde se pode reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas”.<sup>127</sup>

Estudos relacionados à história social da família<sup>128</sup> conferem relativa importância ao papel desempenhado pela habitação na constituição do universo sentimental que envolveu a chamada família nuclear burguesa a partir do final do século XVIII. O historiador Phillippe Ariès, analisando as práticas das famílias abastadas da França do século XVIII, observa a importância da reorganização do espaço interno da casa na constituição da família nuclear burguesa. Para o autor, ao confinar os seus membros no interior das habitações, a burguesia resguardou o seu grupo dos perigos atribuídos ao mundo externo.

A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço para intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos.<sup>129</sup>

O sentimento de intimidade, chamado pelo historiador norte-americano Edward Shorter de “domesticidade”, seria a consciência de que tem a família em si uma unidade emocional valiosa e que deve ser protegida com privacidade e isolamento do intruso exterior. Desta forma, os membros pertencentes a um determinado grupo passaram a sentir-se mais solidários uns com os outros, deixando de lado as relações estabelecidas na comunidade circundante, uma vez que “o foco dos laços significativos mudara-se de fora da família para dentro”.<sup>130</sup>

Para a burguesia a casa transformou-se em um elemento central no desenvolvimento das relações entre os membros da família. Era em seu interior, que ficavam mais explícitas as distinções entre homens e mulheres. Atendida por um número mínimo, mas suficiente de criados, a mulher era responsável pela economia doméstica, distribuição de tarefas e cuidados essenciais com as crianças. O marido após desempenhar o seu papel no espaço público – como representante da família – e de provedor, deveria encontrar uma casa

<sup>126</sup> SEGALEN, 1999 [a], op. cit., p. 13.

<sup>127</sup> CERTEAU, 1994, op. cit., p. 52.

<sup>128</sup> Ver trabalhos de: Edward Shorter, Phillippe Ariès, Martine Segalen, Antoine Prost.

<sup>129</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981. p. 267.

<sup>130</sup> SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995. p. 246.



aconchegante e acolhedora. Além disso, a habitação deveria representar uma defesa do grupo doméstico contra as “hordas” incontroláveis de pessoas que incessantemente caminhavam e disputavam espaços no mundo externo. Segundo a socióloga Martine Segalen,

[...] os burgueses calafetam-se literalmente na sua vivenda ou no seu apartamento, cuja decoração – onde impera o papel de parede, os cortinados e as tapeçarias – deve isolar do exterior, do barulho e das classes populares.<sup>131</sup>

Para os filantropos e industriais, seria este o modelo o imposto lentamente as famílias operárias, no qual a “familiarização desta [...] estava ligada a melhores condições materiais, nomeadamente condições de habitação decente”.<sup>132</sup> Em São Paulo, após o 1º Congresso de Habitação realizado em 1931, um amplo quadro técnico foi reunido para buscar “soluções” viáveis para a questão da habitação dos trabalhadores. As vilas e as casas operárias eram apontadas como os principais veículos da propagação de doenças e da baixa produtividade industrial. Em Criciúma, foi o próprio Estado, representado por suas autarquias na cidade, que realizou um amplo estudo sobre a situação das habitações existentes nas vilas operárias mineiras, com o intuito de localizar as causas para a baixa produtividade no setor. Idealizado pelo DNPM, o estudo serviria de base para a implementação das novas políticas habitacionais na cidade que seriam promovidas com os recursos financeiros da CEPCAN destinados a assistência social. A vistoria das casas destinadas aos trabalhadores mineiros foi executada pelo médico Francisco de Paula Boa Nova Junior. Mesmo sendo um estudo amplo sobre toda a região carbonífera, as análises das habitações restringiram-se exclusivamente sobre as existentes na vila operária Próspera.

---

<sup>131</sup> SEGALLEN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999. p. 283.

<sup>132</sup> SEGALLEN, 1999 [a], op. cit., p. 20.



**Figura 06:** Vista parcial da vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Um dos primeiros aspectos levantados pelo sanitarista em seu relatório, foi a aparência das casas destinadas aos trabalhadores da vila operária Próspera, que para os padrões médicos, em nada cumpria sua função de acomodar confortavelmente um operário após longas jornadas de trabalho. As habitações foram assim descritas pelo médico:

Casas (ou melhor dizendo “ranchos”) velhíssimas, tôscas [sic], de madeira empenada e podre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escôa [sic] aos borbotões, com assoalhos e paredes repletos de largas frestas, por onde o vento sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos por farrapos, constituem as habitações dos mineiros.<sup>133</sup>

Ilda Pizzetti assim descreve as casas da vila operária Próspera: “as casas eram bem pequenas com três cômodos, não tinham banheiro, eram bem pertinho uma das outras, e os banheiros eram na rua”.<sup>134</sup> Para o médico, a exigüidade dos lares ainda era responsável pela rápida proliferação de doenças infecto-contagiosas. Francisco de Paula Boa Nova Junior assombrava-se com o espaço existente nas habitações da vila operária Próspera e o número de pessoas que nelas residiam. Eis suas observações:

<sup>133</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 67.

<sup>134</sup> IDA PIZZETTI: Depoimento [31 de junho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

São em geral, também, de reduzidíssimas dimensões [da casa], para certas famílias numerosas de operários. Tivemos oportunidade de visitar uma dessas casas em que mineiro, casado, possuía 10 filhos, sendo que os 4 menores dormiam na mesma cama de casal, ou sejam 4 crianças e o casal (6 pessoas!) numa mesma cama. Os outros dois filhos dormiam em esfarrapadas esteiras estendidas no chão junto a cama de casal. E os 4, demais idade, se alojam no outro quarto, também sôbre [sic] velhas esteiras estendidas no chão. E cada quarto não tem mais que 8 metros quadrados!<sup>135</sup>

A considerada exigüidade do espaço das casas populares estava, associada, primeiramente, as práticas sexuais dos pais. Segundo Michel Foucault, as práticas sexuais dos burgueses a partir do século XX foram cuidadosamente encerradas no espaço doméstico com a finalidade de reproduzir. O casal legítimo e procriador é quem dita à lei. Neste espaço social, o único lugar reconhecido para sexualidade é o quarto dos pais. No restante da moradia, os adultos não deviam falar sobre o assunto, esconder os corpos, ter decência nas palavras e nas atitudes. Em relação às crianças, devia-se afastá-las de situações que envolvessem o sexo, devendo proibi-las falar sobre ele, tapar seus ouvidos, fechar seus olhos, ou seja, impor-lhes um silêncio.<sup>136</sup>

A maioria das casas construídas pela empresa mineradora não estava preparada para comportar o tamanho médio das famílias que habitavam a vila operária Próspera. Este fato fazia com que os membros da família (parentes, amigos, etc.) compartilhassem espaços de modo que era quase impossível zelar pela intimidade. Olindina Demboski relembra-se de sua visita a uma das “casas padrão” da vila, no qual chamou-lhe a atenção a falta de espaço, “\_um dia eu fui lá e me admirei como é que aquela gente vivia em uma casinha tão pequeninha”.<sup>137</sup> Nem todos os moradores viviam nas condições descritas pelo médico sanitarista. Existiam algumas casas, um pouco maiores e com um cômodo a mais, onde era possível, ainda que com alguma dificuldade, separar adultos e crianças, bem como meninos e meninas.

Eu lembro que quando nós viemos para Criciúma, quando o meu pai começou a trabalhar na mina, tinha só um quarto, minhas duas irmãs dormiam nele, um quarto de casal, tinha dois quartos, e eu dormia em uma tarimba, tipo uma prateleira, feito de madeira pregado na parede, e eu dormia ali, na despensa. Não era nem um quarto.<sup>138</sup>

<sup>135</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 67.

<sup>136</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 09-10.

<sup>137</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>138</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

O interior das casas, a organização dos espaços e a higiene doméstica também não escaparam do olhar atento do médico sanitarista. A falta de acesso aos serviços de eletrificação e água encanada foram descritas por Francisco de Paula Boa Nova Junior como uma falta grave das companhias de mineração com relação a seus empregados, pois, esta potencializava os efeitos negativos da falta de espaço e da fadiga muscular entre os operários. O médico insistia na ampliação dos serviços de infraestrutura para a constituição de uma mão-de-obra sadia e qualificada. A iluminação das casas da vila operária Próspera, por exemplo, eram assim feitas por seus habitantes:

A iluminação de seus tãoscos [sic] casebres é fornecida pelas próprias lâmpadas a carbureto utilizadas em seu trabalho no sub-solo [sic], ou por pequenas lamparinas a querosene, ambas provocando fumaça e cheiro desagradável que aumenta ainda mais a irritação de seu parênquima pulmonar e de sua conjuntiva ocular, normalmente já irritados pelas poeiras das minas.<sup>139</sup>

O “olhar” do médico penetrava no interior das habitações operárias. Os aspectos inerentes ao mobiliário das moradias também foram alvo de suas análises. A decoração da casa, bem como os seus móveis e utensílios revelam muito sobre a organização da família. Segundo a socióloga Martine Segalen “os móveis são objetos de discurso sempre apaixonados, visto cada um inscrever aí uma parte do seu ser; são realmente portadores da identidade de cada um [...]”.<sup>140</sup> Nesta perspectiva, a mobília era um “reflexo direto” da família e de suas expectativas com o futuro. O discurso do médico sobre o mobiliário operário parece estar estritamente ligado aos estereótipos criados em torno dos trabalhadores. A mobília descrita pelo mesmo é quase como uma imagem direta da desorganização da família pobre e de sua falta de perspectivas para com o futuro. Eis suas afirmações:

O mobiliário da casa de um operário é o mais rudimentar que se possa imaginar, sendo raras as casas de mineiros que possuem mesas onde devam ser servidas as refeições. Cadeiras não as há também; quando muito um pequeno banco tãosco [sic] confeccionado pelo próprio mineiro.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 67.

<sup>140</sup> SEGALLEN, 1999 [b], op. cit., p. 297.

<sup>141</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 68.

O mobiliário escasso dos trabalhadores da vila operária Próspera talvez fosse o reflexo das estratégias de sobrevivência, pois, como sabemos, as casas não pertenciam aos trabalhadores. Estas faziam parte do inventário empresa, que contratava e despedia seus funcionários conforme seus interesses. A possibilidade de melhores rendimentos mensais e de uma casa mais ampla impelia as famílias dos mineiros a trocarem constantemente de companhias mineradoras. Poucos objetos dentro de casa significavam então maior mobilidade à família, caso a mesma fosse exposta a uma possível mudança de empresa e de vila operária. Por outro lado, as pessoas não possuíam recursos para adquirir móveis ou não sentiam a falta destes objetos, tais como, cama, mesa, etc.

A análise das condições de moradias era uma tentativa do Estado estabelecer um prognóstico sobre os “problemas” criados pelas próprias companhias mineradoras, quando estas executaram os seus planos de alocação dos trabalhadores em nas Vilas Operárias, construindo casas que não supriam as necessidades das famílias. Para o médico sanitário, a solução para essa questão demandaria medidas consideradas radicais.

Impõe-se, pois, uma vistoria geral por parte das autoridades competentes nas chamadas “vilas operárias” da região de Criciúma, muitas delas merecendo mesmo ser completamente arrasadas [sic] para dar lugar à construção de verdadeiras “Vilas Operárias”, dotadas dos indispensáveis requisitos de asseio e conforto [sic], de conformidade com os modernos conceitos da higiene do trabalho.<sup>142</sup>

A vila operária ideal, a qual se referia o médico sanitário, era aquela onde seus habitantes pudessem ter acesso aos mínimos requisitos de conforto como a eletricidade, a água encanada, a rede coletora de esgotos, entre outras benfeitorias. As casas deveriam ser construções agradáveis, com espaços amplos e bem iluminados, com um banheiro instalado no interior da moradia e, onde houvesse quartos para as crianças. A consequência imediata deste tipo de habitação seria o retorno do homem à casa, pois:

[...] era freqüente que se sentissem impelidos para o bar pela exigüidade da casa e pela dificuldade em ter uma vida privada nesse espaço. Foi preciso que o espaço doméstico aumentasse para que eles pudessem passar em casa os momentos de lazer cada vez mais prolongados.<sup>143</sup>

As habitações da vila operária Próspera passaram por uma efetiva mudança após a CSN tomar a direção da empresa. Na administração de Sesóstris Rezende Correa, diretor

<sup>142</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 68.

<sup>143</sup> PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: (Orgs) PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 78.

comercial da companhia foi quando começou a ser implementado um novo padrão para construção das residências. As casas passaram a ser construídas de alvenaria ou “material” como chamavam os seus moradores, todas servidas por completas instalações sanitárias. Olindina Demboski relembra partes desta mudança “depois [com o tempo] fizeram umas casinhas para os operários, com umas quatro ou cinco pecinhas, casinha de material, então aqueles que podiam ir para aquelas casinhas, iam”.<sup>144</sup> De acordo com Giani Rabelo, os primeiros conjuntos de casas começaram a serem entregues a partir do dia 1º de maio de 1956, quando em seu discurso Sesóstris Rezende Correa manifestou o objetivo de construir um amplo conjunto de casas compreendendo em um total de quatrocentas unidades.<sup>145</sup>

Estas novas habitações, construídas na parte alta da vila operária, tentavam criar um ambiente diferenciado daquele do qual os moradores estavam já acostumados. O negrume do carvão e da piritá dava lugar a ao branco da fachada das casas e ao verde dos pequenos gramados plantados defronte a ruas ladrilhadas e bem planejadas. A irregularidade e as frestas encontradas nas casas de madeiras por onde o vento frio do inverno adentrava e envolvia os moradores, deu lugar a solidez e a robustez da alvenaria; o vidro nas janelas, coisa que não existia nas antigas habitações, permitiam que a luz do sol banhasse o interior das casas horas a fio e, ao mesmo tempo, protegia seus residentes das intempéries do tempo. Esta pequena ilha de conforto criada nos arredores da vila tentava fornecer a uns poucos privilegiados as facilidades da vida moderna, no qual a praticidade e a higiene – energia elétrica, água encanada e recolhimento de esgoto – deveriam ser imperativos. Na figura 09 observamos a fachada destas casas.

---

<sup>144</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>145</sup> RABELO, 2007, op. cit., p. 79.



**Figura 07:** Novas habitações operárias – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Mas estas novas casas não estavam acessíveis a todos os trabalhadores, por serem construídas, em um primeiro momento, em número limitado, estas ficavam restritas a alguns poucos funcionários do escritório da carbonífera, ou seja, aqueles empregados “especializados”, os quais realmente interessava a empresa que permanecessem em suas proximidades. Conforme novas casas ficavam prontas, estas iam sendo distribuídas aos mineiros que há mais tempo estivessem prestando serviços à empresa e que possuíssem um histórico de bom comportamento. A mudança de algumas famílias para estas novas casas acabava criando grupos distintos de trabalhadores. De um lado, os “bons” funcionários em casas espaçosas e bem acabadas, do outro, aqueles que não gozavam de grande prestígio junto à direção vivendo em casas velhas enegrecidas pela fuligem do carvão. Na figura 10 constatamos este processo.



**Figura 8:** Vista parcial da vila operária Próspera, na qual pode-se observar os dois estilos de casas existentes – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Adquirir uma das novas casas da vila operária Próspera significava que algumas regras deveriam ser cumpridas. Não alterar a estrutura original, mantê-las sempre limpas, bem cuidadas e arrumadas, zelando pela integridade do imóvel. Essas exigências, em alguns casos, não eram aceitas pelos moradores contemplados que preferiam então ficar nas suas antigas moradias de madeira, como relembra Ilda Pizzetti “o seus Sesóstris [...] nos deu uma casa de material, mas ai os meus pais que eram pobres e tinham que comprar os móveis, tinham que mobiliar a casa direitinho, por que era uma casa grande com banheiro dentro, então eles não quiseram”.<sup>146</sup>

A imposição destas regras foi uma forma encontrada pela administração para que estas novas residências brancas e limpas não fossem engolidas pela irregularidade e a sujeira do carvão que dominavam a parte antiga da vila, afinal elas foram construídas para ser uma ilha de salubridade. A construção dessas novas habitações foram suspensas em pouco tempo. Segundo Giani Rabelo, a provável causa para esta suspensão foi a transferência de Sesóstris Rezende Correa para Volta Redonda.<sup>147</sup>

<sup>146</sup> IDA PIZZETTI: Depoimento [31 de junho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>147</sup> RABELO, 2007, op. cit., p. 79.



## 2.2 Em cena as famílias litorâneas

Foi chegando um pessoal muito diferente, vindo de todos os lados, com costumes não tão ordeiros e certinhos como eram os dos colonos italianos, que eram os senhores absolutos até então daquela porção de terra [...] <sup>148</sup>

Adécia Freitas Tramontin, narra sobre os moradores que se instalaram na vila operária Próspera. Vindos de áreas próximas a Criciúma, as primeiras famílias que se instalaram na vila operária Próspera, eram provenientes da região conhecida como litoral sul de Santa Catarina (Araranguá, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna). Estas populações perceberam nas atividades carboníferas uma oportunidade de obter uma renda fixa, independente das estações do ano ou das condições climáticas, as quais estavam sujeitas suas atividades laborais como agricultura, ou a pesca.

As famílias de colonos italianos e poloneses, que neste período habitavam as imediações da vila operária Próspera, viviam da venda de produtos alimentícios produzidos nas suas pequenas propriedades para os mineiros. Posteriormente, essas populações em função do constante assédio da carbonífera para adquirir seus terrenos, foram impelidas também para os trabalhos no interior das minas de carvão. Todavia a população proveniente do litoral era muito superior a dos colonos. Segundo Irmã Cláudia “a gente tem que lembrar que a maioria não era daqui, vinha gente de fora para mina, tem que lembrar isso por que não era gente do lugar, era muita gente que vinha de outro lugar e depois radicou aqui” <sup>149</sup>

A inserção ao mundo urbano-industrial das famílias consideradas litorâneas, não foi um procedimento tranquilo e sem grandes percalços. Foi um processo paulatino e que demandou grande esforço por parte da mineradora através de uma ampla rede de estratégias que tentavam impor, dia após dia outras práticas baseadas uso econômico do tempo.

---

<sup>148</sup> Adécia de Freitas Tramontin. in: (Orgs) SILVA; SOUZA; 2001, op. cit., p. 97.

<sup>149</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

Segundo a antropóloga Sônia Maluf<sup>150</sup>, para as famílias que habitavam o litoral de Santa Catarina, o trabalho na pesca ou na roça, assim como as lides domésticas, dependiam em grande parte das relações de afinidades estabelecidas com a parentela ou com a vizinhança. Estas relações significavam para as famílias menos favorecidas ou que dispunham de poucos recursos financeiros a possibilidade de subsistência, principalmente nas épocas mais importantes do ano, como os períodos de pesca, de plantio e de colheita, nos quais os membros destes grupos associavam-se a outras famílias mais abastadas sob a forma de agregado, percebendo por seus serviços uma parte daquilo que fora cultivado, colhido ou pescado.<sup>151</sup>

Estas famílias, assim como em outras partes do país, eram formadas em sua maioria por um número considerável de homens, mulheres e crianças, onde cada um possuía um papel preponderante para sobrevivência do grupo familiar. Os meninos, ao completarem os sete ou oito anos de idade, eram iniciados no mundo do trabalho. Junto ao pai, estes aprendiam os cuidados com a terra, épocas de plantio e colheita, a adubagem do perímetro a ser plantado, que tipos de cultura eram mais propícias para cada estação do ano. O cultivo da mandioca era o principal meio de sustento provindo da terra. Junto aos cuidados com a terra, os meninos também eram apresentados aos segredos da pescaria, teciam as redes de pesca, eram instruídos a manusear o caniço e a tarrafa, aprendiam distinguir as espécies de peixes, diferenciando os mais apreciados dos menos valorizados. Era ainda no mundo da pesca que os meninos faziam a passagem à fase adulta quando pela primeira vez participavam de uma pescaria em alto mar.

As meninas ficavam sobre a responsabilidade das mães, que desde pequenas educavam-nas para dominarem os mistérios do mundo doméstico. Cotidianamente, ao lado da mãe, a menina aprendia a fazer o café para o pai e os irmãos e cozinhar o almoço antes destes retornarem da roça. Estas cuidavam também dos irmãos e irmãs menores para que a mãe tivesse maior tempo livre para outras atividades, e ainda, neste período, tinham as primeiras noções da confecção de artesanatos como os chapéus de palhas e os cestos de bambu.

A rotina de trabalho das populações litorâneas era balizada a partir dos elementos da natureza; as atividades externas, por exemplo, como os trabalhos nas pequenas propriedades rurais que eram executados sob a luz do sol, ou seja, durante o dia. Os homens, na maioria das

---

<sup>150</sup> Não há estudos sobre as práticas das famílias do litoral sul de Santa Catarina no período em estudo. Utilizamos referências bibliográficas produzidas sobre as famílias que habitavam a ilha de Santa Catarina no período estudado.

<sup>151</sup> MALUF, Sônia. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993. p. 19-25.

vezes, eram responsáveis pelo trato dos animais de maior porte como os bois, os cavalos e os porcos. Logo pela manhã este retirava os animais da estrebaria, dava-lhes de comer, colocava os cavalos no pasto, ordenhava as vacas e caso possuísse engenho, na época da farinha, cangavam os bois. Depois de executada esta primeira parte das atividades, o marido, juntamente com seus filhos mais velhos, dirigia-se para a roça onde eram plantadas a mandioca, batatas, e outros legumes que eram revendidos para os centros urbanos. Apesar de ser considerado um ambiente exclusivamente masculino, a roça, era um espaço que eventualmente recebia a presença feminina, principalmente, nos primeiros anos do casamento quando os filhos ainda eram pequenos e a família recém-formada não possuía meios de pagar agregados. Neste momento, a presença feminina na roça era de extrema importância para a subsistência da família.

No litoral, outro local de trabalho considerado masculino era a pesca. Nesta atividade se proibia terminantemente a presença das mulheres, seja nos galpões onde ficavam os barcos, no entreposto de venda ou qualquer outro lugar relacionado às atividades pesqueiras. Por ser realizada coletivamente por homens, que às vezes, permaneciam por longos meses fora de casa e longe das mulheres, este espaço tornou-se um local exclusivamente masculino, “fundamental para a constituição da identidade masculina e principal espaço de sociabilidade entre os homens”.<sup>152</sup>

Este tipo de pesca, em que o homem se ausentava por vários dias durante alguns períodos do ano, era conhecido como “pareia”. Esta modalidade pesqueira reunia grupos de vinte a trinta homens que trabalhavam durante meses nas mesmas embarcações e dormiam nos mesmos barracões, percorrendo boa parte do litoral sul em busca dos cardumes de peixe. A pareia mais cobiçada era a da tainha, por ser pescada em grande quantidade e por possuir um alto valor de revenda. A presença de “mulheres direitas” neste momento da pesca constituía uma ameaça. Segundo Sônia Maluf, as mulheres que conviviam neste período com os homens eram a mulher do patrão e as prostitutas.<sup>153</sup>

As únicas atividades pesqueiras permitidas às mulheres eram captura de siris e a retirada de mariscos na beira da praia. Estas eram tarefas aceitas, por consistirem em atividades que não necessitavam de um deslocamento muito grande, permitindo que as mulheres as executassem permanecendo nas proximidades da casa e, ainda, contribuíssem para a subsistência familiar. O fruto do trabalho feminino nas atividades pesqueiras não era destinado à venda, mas somente ao consumo doméstico.

---

<sup>152</sup> MALUF, 1993, op. cit., p. 34.

<sup>153</sup> Ibid., p. 35.

As atividades consideradas femininas quase sempre estavam relacionadas às tarefas domésticas, sempre nos arredores da casa. As mulheres acordavam bem cedo, antes de o sol nascer, preparavam o café dos homens que iam para a roça. Ao contrário dos homens, as mulheres ficavam responsáveis pelos animais de menor porte, alimentavam patos e galinhas, e coletavam os seus ovos. Depois de terminada esta primeira fase de atividades, as mulheres encontravam-se nos córregos e, coletivamente, iniciavam o processo de lavagem das roupas. Por ser considerada uma tarefa “exclusivamente feminina” o córrego era o principal espaço de sociabilidade das mulheres. Após lavarem as roupas elas retornavam a casa e iniciavam os preparativos para o almoço, pois logo os homens retornariam dos trabalhos no campo.

Quando não participavam das atividades relacionadas à roça, as mulheres envolviam-se com o plantio de pequenas hortas em torno da casa, cultivavam legumes, hortaliças e ervas medicinais, tudo para o consumo da família. Muitas vezes, longe dos centros médicos, as mulheres da comunidade eram também responsáveis por cuidar dos doentes, administrando-lhes chás e infusões. Nas situações em que as doenças tornavam-se mais graves recorria-se aos trabalhos das benzedadeiras, que através de rezas e xaropadas tentavam amenizar os sintomas da doença. Em último caso, quando nenhum destes recursos esboçava qualquer tipo melhora sintomática deslocava-se o doente para o hospital mais próximo.

As atividades femininas remuneradas eram poucas e, geralmente, estavam relacionadas à confecção de rendas e bordados, fabricação de balaios com varas de bambu, chapéus feitos com palha de butiá, entre outros. O mais importante deste tipo de trabalho é que este poderia ser realizado no ambiente doméstico, não afastando as mulheres de seus afazeres.

Os espaços de lazer eram poucos, os homens adultos, após o dia de trabalho, durante a noite encontravam-se na venda ou no boteco da comunidade, onde regado a muita cachaça conversavam sobre as atividades realizadas durante o dia e também sobre os resultados da pescaria. Este lugar, exclusivamente masculino, não aceitava a presença das mulheres e das crianças menores, pois além das conversas corriqueiras, era ali onde se expunha as aventuras sexuais e os casos extraconjugais; e a presença feminina neste local possivelmente inibiria tais conversas.

As sociabilidades fora do ambiente doméstico eram realizadas uma ou duas vezes por mês nas festas conhecidas domingueira ou “suarê”, quando toda a comunidade encontrava-se no galpão da igreja ou em um recinto particular para dançar e, ao mesmo tempo, colocar a conversa em dia. A festa era muito aguardada, as moças esperavam a semana inteira pela permissão dos pais para poder acompanhá-las, ou então, ir junto com os irmãos. Era na

domingueira que se dava continuidade aos flertes e os namoricos de portão, tudo sob o olhar da comunidade; a moça, geralmente, ficava sentada e esperava para ser “tirada” para dançar por seu pretendente, ela não podia negar uma “marca” a nenhum dos homens presentes, caso contrário, seria proibida pelos próprios participantes festa, de continuar participando do baile.

No final da festa, com a autorização do pai, o pretendente poderia levar a futura namorada até em casa, sempre alguns passos a frente do restante da família, era também nestas ocasiões que os namorados “firmes” planejavam as suas fugas. Sonia Maluf encontrou este tipo de prática entre os moradores da Lagoa da Conceição. Segundo a autora, o casamento com festa era realizado apenas para o filho mais velho. O restante dos irmãos e irmãs deveria se contentar com as fugas, pois a família não teria condições de financiar outras festas. A fuga era planejada em conjunto pelo casal. Era comum a casa e o enxoval serem preparados antes mesmo de conhecer o pretendente. A mulher desde muito cedo ia preparando o enxoval enquanto o homem ganhava um pedaço de terra e iniciava a construção da casa. Entre os mais pobres, que não tinham condições de construir uma habitação, com frequência, o casal “fugido”, ia morar na casa de uma das famílias até o nascimento do primeiro filho, reforçando o “papel” dos pais na sobrevivência do grupo.<sup>154</sup>

Quando estas pessoas deixavam as localidades litorâneas e se dirigiam para Criciúma em busca de emprego, levavam consigo boa parte destas práticas cotidianas tornando sua adaptação ao modo de vida urbano-industrial um processo lento e demorado. Além do choque entre o mundo citadino (regido pelo trabalho e pelo tempo contabilizado) e o mundo litorâneo (regulamentado pelo ritmo da natureza), estes novos moradores ainda tinham que enfrentar a indiferença dos moradores já estabelecidos na vila, que os rotulavam como marisqueiros.

Para ser considerado como um marisqueiro, os antigos moradores estabeleceram alguns critérios capazes de caracterizá-los como tais, dentre estes destaca-se: comer peixe com pirão d’água, o fazer uma pequena roça atrás de casa quando possível e criar animais de pequeno e médio porte como: bois, porcos e galinhas. Dentre os antigos moradores da vila, aqueles que apresentavam maior resistência em criar laços de amizade com os marisqueiros eram os descendentes de colonos italianos e alemães. Para estes, as populações litorâneas além de serem portadores de “costumes não tão ordeiros e certinhos”,<sup>155</sup> eram ainda indolentes e indispostos ao trabalho tão caros ao modo de vida citadino. Segundo Norbert Elias, a estigmatização de um grupo social por outro, é um arma poderosa para que o grupo dominante preserve sua identidade e afirme sua posição de superioridade dentro do círculo

---

<sup>154</sup> MALUF, 1993, op. cit., p. 26-27.

<sup>155</sup> Adélia de Freitas Tramontin. In: SILVA; PATRÍCIO; 2001, op. cit. p. 97.

social, mantendo o grupo estigmatizado firmemente em sua posição de inferioridade. Este mecanismo se opera quando se atribui ao outro um conjunto de características negativas que contrastam com a autoimagem do grupo dominante que é a normativa. Assim tratar o outro com desprezo, como pessoas menos educadas com valor humano inferior é uma maneira de preservar a posição hegemônica e manter a ordem já estabelecida.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter a sua superioridade social. Nessa situação o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfreqüecê-lo e desarmá-lo.<sup>156</sup>

Ao se deslocarem para Criciúma as famílias vindas do litoral enfrentavam um duplo estigma. O primeiro oriundo, da própria comunidade que os rotulava como portadores de práticas avessas ao mundo citadino. O segundo, partia das próprias empresas mineradoras que diante do modo de vida destas populações estabeleceram um amplo processo que visava a “adequação” destes indivíduos ao mundo urbano-industrial. Contudo, foi a Carbonífera Próspera S.A., sob a gestão da CSN, que se empenhou em modificar tais práticas com maior veemência.

### **2.3 Espaços e sociabilidades femininas: a venda, o açougue e o lavadouro**

Na vila operária Próspera assim como em outras vilas da cidade,<sup>157</sup> alguns lugares públicos como a igreja, os bares, as vendas, o clube, o lavadouro, etc. eram utilizados e apropriados segundo uma divisão sexual dos espaços. Segundo Pierre Mayol, mesmo sendo um local de livre circulação onde as pessoas independente de sexo estavam em constante contato “alguns lugares do bairro são mais especificamente marcados por este ou aquele sexo”.<sup>158</sup> Locais em que a entrada do outro era terminantemente proibida e passível de sanção segundo códigos estabelecidos pelos próprios moradores do bairro. Estas penalidades podiam ir desde brincadeiras leves e maldosas, como as famosas “chacotas” a uma medida mais dura e enfática como a repreensão oral ou agressão física.

<sup>156</sup> ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 24.

<sup>157</sup> Operária Nova, Operária Velha, Mina do Mato, Mina do Toco, Lote Seis, Vinte e um, Santa Barbara, Boa Vista, Vila Visconde, etc.

<sup>158</sup> CERTEAU; GIARD; MAYOL; 1996, op. cit. p. 57.

Na vila operária Próspera identifica-se três espaços públicos como sendo predominantemente femininos: o lavadouro, a venda e o açougue, estes locais tornaram-se em ambientes mais propensos a reuniões de mulheres por estarem relacionados ao cotidiano da vida doméstica. Esta administração da casa – que Michele Perrot chamou de matriarcado orçamentário<sup>159</sup> – colocava a mulher em uma posição privilegiada no que diz respeito a organização do espaço doméstico; ela sabia quais contas deveriam ser pagas, as prioridades do mês, quem precisava de roupas novas, o que estava faltando na despensa, quanto sobraria o faltaria do orçamento familiar, enfim, tudo passava por seu olhar atento e rigoroso.

Por ter entre seus encargos uma infinidade de tarefas cotidianas, às mulheres competia a responsabilidade das compras semanais ou o conhecido “rancho” mensal da família. Ainda, segundo Michele Perrot, era comum entre as famílias operárias da França da primeira metade do século XX que o marido entregasse todo o seu salário do mês à mulher para que esta se encarregasse de realizar as compras mensais, ficando ele apenas com uma pequena parte para a bebida. A época do pagamento era um dia de grande agitação, brigas e alegrias. Momento em que as donas-de-casa punham-se na estrada em direção aos mercados com a expectativa de retornar para casa com a maior quantia possível de comida. Além disso, era “também um dia de confronto entre os sexos, onde a dona de casa se rebela contra a sua tarefa impossível: sem o “tutu”, dar de comer a família”.<sup>160</sup> O mercado tornava-se o espaço das mulheres.

A constante presença das mulheres em estabelecimentos comerciais que revendiam gêneros alimentícios, acabaram por tornar a maioria das vendas existente no interior das vilas operárias de Criciúma em um espaços de sociabilidades femininas. A venda<sup>161</sup> e o açougue da vila operária Próspera faziam parte da ampla rede de “facilidades” ofertada pela própria companhia mineradora para que os moradores não precisassem sair das imediações do bairro nem mesmo para satisfazer suas necessidades essenciais. Com isso a empresa, além controlar a circulação dos operários e os membros de sua família conseguia também impor aos trabalhadores o que estes poderiam consumir. Devido à grande distância que separava o município de Criciúma dos centros de distribuição de mercadorias, boa parte dos produtos comercializados pela venda da vila operária Próspera era repostos nos dias em que seriam realizados o pagamento dos salários. Eram nestes períodos que o armazém recebia o maior número de compradoras.

---

<sup>159</sup> PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 181.

<sup>160</sup> Ibid. p. 191.

<sup>161</sup> Este armazém foi construído em parceria com o SESI fazia parte dos postos de abastecimento de gênero de primeira necessidade que o instituição filantrópica possuía espalhado pelas principais zonas industriais do Estado de Santa Catarina.

A rotina das mulheres da vila, na época de compras mensais era sempre a mesma, devido a pouca quantidade e variedade de produtos, estas saíam de casa ainda pela manhã e, em pares ou em grupos se dirigiam para o estabelecimento comercial na tentativa trazer para casa mercadorias de preços modestos e de boa qualidade. As compras eram realizadas em um curto espaço de tempo, pois as mulheres ainda tinham que dividir sua atenção com outras atividades, tais como, lavar as roupas, cuidar das crianças e preparar o almoço já que muitos mineiros voltavam para casa na hora da refeição. As primeiras conversas eram estabelecidas ainda no caminho para a venda. Pelas ruas estas iam se interagindo dos acontecimentos ocorridos nos últimos dias: o casamento da fulana que não estava dando mais certo, a filha da sicrana que estava namorando escondida ou o beltrano que possuía uma amante na Maracangalha. A chegada na venda era o ápice desta empreitada. Neste local, as mulheres podiam encontrar e conversar com as vizinhas mais distantes, pessoas que não eram vistas há semanas ali poderiam ser localizadas. As mais experientes davam conselhos sobre quais produtos possuíam melhor qualidade, forneciam receitas, ensinavam unir o apertado orçamento doméstico com as possibilidades do momento.<sup>162</sup> Além do bate papo sobre o cotidiano doméstico, longe dos olhares masculino, as mulheres podiam conversar sobre assuntos da vida privada de cada uma delas, incluindo aqueles relacionados à sexualidade feminina e tão proibitivos em outros ambientes. Falava-se sobre gravidez, experiências sexuais, métodos contraceptivos, doenças relacionadas ao corpo feminino, enfim, uma série de diálogos que cotidianamente não podiam ser exteriorizados.

Na rua, no bar, na loja comercial [...] quando se trata de alusão sexual, o registro da linguagem muda imediatamente: não se fala a não ser *em torno* do sexo, de maneira distante, mediante manipulação muito fina, sutil, da linguagem, cuja função não é elucidar, mas “dar a entender” [...]. Essa prática cotidiana, freqüentemente, do desvio semântico, talvez encontre a sua forma mais acabada na técnica lingüística do trocadilho, do jogo de palavras, de todo ato de palavra que, escapando ao sentido convencional, deixa surgir um duplo sentido.<sup>163</sup>

Devido ao fato de o trabalhador mineiro esbanjar boa parte de seu salário em bebidas e noitadas, a companhia mineradora resolveu entregar para as mulheres uma ordem de compra que possibilitava a estas adquirir no açougue uma quantia mensal de carne que era descontada diretamente do salário do trabalhador no final do mês.

<sup>162</sup> MARIA AMÂNCIO ALVES: Depoimento [08 de outubro de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>163</sup> CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 50-60.



A administração do salário é, sem dúvida, uma difícil conquista das mulheres, resultado de uma luta cheia de ciladas, onde o patronato, cioso em favorecer um “bom” uso do salário por vezes estendeu às mulheres uma mão generosamente compassiva.<sup>164</sup>

Assim como ocorria na venda, a falta de mercadorias e as constantes oscilações dos preços da carne faziam com que boa parte das mulheres saísse de casa ainda durante a noite para organizar uma fila na porta do açougue. Como não podiam se ausentar de casa durante período noturno, seja porque tinham que cuidar da família ou porque vila ficava sob a completa escuridão trazendo a vida as mais diferentes criaturas soturnas (bêbados, gatunos, tarados e gretas<sup>165</sup>) as mulheres organizavam a fila na frente do açougue na noite anterior demarcando seus lugares através do posicionamento de pratos e tampas de panelas. O relato de José da Silva, que quando criança acompanhava sua mãe na formação da fila, é esclarecedor neste sentido:

Elas iam ao açougue comprar carne, todos nós comprávamos no mesmo açougue, era uma briga tinha que fazer fila de noite, faziam filas de prato para marcar os lugares, por que a gente comprava carne com uma ordem dada pela empresa e o próprio açougue era da empresa, para descontar em folha de pagamento todo mês.<sup>166</sup>

Logo pela manhã quando os primeiros raios de sol iluminavam as ruelas da vila, ainda congestionadas pelo sono e vestidas de “chambre”, as mulheres colocavam-se em marcha rumo ao estabelecimento comercial onde tomariam os lugares de suas tampas e pratos. Neste momento iniciavam-se as discórdias, descobria-se roubo de lugares, os pratos mexidos. Começavam então as desavenças. Era a hora de acertar as contas com a vizinha mentirosa, com os desafetos, com as boateiras. Depois dos xigamentos, pequenos empurrões, satisfações tomadas e alguns tapas, a fila era reorganizada. Só então as compras podiam ser efetuadas.

O lavadouro era outro espaço freqüentado pelas mulheres da vila. A companhia mineradora instalou em pontos estratégicos da vila um pequeno número de torneiras que eram utilizadas para o abastecimento das moringas que armazenavam a água de uso cotidiano e para a lavagem de roupa. Devido à distância entre as torneiras e as residências, as mulheres transferiram seus tanques de lavar roupa para perto das bicas, pois enchê-los de água em casa levaria horas. Eis o que afirma José da Silva:

<sup>164</sup> PERROT, 1988, op. cit., p. 192.

<sup>165</sup> Assim chamados os homens que ficavam espionavam as mulheres, pelas frestas ou “gretas” das casas.

<sup>166</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

[...] era assim, as mulheres lavavam em tanques em casa, carregavam água de balde da torneira lá da esquina para casa, para encher o tanque, aqueles tanques de madeira, e para facilitar as coisas e não ficar carregando água, elas pegavam os tanques e colocavam perto das torneiras, formando um aglomerado de tanques.<sup>167</sup>

Com a transferência dos cochos<sup>168</sup> para perto da carioca,<sup>169</sup> desenvolveu-se neste local uma intensa vida social. As mulheres da vila, logo pela manhã, depois de terminarem as primeiras tarefas domésticas – arrumar as crianças, passar a vassoura na casa e encaminhar o almoço – pegavam suas trouxas de roupas, sussurrando algumas cantigas ou aborrecidas com tanto trabalho, caminhavam em direção à fonte onde iniciavam a lavação de roupas. Olindina Demboski relembra esta tarefa:

Depois de arrumar a casa, a gente pegava a trouxa de roupa e umas bacias, o sabão era feito em casa mesmo, a gente pegava tudo e ia lavar roupa, a mulherada toda ia, era meio longe mais tinha que ir. A gente tentava deixar a roupa o mais limpo que dava porque tinha muita pirita. Tudo era muita pirita. Daí a gente lavava e conversava.<sup>170</sup>

Na figura 09 temos uma imagem das mulheres lavando as roupas no lavadouro.

---

<sup>167</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>168</sup> Assim chamado o tanque d'água.

<sup>169</sup> Como era conhecido o local onde foram instaladas as torneiras.

<sup>170</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.



**Figura 09:** Local onde as mulheres se reuniam para lavar as roupas– Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Segundo José da Silva, no lavadouro as mulheres trocavam informações sobre tudo o que ocorria na vila. Eis sua afirmação:

Ali elas conversavam, fofocavam, cantavam, ali corriam todas as notícias do bairro, quem fugiu, [...] quem foi para rua da empresa, tudo isso era conversado ali, quem estava namorando, era um ponto de encontro da mulherada, por isso que dava fofoca e confusão, ali se desfiava a vida dos outros, como dizia a minha mãe.<sup>171</sup>

Os lavadouros instalados nas vilas operárias eram também locais onde se trocavam informações sobre os afazeres cotidianos, o nome de uma boa costureira, um xarope eficiente, chás para abortar, sobre tudo alguém tinha uma opinião ou um bom conselho para dar. Se uma mulher precisasse de ajuda ali certamente encontraria. Para Michele Perrot,

[...] o lavadouro é para elas muito mais que um lugar funcional onde se lava roupa: um centro de encontro onde se trocam [...] os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos. Cadinhos do empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua: se uma mulher está num “atoleiro”, acolhem-na, fazem uma coleta para ela.<sup>172</sup>

<sup>171</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>172</sup> PERROT, 1988, op. cit., p. 203.

Se por um lado o lavadouro era um lugar onde as redes sociais eram tecidas, por outro, nele aquelas mulheres que por algum motivo burlavam as normas de conduta do bairro eram excluídas. Assim que detectado o desvio, rapidamente esta era impedida de frequentar o local, assim como também era alvo de agressões verbais e até mesmo físicas. A narrativa da Maria Amâncio Alves é esclarecedora neste sentido.

Eu morava em um bairro onde eu e uma outra vizinha não podíamos ir na fonte por que as outras não deixavam, se a gente fosse elas prometeram que iam bater em nós. A gente era evangélica e elas eram católicas, chamavam a gente de evangelistas e diziam que não gostavam de evangelistas, acho que se elas pegassem batiam mesmo, nem o varal a gente podia usar. Então eu e a minha amiga fizemos o seguinte, na hora do almoço, quando elas estavam em casa com os maridos comendo a gente ia bem rapidinho lavava tudo e, bem rapidinho, mas não ficava nem limpo e nem branco, ai a gente voltava correndo para casa e estendia.<sup>173</sup>

A limpeza das roupas era uma grande preocupação das mulheres. Quanto mais limpa e mais branca fossem as roupas, melhor lavadeira seria a dona-de-casa, podendo ela inclusive conseguir alguns clientes. Lavar roupa “para fora” era uma das únicas alternativas de renda para as mulheres da vila operária Próspera. Este trabalho não era visto com “maus olhos”, pois o mesmo não as afastava de suas lidas domésticas e dos cuidados com a família. Em um momento em que o sanitarismo dominava a cena médica do país e o cuidado com o corpo tornava-se um imperativo, o asseio das roupas que eram vestidas por um determinado indivíduo revelava muito sobre o ambiente doméstico em que este vivia. Conforme afirma Michele Perrot “a limpeza é apresentada como irmã da moral”.<sup>174</sup>

#### **2.4 Mina, boteco e Maracangalha: noitadas alegres em antros sórdidos.**

O trabalho nas minas de carvão, como afirmamos, requeria grande esforço físico e atenção a fim de que se evitassem possíveis acidentes nas galerias. Para que não houvesse surpresas desagradáveis, era preciso que o mineiro ao chegar em casa tivesse uma noite sossegada de sono, pois, na manhã seguinte, este deveria estar pronto para mais uma jornada exaustiva de trabalho. Este era, o procedimento esperado do mineiro que trabalhava em uma das carboníferas mais importantes da cidade. Mas ao deixar as entranhas da terra, o operário dirigia-se a sua casa e, ali encontrava a esposa e seus filhos, dividindo o espaço minúsculo.

<sup>173</sup> MARIA AMÂNCIO ALVES: Depoimento [08 de outubro de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>174</sup> PERROT, 1988, op. cit., p. 204.

Segundo a socióloga Martine Segalen, a habitação exígua é o espaço da mulher e dos filhos, o marido sente-se excluído, e como local para se divertir após as estafantes jornadas de trabalho, só tem o bar, em companhia de outros homens.<sup>175</sup> Para Antoine Prost, na maioria das vezes quando o homem regressava do trabalho, este estava retornando para a casa da mulher. O homem não podia tomar iniciativas nesse espaço sem sujar, quebrar ou desarrumar; disso resultavam as sociabilidades masculinas fora da esfera do doméstico.<sup>176</sup>

Na maioria das famílias de mineiros a rotina era a mesma. Ao sair do trabalho o homem passava primeiro no bar para tomar um gole de cachaça como “aperitivo”. Após, dirigia-se para casa onde tomava um banho preparado pela esposa em uma bacia colocada no centro da cozinha. Esta, em seguida, lhe servia o jantar. Após cumprir este “ritual” diário o mineiro retornava para o botequim.<sup>177</sup> O boteco passou a configurar no ideário burguês como um local de subversão, onde bandos de “desordeiros” encontravam-se para conversas “regadas” a muita cachaça e a jogos de carteadado. A estigmatização desta opção de lazer dos pobres urbanos, tinha como principal objetivo afastar os trabalhadores destes “antros de perdição”, pois, pouco a pouco, de gole em gole, este atravessaria linha tênue que separava o operário pobre do “desocupado vagabundo”. Segundo Marlene de Fáveri,

O conceito de homem, na época é aquele que não deixa a família à mercê, mas a protege, alimenta, e trabalha – o trabalho como valor e sinônimo de dignidade. Segundo os pressupostos burgueses, o trabalho é uma virtude, liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre [...] Nos anos de 1930 e 1940, o trabalho retinha a idéia de virtude imbuída do liberalismo: ser cidadão era produzir riquezas, ter carteira de trabalho e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado [...] Isto era ser homem naquele momento, pautado no ideário que permeava o universo masculino: prover a família, melhorar de vida, ser honrado, e assentado nos valores de família e pátria.<sup>178</sup>

O bar representava um verdadeiro obstáculo para a introjeção dos valores morais do trabalho e da poupança. Gastando os parcos trocados do orçamento familiar, recairia então sobre o Estado a assistência a família. Segundo Jacques Donzelot, incitando indivíduos à poupança, o Estado diminuiria o seu ônus sobre a gestão da população, transferindo para esfera do privado encargos demasiadamente pesados para a administração pública, e para que isso ocorresse, era preciso que a própria família assumisse certas funções, tais como, cuidar,

<sup>175</sup> SEGALLEN, 1999 [b], op. cit., p. 285.

<sup>176</sup> PROST, 1992, op. cit., p. 78.

<sup>177</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>178</sup> FÁVERI, Marlene de. **Guerra e papéis masculinos: reflexões na perspectiva de gênero**. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Londrina: ANPUH: 2005. p. 03-04.

alimentar e zelar pela saúde de todos os seus membros.<sup>179</sup> Esperava-se que o homem assumisse o seu lugar de chefe e provedor da casa. Segundo o historiador Edmar H. D. Davi, “nossa sociedade, pelos menos até o final do século XX é permeada por valores machistas e heterossexistas. Aos homens cabe o controle da sociedade, enquanto as mulheres é reservado o espaço doméstico”.<sup>180</sup> Ao se entregar ao consumo de álcool, o homem paulatinamente acabaria por perder o controle sobre sua prole deixando de ser a baliza moral da família, como alerta o articulista do jornal Tribuna Criciumense.

[...] a ação do álcool não se limita apenas a ruína do organismo humano [...] Êle [sic] vai mais longe, desgraçadamente por que afeta profunda e irremediavelmente a personalidade, a moral do homem. Um indivíduo que se embriaga por vício prolongado, é um deprimido, não tem mais fôrça [sic] de vontade, foge ao comprimento [sic] do seu dever e de chefe de família, não inspira confiança a ninguém, é em suma desmoralizado, de quem todos procuram fugir e se afastar.<sup>181</sup>

Para o historiador Sidney Chalhoub, tantos os homens do poder quanto os cientistas sociais, tendem a analisar as práticas das camadas populares urbanas através de um prisma, no qual escolhem como condutas ideais aquelas praticadas pelas camadas dominantes e que pretensamente são tomadas como “universais”. A partir deste ponto, constata-se que a conduta real vivida pelas camadas populares não se ajusta aos padrões organizados pelas elites, e, por isso, suas sociabilidades cotidianas são observadas através de uma lupa onde a desordem e pela promiscuidade aparecem como características preponderantes das camadas pobres urbanas.<sup>182</sup> Já para o historiador Pierre Mayol, o bar é um lugar ambíguo, pois, ao mesmo, tempo que para os seus freqüentadores ele se torna uma recompensa por um dia estafante de trabalho; por outro lado, ele é terrivelmente temido pela propensão ao alcoolismo que ele parece autorizar.<sup>183</sup>

O uso imoderado de bebidas alcoólicas, dos trabalhadores mineiros da vila operária Próspera provocava desentendimento entre cônjuges, como relembra Irmã Cláudia: “Irmã não tem jeito o meu marido bebe muito e quando chega em casa não tem paciência com as

<sup>179</sup> DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 55-63.

<sup>180</sup> DAVI, Edmar Henrique Dairell. **Macho a qualquer custo**. Investigação das relações de gênero através da análise de processos criminais. Uberlândia, 1975. In: Caderno espaço feminino, vol 13, n 16. Uberlândia: CDHIS, 2005. p.91.

<sup>181</sup> FERNANDES, Juarez. Alcoolismo (ou etilismo, para os alcoólatras granfinos). **Tribuna Criciumense**. Criciuma, 14 de abril de 1960. p. 3.

<sup>182</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora brasiliense, 1986. p. 114.

<sup>183</sup> CERTEAU; GIARD; MAYOL; 1996, op. cit. p. 58.

crianças”.<sup>184</sup> Além de desestabilizar a relação vigente entre o casal, o uso imoderado de álcool também era percebido pela empresa mineradora como uma das causas para baixa produtividade de seus operários.

[...] outra causa de fadiga entre o operariado da indústria carbonífera é, sem dúvida, o uso imoderado de álcool, que além do mais é causa determinante de acidentes diversos, exercendo ainda nefasta influência sobre a eficiência do operário.<sup>185</sup>

Local onde se desenrolavam as sociabilidades tidas como propriamente masculinas, e a principal opção de lazer entre as camadas pobres urbanas, os bares existentes nos arredores da vila operária foram incessantemente criticados pelo médico Francisco de Paula Boa Nova Junior, que via nestes lugares um “palco” privilegiado para o consumo excessivo de álcool. Segundo o sanitarista, o consumo mesmo em doses moderadas estava diretamente relacionado aos constantes acidentes no interior das minas.

A questão da responsabilidade do álcool, usado em dose moderada, sobre [sic] a mortalidade, não deixa dúvidas de que, pela ação sedativa e narcótica que exerce sobre o sistema nervoso, mesmo em quotas não excessivas, o álcool afeta a produtividade do operário e faz crescer a cifra de êrros e acidentes, tanto mais, quanto mais delicadas a tarefa do operário, prejudicando assim, quantitativa e qualitativamente, o trabalho. [sic]<sup>186</sup>

Além do combate ao consumo de bebidas alcoólicas, por este estar diretamente relacionado à produtividade operária, Francisco de Paula Boa Nova Junior, atacou uma série de outras práticas cotidianas masculinas que este denominava de *desregramentos*. Neste discurso há uma associação entre o corpo e a conduta moral. “Tais desregramentos se apresentam sob várias modalidades, dentre as quais citam-se os jogos de carta e as brigas de galo”.<sup>187</sup> Estas práticas cotidianas eram perseguidas sobretudo porque retirava os homens do lar. As noitadas de jogatinas, pouco a pouco, transformavam “exímios trabalhadores” em “sombras” daquilo que deveriam ser os “verdadeiros operários”. Para o médico, a união do labor exaustivo no interior das minas com noitadas inteiras dedicadas a “farra” debilitariam de forma irreversível a capacidade física de cada um dos operários mineiros. Além de diminuir consideravelmente a produtividade, a participação nas rodas de jogos de azar necessitava do empenho de certa quantia de dinheiro para as apostas. O mineiro perdia os seus últimos

---

<sup>184</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>185</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 65.

<sup>186</sup> Ibid. p. 65.

<sup>187</sup> Ibid. p. 66.

tostões e, às vezes, todo o seu salário mensal deixando sua família desamparada financeiramente. Conforme afirma Nilo de Oliveira, “infelizmente, o nosso pessoal da Próspera era chegado em uma cachaça. Os pais saíam das minas, tomavam banho e iam para bodegas jogar o seu baralhinho e tomar uma ‘caninha’”.<sup>188</sup> Nos jornais da cidade, eram também freqüentes os artigos que condenavam os jogos de azar, pela “ameaça moral” que eles representavam às famílias:

Hoje as 20 hs, na Praça Nereu Ramos, ao ar livre, será o lugar do sensacional encontro Mampituba versus Comerciário e outros antros menores, em disputa do lindo troféu: Criciúma, o principado catarinense do jôgo [sic]. Serão distribuídos às crianças, cartilhas para o aprendizado da jogatina, com explicações práticas pelos ases do pano verde, como se trapacea [sic] no pif-paf, bacará, campista, jôgo [sic] do bicho. Nos dias e noites seguintes, o torneio prosseguirá entre os “clubes” e “bodegas” das redondezas e interior do município. Grandes fogueiras serão armadas com a lei das contravenções penais. [...] Centenas de crianças acompanhadas de seus pais, viciados ou não, nos intervalos da disputa, receberam dos “catedráticos” da jogatina, aulas práticas, como arranjar dinheiro para “divertirem-se nesse humanitário e instrutivo passa-tempo (limpa bolsos, arruinadores de lares, pervertedor do caráter, etc.)”<sup>189</sup>

Francisco de Paula Boa Nova Junior, em seu relatório, infere sobre outra prática cotidiana muito comum entre os homens da vila operária Próspera: as freqüentes idas às zonas de prostituição da cidade.

A vida boêmia a que certos operários de Criciúma se entregam, alguns mesmo legalmente casados, constitui [sic] outro desregramento de vida que concorre preponderantemente para a existência de muitos casos de fadiga entre o operariado da região. Noitadas alegres em antros sórdidos povoados de infelizes mercadoras em precárias condições de saúde, sub-alimentadas [sic] e portadoras das mais variadas enfermidades, entre as quais já foram constatados até casos de tuberculose aberta, afora as que comumente campeiam nos “bas fonds” de tôdas [sic] as cidades, são passadas em claro por muitos operários, num desperdício de dinheiro, ganho à custa de ináuditos [sic] esforços, de saúde, às vêzes [sic] bastante precária, e de energia quase sempre minguada.<sup>190</sup>

Quando o médico se reporta a *antros sórdidos*, sugere que várias as “casas de tolerância” estavam em funcionamento na cidade neste período. Apesar de este estar apenas analisando os trabalhadores mineiros, isto não significa que este grupo fosse o único a freqüentar as zonas de meretrício. Possivelmente esta fosse uma prática muito comum entre os moradores da cidade, mineradores, mineiros, funcionários públicos, colonos, etc., mas por

<sup>188</sup> Nilo de Oliveira. In: SILVA; PATRÍCIO; 2001, op. cit., p.77.

<sup>189</sup> Atenção mães e esposas! Atenção pais de família. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 8 de julho de 1957. p. 01.

<sup>190</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 66.



ser uma conduta considerada imoral, os grandes figurões da cidade não aparecem nas denúncias, ficando a análise restrita somente ao círculo dos proletários.

Entre os moradores do município, assim como entre os habitantes da vila operária Próspera, a zona de prostituição mais conhecida era a *Maracangalha*,<sup>191</sup> uma espécie de remanescente de outra casa de tolerância, também muito representativa no “submundo” da prostituição da cidade, a *Casa Verde*. A Maracangalha era formada por um conjunto de casas construídas no Bairro Vinte, localizado nas proximidades do Morro Cechinel, com o único objetivo de serem alugadas para mulheres que vinham de outras regiões ou mesmo da própria cidade, que ali se estabeleciam para a prática da prostituição. Além dos quartos de aluguel, a Maracangalha ainda contava com um pequeno número de bares, onde os freqüentadores deixavam parte do seu dinheiro, quanto mais a prostituta fizesse o cliente gastar maior seria o lucro da casa.

A Maracangalha era um lugar assiduamente freqüentado pelos mineiros da vila operária Próspera. Muitos após o término de seu turno de trabalho seguiam direto para a zona de prostituição, principalmente após o pagamento, como relata Ilda Pizzetti: “tinha uma tal Maracangalha lá, que eles gastavam o dinheiro, botavam todo o dinheiro fora, jogavam, as mulheres tinham que ir atrás dos maridos”.<sup>192</sup> Ciente desta prática comum entre os seus trabalhadores, e com a finalidade de regular o uso racional do orçamento doméstico a Carbonífera Próspera S.A. transferiu parte dos salários de seus mineiros para uma caderneta que era entregue às mulheres. Estas podiam gastar um percentagem da remuneração mensal de seu marido no mercado da mineradora, sendo descontado, posteriormente, na folha de pagamento.

Diante destes considerados “desregramentos”, o sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior propõe às carboníferas,

O amplo combate ao jogo, sob qualquer forma, e à prostituição desregrada seriam medidas a serem no caso adotadas em defesa de uma geração de operários já bastante viciada e esgotada no pleno verdor dos seus 25 ou 30 anos de existência, com remotas possibilidades de atingir pelo menos a uma longevidade de 40 anos [...]<sup>193</sup>

<sup>191</sup> Sobre a Maracangalha ver: FRAGA, Adriana Vieira. **Maracangalha**: “vilarejo das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955-1980). 2008. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

<sup>192</sup> ILDA PIZZETTI: Depoimento [31 de junho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>193</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 66.

Mesmo com as incessantes tentativas de coibir os mineiros de freqüentar a Maracangalha esta foi uma prática que perdurou por muitos anos. Alguns trabalhadores até deixavam suas famílias para viver definitivamente naquele local. Segundo José da Silva “tinha um cara lá da Próspera que ficou parando de vez ali, não vinha mais embora, largou a família e ficou ali, isso acontecia muito”.<sup>194</sup> Por serem trabalhadores da maior empresa mineradora da cidade, subsidiária de uma estatal, os mineiros da vila operária Próspera eram bem recebidos nos botecos da região, e considerados os preferidos das mulheres que trabalhavam na Maracangalha. Com rendimentos superiores ao dos outros trabalhadores mineiros de Criciúma, os operários da Próspera gastavam boas quantias em dinheiro nestes locais que não deixaram de funcionar nos arredores da empresa apesar dos insistentes apelos do médico. Por esse motivo, relembra o Sr José da Silva, “teve uma época que saiu o décimo terceiro da Próspera, e as mulheres da zona colocaram uma faixa bem grande: *Salve o Décimo Terceiro da Próspera*”.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>195</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

### **3. AS PEQUENAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA NA VILA OPERÁRIA PRÓSPERA.**

#### **3.1 Sintonia de objetivos: Igreja Católica, Carbonífera Próspera e o SESI-SC.**

Eram os últimos dias de verão do ano de 1954. As pessoas aguardavam o trem rumo à cidade de Araranguá ou Tubarão embaixo das poucas árvores plantadas nos arredores da estação central de Criciúma. Neste dia uma figura ilustre da cidade esperava impacientemente a aproximação do trem. O Reverendo Estanislau Cizeski, vigário da Paróquia São José, aguardava com ansiedade as boas novas vindas da cidade do Rio de Janeiro. Quando o trem abriu suas portas descem do vagão três senhoras vestidas de preto e branco. Eram as primeiras freiras da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência que chegavam à cidade para trabalhar na localidade do Rio Maina. A escolha de uma congregação religiosa feminina para a execução de trabalhos assistenciais junto as famílias operárias não se deu forma casual. Neste momento a Igreja Católica passava por um processo de readequação de suas atividades evangelizadoras na tentativa de se aproximar das populações mais pobres e reafirmar sua posição hegemônica no contexto religioso nacional.

Durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica manteve certa distância das camadas populares, principalmente, no que diz respeito à renovação pastoral. Mesmo com a crescente urbanização e o rápido aumento populacional provocado pelo processo de industrialização do país, a instituição ignorou os anseios da nova camada social que se formava, os trabalhadores industriais. Para a socióloga Maria José F. Rosado Nunes:

[...] talvez se possa dizer que [a Igreja Católica], nesse período, desempenha, em face ao Estado e da sociedade civil, o papel de “intelectual conservador”, na medida em que colabora com a manutenção dos setores tradicionais da sociedade no bloco de poder, permitindo a recuperação ideológica da religião pelas classes dominantes.<sup>196</sup>

Este cenário começou a se modificar com maior rapidez a partir de 1952 com a criação do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Igreja Católica brasileira respondendo as crescentes pressões do Vaticano iniciaria um processo de aproximação dos membros do clero junto aos trabalhadores urbanos. Esta aproximação vinha sendo fomentada pela Santa Sé

---

<sup>196</sup> NUNES, Maria José F. Rosado. **A vida religiosa nos meios populares**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 76.

desde a publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum* no final do século XIX. A Carta Encíclica *Rerum Novarum* foi editada em 1891, pelo Papa Leão XIII. Nesta carta, o pontífice reflete sobre as condições de vida e de trabalho do operariado em todo mundo, bem com realiza uma severa crítica às idéias socialistas difundidas entre os trabalhadores neste período.

Internamente, a instituição eclesiástica também passava por modificações significativas na tentativa de se adaptar a nova realidade brasileira. Mudanças relativas à vida em comunidades regulares vinham sendo operadas desde o início dos anos de 1950 como uma forma de transpor os muros que separavam as mesmas do mundo laico. Neste contexto, “as congregações femininas que assumiram uma posição de vanguarda no movimento de renovação pastoral, procurando reestruturar suas atividades”<sup>197</sup> em consonância com o projeto da Igreja Católica de aproximação com os operários.

Até a década de 1950 o cotidiano das religiosas era pautado por rígidos códigos de conduta onde estava bem demarcado os limites existentes entre o mundo do sagrado e a vida profana. Pesados hábitos monásticos, horários rígidos para orações e outras atividades, obediência cega à madre superiora e votos de pobreza e castidade, eram as principais características da vida monástica feminina vivenciadas nos conventos, colégios ou hospitais espalhados por todo o Brasil. Segundo a socióloga Maria José Rosado F. Nunes, foram nos colégios que se iniciaram as primeiras mudanças que seriam operadas no interior das Congregações Religiosas Femininas. A constante expansão do ensino público, bem como a procura das famílias das elites e das camadas médias por melhor formação intelectual para suas filhas e filhos, fizeram com que pouco a pouco os colégios católicos fossem sendo esvaziados devido a falta de formação das professoras que, em sua maioria, faziam parte do quadro da própria congregação. As Congregações religiosas encorajaram a profissionalização de suas freiras que passaram a cursar o ensino superior em universidades do país. Aos poucos, as diversas Congregações femininas existentes no Brasil afrouxaram os rígidos padrões vigentes no cotidiano das monjas.<sup>198</sup> Entre elas, congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência foi fundada em 8 de janeiro de 1889, por Teresa Madalena Grillo Michel,<sup>199</sup> na cidade de Alessândria, Itália. Aos 22 anos, viúva e sem filhos do casamento, Teresa desfez-se de todos os seus bens: jóias, objetos preciosos e inclusive sua mansão, e passou a dedicar-se a trabalhos caritativos envolvendo crianças pobres, abandonadas e órfãs. Sem recursos financeiros suficientes para atender os infantes, a religiosa utilizou pequenas casas velhas

---

<sup>197</sup> AZZI, Riolando (Org). **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p.21.

<sup>198</sup> NUNES, Maria José F. Rosado. Op. cit. p. 86-94.

<sup>199</sup> (\* 25/09/1855 a + 25/01/1944)

onde abrigava seus assistidos e, com uma carroça recolhia os donativos que recebia através de sua mendicância pela cidade.<sup>200</sup> Um ano mais tarde, após sua fundação, a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência chega ao Brasil.

Criado com o objetivo de assessorar o empresariado brasileiro na instituição de políticas que assegurassem “melhores condições de vida” para os trabalhadores e suas famílias, o SESI-SC foi o grande responsável pelo contrato de trabalho estabelecido entre a sede provincial das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Rio de Janeiro e a Carbonífera Próspera S.A. em Criciúma. Apesar dos diversos programas assistenciais encabeçados pelo SESI-SC na cidade, os resultados considerados positivos eram poucos. Somente na localidade do Rio Maina a instituição vinha angariando algum sucesso devido à atuação das religiosas entre os populares. A escolha do Rio Maina como sede para o trabalho das religiosas talvez tenha sido em função deste bairro estar situado no centro de várias áreas de mineração e, portanto, estar rodeado por um número considerável de vilas operárias das quais podemos destacar São Marcos, Boa Vista, Metropolitana, Cidade Mineira Nova, Cidade Mineira Velha e Vila Visconde.

Por ser a maior e mais importante mineradora de Criciúma e ainda abrigar a mais populosa vila operária da cidade, a Carbonífera Próspera S.A. estabeleceu através de um convênio com o SESI-SC um vantajoso contrato de trabalho com as Pequenas Irmãs da Divina Providência, que residiram em sua vila operária de 1955 a 1964 quando findou seu contrato com ambas as instituições. Ciente dos resultados positivos apresentados pelas ações das religiosas na região das vilas operárias do Rio Maina, a referida empresa iniciou o que seria o mais amplo processo de intervenção no modo de vida dos trabalhadores mineiros na cidade de Criciúma.

José da Silva relembra como foi anunciada a chegada das freiras para as pessoas da vila Próspera:

Corria o ano de 1955. Era domingo e, durante a missa celebrada na capela do bairro Próspera, o padre Estanislau Cizeski, com grande entusiasmo, anunciava à comunidade a grande nova: a vinda das freiras da congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência para iniciar um trabalho no bairro, onde fixariam residência.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> RABELO, 2007, op. cit. p. 154-155.

<sup>201</sup> SILVA; PATRÍCIO; 2001, op. cit. p.09.

A notícia de que as Irmãs, assim como havia ocorrido na localidade do Rio Maina, se instalariam nas imediações da vila operária Próspera para executar serviços de assistência social logo se espalhou por todo bairro. Se por um lado, a população mineira esperava que as freiras trabalhassem em benefício da comunidade, por outro, a Carbonífera Próspera S.A. e o SESI esperavam que as religiosas desempenhassem um importante papel na difusão de hábitos higiênicos para os moradores da comunidade. Na vila Próspera houve uma efetiva participação da companhia mineradora na elaboração das diretrizes e no financiamento das obras encabeçadas pelas religiosas. Recém-adquirida pela Companhia Siderúrgica Nacional a Companhia Mineradora Próspera recebeu naquele momento uma substancial injeção de capital financeiro com o intuito de reestruturar suas atividades extrativas na cidade. Parte do dinheiro recebido deveria ser destinado para elaboração de políticas sociais voltadas para a assistência dos trabalhadores.

No dia 25 de janeiro de 1955, chegaram à vila operária Próspera o aguardado grupo de religiosas que se estabeleceria na localidade. Dentre estas, estava a Irmã Cláudia Freitas, uma jovem de dezoito anos, que recém havia realizado seus votos. Após o primeiro contato com os moradores da vila, as religiosas foram conduzidas pelos funcionários da carbonífera até a casa em que iriam residir. Destacando-se na parte mais alta do morro, a casa impressionava por seu tamanho, principalmente, se comparada com as demais habitações existentes na vila. Utilizada até então para abrigar funcionários especializados da companhia mineradora, havia algum tempo que esta estava desabitada. Com dois pavimentos, sendo o nível superior utilizado como local de habitação, enquanto que o inferior abrigava uma espécie de dispensa. Devidamente alojadas em sua nova residência, as Pequenas Irmãs da Divina Providência batizaram o local como Casa Assistencial Imaculada Conceição. Abaixo a imagem da referida morada.



**Figura 10:** Casa Assistencial Imaculada Conceição Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

A escolha de um grupo de religiosas para realizar trabalhos assistenciais colocava em sintonia os interesses da Igreja Católica, do SESI-SC e da própria carbonífera. A Igreja Católica ao deslocar freiras para o interior do Brasil e colocá-las em contato com a população operária buscava aproximar-se desse grupo social que, paulatinamente, vinha obtendo papel de destaque no cenário político nacional. Era importante afastar dos mesmos o avanço do terrível “perigo vermelho”, ou seja, o ideário do Comunismo, assim como barrar o crescimento das igrejas Pentecostais (Testemunhas de Jeová e Assembléia de Deus) que estavam sendo difundidas entre os pobres brasileiros. O SESI-SC, por sua vez, ao estabelecer parcerias com Congregações Religiosas femininas objetivava acentuar sua presença junto aos trabalhadores urbanos sem que para isso precisasse desprender grandes somas de dinheiro. Sem marido e prole para dividir a atenção, as freiras dedicavam-se as atividades de forma integral, percebendo apenas uma ajuda de custo que cobria as despesas domésticas e mantinha em funcionamento os trabalhos assistenciais. A Carbonífera Próspera S.A., através da atuação das Irmãs, poderia intervir nas práticas das famílias operárias mineiras de forma um pouco menos tensa em função da instituição religiosa que aquelas mulheres representavam.

### 3.2 Higiene da casa e do corpo.

Recém-ingressa na Congregação e com apenas 18 anos (idade considerada relativamente baixa para exercer atividades externas à província), Irmã Cláudia Freitas junto com outras religiosas foi destacada pela Superiora Provincial no Rio de Janeiro para realizar trabalhos que seriam desempenhados na Casa Assistencial Imaculada Conceição, localizada na vila operária Próspera, em Criciúma. Já instaladas na vila, às cinco da manhã as freiras levantavam para realizar suas orações matinais e, em seguida, iam para o refeitório da casa onde faziam o desjejum e traçavam as tarefas que deveriam ser cumpridas ao longo do dia. Quando os primeiros raios do sol tocavam as ruas da vila, descortinando uma infinidade de pequenas casas negras dispostas sinuosamente uma ao lado das outras, Irmã Cláudia Freitas dava partida no jipe que havia ganhado do SESI-SC dirigindo-se rumo à parte baixa da vila. Conforme o jipe trafegava, portas e janelas eram abertas; aos poucos lençóis e cobertores eram colocados na soleira; iniciavam-se as conversas; ouviam-se os bons dias! Nas primeiras semanas de sua estadia na vila, os moradores ainda não sabiam qual era a função das religiosas junto a comunidade.

Instruídas pelos assistentes sociais do SESI-SC e pela direção da companhia mineradora sobre quais atividades deveriam desenvolver, as freiras deram início as visitas domiciliares com o intuito de adquirir informações sobre as necessidades dos moradores. O primeiro aspecto observado durante as visitas domiciliares foi a limpeza e a organização do espaço doméstico. Conforme afirma Irmã Cláudia Freitas:

Quando nós chegamos, a sujeira tomava conta das casas, a exceção eram aquelas famílias de colonos. Mas predominava muita desordem, foi por isso que começamos a falar de higiene, do valor da higiene. [...] o grosso a higiene da casa era muito ruim, tudo era muito primitivo.<sup>202</sup>

Já José da Silva relembra sobre as visitas domiciliares das religiosas junto às famílias dos mineiros da seguinte forma:

As visitas eram assim, o que elas iam notando, elas começavam a conversar, a pessoa ia expondo as coisas, e o que elas notavam e pudessem orientar elas já iam orientando. [...] elas eram muito oportunas, o que elas fossem observando negócio de higiene, elas cuidavam muito desta questão de higiene, elas orientavam muito,

---

<sup>202</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.



porque o mineiro normalmente não tinha muita higiene em casa, então elas orientavam muito neste sentido.<sup>203</sup>

Segundo Irmã Cláudia Freitas, a preocupação com a higiene da casa operária era uma das diretrizes centrais do projeto normalizador elaborado pelo SESI-SC. Este também estava em consonância com diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, que, em muitos casos, fornecia apoio logístico para algumas das ações que seriam implementadas pelas religiosas. Irmã Cláudia Freitas afirmou que “recebia do Ministério da Saúde frases educativas, tais como, *o asseio é o luxo do pobre*, que eram colocadas em alguns lugares da vila”.<sup>204</sup> A Medicina sanitarista dedica atenção ao “corpo que se manipula, se modela, se treina, obedece e responde”,<sup>205</sup> a fim de erigir sujeitos docilizados, fisicamente maximizados, livres de doenças, capazes de perpetuar uma espécie produtiva e sem desvios morais. Na sociedade industrial, a manutenção de um corpo saudável passa a ser um grande desafio político e econômico, pois não era viável substituir um indivíduo ágil, habilidoso e produtivo por outro considerado despreparado. O primeiro deveria ser mantido a qualquer preço, até que suas forças se esvaísse, para então, ser substituído por outro. Segundo Michel Foucault, neste processo “é proibido perder tempo que é contado por Deus e pago pelos homens”.<sup>206</sup> Neste contexto, de acordo com o referido autor, a Medicina teve um papel fundamental:

[...] o conjunto constituído pela medicina [...] vai ser [...] um elemento [...] cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas entre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, produzir feitos disciplinares e efeitos regulamentadores.<sup>207</sup>

A Medicina sanitarista dispensou grande atenção a moradia popular urbana. A intervenção nestas habitações, durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, ocorreu, na maioria dos casos, de forma arbitrária. Os conhecidos visitantes domiciliares, que possuíam “carta branca” para agir, não raras vezes se utilizavam da violência. Estes poderiam ser médicos, engenheiros, assistentes sociais, etc. A socióloga Sandra Caponi afirma o seguinte sobre estes personagens:

<sup>203</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>204</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>205</sup> FOUCAULT, 2007, op. cit., p. 119.

<sup>206</sup> Ibid., p. 131.

<sup>207</sup> Idem, 1999, p. 301-302.

A figura do visitador a domicílio parece ser um elemento-chave para garantir a eficiência das estratégias de assistência-moralização. Todo um exército de visitadores estava encarregado de controlar os desvios, realizando uma vigilância minuciosa, acompanhada de conselhos mais ou menos óbvios e dificilmente aplicáveis.<sup>208</sup>

Na imagem a seguir observamos a realização de uma visita domiciliar feita por uma freira a uma residência operária da vila Próspera.



**Figura 11:** Visita domiciliar a uma residência da vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

As visitas domiciliares a casa dos operários eram realizadas geralmente nas primeiras horas da tarde, quando as donas-de-casa haviam terminado parte de suas tarefas. Depois da primeira visita em que ensinavam as mulheres a higienizar o espaço doméstico (lavar a louça, varrer a casa, passar a roupa, etc) inclusive através de demonstrações práticas, as Irmãs tornavam a visitar as famílias com o intuito de avaliarem se os seus ensinamentos estavam sendo colocados em prática pelos moradores da casa. Este era um dos momentos mais tensos

---

<sup>208</sup> CAPONI, Sandra. Corpo, população e moralidade na História da Medicina. **Revista Esboços**. Chapecó: UFSC, 2002, p. 79.

da relação que se estabelecia entre as freiras e as donas-de-casa, pois muitas se recusavam a executar as tarefas impostas pelas religiosas. Para tentar escapar da fiscalização feita pelas freiras as mulheres simulavam estar doentes, ou então, mandavam uma das crianças dizer que estavam ausentes. Outra prática muito usual entre as moradoras da vila era a de limpar a morada somente quando avistavam o jipe das Irmãs pelas redondezas. Segundo Michel de Certeau, estas ações refletem as astúcias empreendidas pelos indivíduos na tentativa de escapar, manipular ou alterar os mecanismos de disciplina que visam instaurar uma ordem cotidiana “gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro [...]”.<sup>209</sup>

Nos domínios da higiene pessoal, a educação das Irmãs não se limitou apenas as mudanças no espaço doméstico. Reconhecidamente um vetor infectante em todas as vilas operárias da cidade, as águas contaminadas foram alvo de uma intensa campanha sanitária por parte das religiosas. As ações foram realizadas em dois sentidos: o primeiro visando à utilização dos filtros d’água domésticos e o segundo, procurando eliminar as fossas existentes nos arredores das casas e das proximidades dos poucos poços artesanais que serviam como fonte de água potável. Eis o afirmou a Irmã Claudia Freitas sobre estas ações:

O médico falava para gente, vocês devem ensinar os cuidados com a água, por que tem muitos casos de verminose relacionados a ela. Na questão da água, a gente ensinava a colocar uma colher de cândida, de água sanitária, na água antes de usar. Depois eu fiz um coador bem grande para passar a água, e retirar a sujeira. Depois fizemos a campanha dos filtros, nós comprávamos os filtros e eles iam pagando aos poucos.<sup>210</sup>

Com relação ao asseio do corpo as Irmãs tentaram disseminar entre os moradores, adultos e crianças, o hábito do banho diário. Sem o recurso da água canalizada, a maioria dos moradores, tomava banho em bacias de alumínio dentro de casa. Este tipo de banho não era suficiente, pois ao utilizar a mesma água durante todo o processo lavagem apenas tendia espalhar a sujeira pelo restante do corpo, sem que com isso este realizasse a sua função, ou seja, a limpeza corporal. Em um local onde os habitantes viviam sobre os rejeitos pirita e os operários trabalhavam diretamente com o carvão, o banho com água corrente era uma necessidade. Seria impossível difundir práticas higiênicas com relação ao ambiente doméstico se o próprio asseio do corpo era negligenciado. Segundo Irmã Cláudia Freitas, a primeira vez que esta percebeu que era necessária a construção de um chuveiro público que todos tivessem

<sup>209</sup> CERTEAU, 1994, op. cit., p. 104.

<sup>210</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

acesso foi ao conversar com uma mãe a respeito da “sujeira” dos seus filhos. A dona-de-casa argumentou que era difícil manter as crianças limpas em um local coberto de pirla e sem uma rede água encanada que abastecessem as casas. A freira tentou resolver então o problema da seguinte forma:

Então eu fui na empresa para pedir para seu Sesóstris e, ele colocou mais torneiras para todos. Depois as crianças não tomavam banho direito, pois a água era pouca, então nós também pedimos para a Próspera um chuveiro e todos os sábados nós subíamos para dar banho nas crianças.<sup>211</sup>

José da Silva também relembra de como as crianças andavam pelas ruas da vila e da construção dos chuveiros:

Não tinha chuveiro nas casas, as crianças no verão todas suadas, sujas, elas falavam com as mães: \_Por que vocês não dão banho nas crianças? As crianças têm que tomar banho todos os dias! \_Irmã não tem água, temos dificuldade de água. Ai elas interferiram junto à empresa, e a empresa construiu um chuveiro público para que as crianças tomassem banho no sábado de tarde.<sup>212</sup>

As Irmãs passaram a fomentar também entre os adultos, principalmente, entre os homens que trabalhavam diretamente com o carvão, a necessidade da higiene corporal. Em suas conversas rotineiras com os operários do carvão, as religiosas aconselhavam que, após terminarem o labor no interior das minas, os homens passassem pelos chuveiros públicos para realizarem uma lavagem geral do corpo. Esta, além de retirar o excesso de poeira da pele, ainda traria uma sensação de limpeza e bem-estar, deixando-os mais dispostos após um dia exaustivo de trabalho. Abaixo imagem de operários tomando banho no chuveiro público existente na vila operária Próspera.

---

<sup>211</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>212</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.



**Figura 12:** Chuveiro público construído na vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).  
**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

### 3.3 Familiarização dos operários.

As ações empreendidas pelas freiras sobre os habitantes da vila ultrapassavam os limites do corpo saudável adentrando nos domínios da moral. Para a Medicina sanitarista não adiantaria de nada um corpo apto e produtivo se este viesse unido a práticas consideradas desviantes, tais como, a poligamia, a promiscuidade, o alcoolismo, etc. Conforme afirma Michel Foucault, a família deixa de ser o fim para torna-se uma estratégia no processo da gestão da população.

[...] o laço conjugal não serve mais apenas [...] para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto. Sem dúvida, ela serve ainda para dar continuidade a duas linhagens e, portanto para produzir descendência, mas também para fabricar, nas melhores condições possíveis, um ser humano elevado ao estado de maturidade.<sup>213</sup>

Segundo a socióloga Martine Segalen, na sociedade industrial os valores e práticas da família nuclear burguesa tornaram-se barômetros da moralidade. As práticas que dela se

<sup>213</sup> FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 199.

afastassem acabariam sendo consideradas desviantes. Diversas instituições uniram-se na tentativa de reestruturar a vida do operário à sombra da família nuclear burguesa, sobretudo, no que diz respeito ao casamento. Para antropóloga Cláudia Fonseca, na Europa, o ideal da família nuclear burguesa entre as camadas operárias se consolidou a partir do início do século XX com promoção de salários dignos, escolarização universal e a melhoria das condições de vida. No Brasil, nesse mesmo período, uma parte significativa da população pobre dispensava o casamento legal, denotando a existência de uma sociedade que se esquivava de controles legais, unindo-se sem oficializar o casamento, tinham filhos sem fazer certidão de nascimento, separavam-se sem se divorciar.<sup>214</sup> A Igreja Católica foi uma das instituições que empenhou-se em moralizar e legalizar as relações conjugais dos pobres do país.

Com o intuito de combater a união livre entre os operários mineiros, estabilizar suas relações conjugais, fundando uma família alicerçada sobre as sólidas bases da moralidade, as religiosas combateram a prática da fuga muito comum entre a população da vila operária Próspera, principalmente, entre aqueles que migraram do litoral. Irmã Cláudia Freitas comenta sobre essa prática.

[...] naquele tempo ninguém casava né, na igreja, todo mundo “fugia”. Um dia eu cheguei à casa de uma senhora e ela estava atarefada costurando, eu até me lembro o lugar, vi que ela estava muito ocupada, e então eu falei: \_A senhora está muito ocupada hoje? E ela falou assim: \_Oh minha Irmã, a senhora me desculpa mas minha filha vai fugir esta noite, e eu tenho que preparar tudo[...]<sup>215</sup>

A fuga podia ocorrer em três momentos distintos da vida afetiva do casal, forçar a quebra da autoridade paterna, encobrir uma gravidez e, por último, a falta de recursos financeiros para custear as núpcias. No primeiro caso, fugir significava para a mulher escapar do julgo dos pais, a quem segundo os padrões morais da época ela devia respeito e obediência, esta submissão absoluta incluía muitas vezes aceitar a negativa do pai diante de um relacionamento amoroso; então, fugir de casa para viver definitivamente com o parceiro e estabelecer laços conjugais significava impor a sua vontade ao restante da família, independente de aprovação ou reprovação. Em segundo lugar, a fuga era uma maneira do casal de namorados encobrir suas aventuras amorosas, quando não era mais possível disfarçar uma gravidez precoce, este era um momento em que fugir tornava-se um imperativo, caso contrário a moça teria sua reputação em risco e o rapaz haveria de acertar contas com a família de

<sup>214</sup> FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 521-523.

<sup>215</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

sua amada. Em último lugar, motivo mais comum, relacionado à impossibilidade de o casal arcar financeiramente com os gastos da cerimônia civil e, principalmente da celebração religiosa extremamente dispendiosa para o bolso operário devido ao pomposo ritual que ela demanda, roupas de noivos, decoração da igreja, jantar em família, etc. O período que compreendia o início do namoro até a fuga, tanto para a mulher quanto para o homem era um momento de transição em que deixavam de ser filhos e filhas para iniciar uma vida a dois, com responsabilidades próprias, fugir então, já era um desfecho pré-estabelecido e por todos esperados, um verdadeiro teatro de encenações que tinha como objetivo agradar a sociedade circundante, já que todos os familiares estavam a par do que aconteceria.<sup>216</sup> Irmã Cláudia Freitas afirmou o seguinte sobre esse fato:

Então [...] o fugir era apenas um expressão, e às vezes a mãe chorava um pouquinho. Me lembro depois quando eu trabalhava no São João Batista, e a Dona que trabalhava com a gente, chorou a manhã toda, chorando, chorando, e eu disse: \_O que aconteceu? \_Minha filha fugiu! \_E com quem? \_Fulano de tal? \_E ele é bom? \_Ah, ele é excelente, ela fez um bom negócio! [...] era tudo um faz de conta!<sup>217</sup>

As religiosas tentaram coibir a iniciativa dos jovens casais de optarem pela fuga ao invés do matrimônio, através da concessão de empréstimos parciais e totais que custeassem as cerimônias de núpcias. Quando se ouvia um “burburinho” sobre uma possível fuga imediatamente as freiras procuravam convencer a futura noiva a optar por um casamento religioso e civil, explicando-lhes as vantagens do mesmo. Frente a uma resposta positiva as Irmãs iniciavam os preparativos das bodas, afastando desta forma a possibilidade de que o casal declinasse do acordo. Segundo a Irmã Cláudia Freitas, “arranjávamos o vestido da noiva, nós conseguimos um vestido e “alugávamos” [...] para não dizer que estávamos dando tudo de graça. Então e nós passamos a fazer o casamento assim, e fizemos alguns desses”.<sup>218</sup> Mesmo com a ajuda financeira por parte das religiosas, a prática de fugir manteve-se durante muito tempo entre os jovens da vila operária Próspera.

Pouco a pouco as monjas passaram a ser procuradas pelas moradoras da vila. Estas solicitavam conselhos sobre o que se passava nas suas relações conjugais. Em um primeiro momento as religiosas atendiam as mulheres que as procuravam em uma sala da Casa Assistencial Imaculada Conceição. Estas ficavam a par o conflito existente entre o casal. Muitas vezes, após a conversa com a esposa, as freiras chamavam também o marido para

<sup>216</sup> MALUF, 1993, op. cit., p. 26-28.

<sup>217</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>218</sup> Ibid.

ouvirem sua versão da história. Devido à baixa frequência dos homens nas sessões de aconselhamento, as religiosas mudaram de estratégia. Durante as rotineiras visitas domiciliares, principalmente, quando o marido estava em casa, estas abordavam assuntos relativos aos problemas da família. O foco principal dessas conversas era o relacionamento afetivo dos cônjuges. Na imagem abaixo vemos uma freira realizando uma visita domiciliar a um casal.



**Figura 13:** Visitas domiciliares – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

De acordo com o relatório das freiras, as queixas das esposas eram semelhantes ao seguinte:

Após uma reunião com as mães, veio ter conosco a Sr. T... e disse que estava levando uma vida muito difícil, porquanto seu marido é aposentado, o pagamento em atraso a cinco meses, com seis filhos para manter. Além disso, o marido é alcoólatra permanente, espanca os filhos, briga com a esposa [sic] e com a bebida gasta todo o tostão que ela com sacrifício consegue economizar.<sup>219</sup>

<sup>219</sup> ÁLBUM/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC. [S. L. : s. n.].



Os conselhos auferidos das freiras para as mulheres da vila operária eram pautados nas representações de feminino vigentes na norma familiar burguesa difundida pelo discurso médico. Segundo a historiadora Carla Bassanezi, uma boa esposa deveria ter como centro de suas atenções o marido e os filhos. Para a autora, do mesmo modo que desenvolvimento sadio das crianças era o termômetro de uma família bem ajustada e o eixo norteador do casal, o bem-estar do marido era a medida perfeita da felicidade conjugal.<sup>220</sup> Este ideal de mãe e dona-de-casa no qual a mulher deveria ser abnegada, vigilante e inteira sacrifício, também estava presente no discurso religioso católico. O chamado modelo mariano de castidade e submissão serviu de referência para moldar condutas femininas em todo Ocidente.

Os aconselhamentos das religiosas para os homens giravam em torno do uso imoderado do álcool e seus efeitos negativos. O discurso da Medicina sanitarista e o da Igreja Católica propalavam que o marido, além ser responsável pelo sustento da família, constituía a imagem moral da mesma, um exemplo a ser seguido, sendo sua obrigação estar cotidianamente em casa para vigiar e zelar por ela, protegendo-a dos perigos existentes nas ruas.<sup>221</sup> Visando tentar mudar a situação vigente entre os operários às religiosas, resolveram combater o que consideravam o foco do problema, o bar. Estas passaram a visitar durante alguns dias da semana as bodegas da vila onde advertiam os seus frequentadores sobre os efeitos maléficos das bebidas alcoólicas sobre o corpo de trabalhador, seu labor e sua família. Irmã Cláudia Freitas comenta sobre estas ações:

No trabalho de colocar faixas, eles riam da gente né, punha a faixa [...] “a bebida é um veneno lento” [...] e eles diziam: \_Ah! Então a gente não vai beber mais irmã. E tudo, eles brincavam com a gente, eu punha nos bares, punha nos locais, em todo o local tinha essas frases.<sup>222</sup>

Apesar das insistentes investidas das Irmãs com relação ao consumo de álcool entre os trabalhadores da vila, os resultados não foram considerados satisfatórios. Os homens permaneciam frequentando os bares, como recorda Irmã Cláudia Freitas:

Falar com quem bebe sobre bebida, é perder tempo né!? Eu não me lembro de algum que tenha regenerado. Pode até ter tido, mas eu não me lembro. A maior briga era justamente por causa de bebidas. E a gente tinha sempre que entrar no meio, mas tinha uma coisa, a Irmã ficou ciente entrou no meio, eles tinham medo. Eles tinham medo inclusive de a gente falar lá na Próspera, isso a gente não fazia né, mas eles

<sup>220</sup> BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 607 – 639.

<sup>221</sup> VATICANO. Carta Encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891.

<sup>222</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

pensavam que a gente podia fazer isso né, falar lá com o Dr. Balsini, com o Dr. Sesóstris, que eles estavam bebendo muito, e tudo, né. Eles tinham medo disso. Então é, eles tinham muito respeito pela gente, mas continuavam fazendo.<sup>223</sup>

A socióloga Martine Segalen denominou de *familiarização do operário*<sup>224</sup> estas investidas sobre as relações sociais que, entre outras coisas, implicava na concessão de uma remuneração mais elevada, acesso a habitações amplas e higiênicas, a remodelação da mulher enquanto mãe e esposa, a valorização do casamento e a centralidade da infância, esta última objetivo final da família. As afirmações de Michel Foucault caminham no mesmo sentido:

A nova "conjugalidade" é, sobretudo, aquela que congrega pais e filhos. A família aparelho estrito e localizado de formação [...] E, ao mesmo tempo, [de] saúde – em primeiro plano a saúde das crianças – se torna um dos objetivos mais obrigatórios da família.<sup>225</sup>

Através do trabalho em pequenas plantações espalhadas em locais da vila Próspera onde ainda era possível cultivar vegetais, as religiosas tentavam reeducar os homens que consumiam bebidas alcoólicas. Para as irmãs, além das virtudes morais, o cultivo de uma horta possibilitava que os pais promovessem uma alimentação mais saudável aos seus rebentos com a inserção de legumes e de hortaliças na dieta da família sem sobrecarregar o apertado orçamento mensal. Abaixo a imagem de uma horta cultivada pelos moradores da vila operária Próspera.

---

<sup>223</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>224</sup> SEGALLEN, 1999 [a], op. cit., p. 13.

<sup>225</sup> FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 199.



**Figura 14:** Campanha das hortas comunitárias – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Neste sentido, para promover a constituição de uma família considerada saudável, naquele contexto, era necessário redefinir o lugar da infância colocando-a em uma posição de centralidade. Os pais deveriam zelar pelo desenvolvimento físico e moral de suas crianças, engendrando-lhes desde cedo o amor pelo trabalho, o respeito pelos superiores, o discernimento entre o bem e o mal, o labor e da vadiagem, etc. Uma das primeiras ações relacionadas à infância empreendidas pelas religiosas foi a de evitar o considerado convívio desregrado entre adultos e crianças. De acordo com a Irmã Cláudia Freitas:

Existia muita promiscuidade, muita promiscuidade, porque as famílias eram numerosas e as casas eram pequenas, era muita promiscuidade dentro de casa, e foi uma das primeiras coisas que me chamaram atenção. Porque a gente veio de uma família que era criada diferente, então quando via todo mundo dormindo junto, filho dormindo nos quartos dos pais, os meninos com as meninas, aquilo logo me chamou a atenção, foi uma das coisas que mais nos fez sofrer.<sup>226</sup>

Durante as visitas domiciliares, as freiras instruíam os pais a dormirem separados de seus filhos. Conforme afirmamos no capítulo anterior, era muito comum alugar um cômodo

<sup>226</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

da casa para um conhecido até que o mesmo conseguisse sua própria locação. A superlotação da casa forçava alguns pais a dormirem junto de seus filhos para liberar um cômodo ao visitante, ou então, estes colocavam as crianças para dormirem junto aos mesmos, misturando diferentes faixas etárias em um único espaço, como relembra o José da Silva. Segundo o mesmo, “eu queria entrar em um quarto para trocar de roupa e tinha um cara lá dormindo, ou então, ia tomar banho, era tudo banho rápido, botava uma banheira grande de alumínio no chão e tomava banho ali mesmo”.<sup>227</sup> Este convívio entre os adultos e as crianças, segundo as religiosas, poderia ocasionar grandes danos morais e físicos aos infantes.

Mudar esta situação não foi uma tarefa fácil, como recorda Irmã Cláudia Freitas, “falando da promiscuidade, não tinha maneira, porque as casas eram muito precárias”.<sup>228</sup> A prática começou a alterar-se de forma mais significativa quando as pessoas mudaram-se para as novas casas edificadas pela direção da mineradora. Essas habitações foram construídas com a intenção de serem suficientemente amplas para garantir a higiene de seus moradores e, ao mesmo tempo, pequenas o bastante para impedir a sublocação dos cômodos. Os compartimentos foram distribuídos de tal maneira na moradia que os pais poderiam vigiar os filhos, bem como teriam a sua privacidade resguardada. Todavia, também como já afirmamos no capítulo anterior, estas casas não foram habitadas pela maioria dos operários da vila Próspera.

### **3.4 Cozinheiras, costureiras e enfermeiras.**

O processo de *familiarização* que, paulatinamente, operou-se sobre as camadas operárias tinha como finalidade apagar as imagens de rudes, ignorantes e supersticiosos que durante muito tempo foram associadas a figura dos trabalhadores urbanos no Brasil. Integrá-los à cidade, instituindo hábitos moralizados, em oposição as antigas práticas consideradas promíscuas e insalubres implicou na remodelação das práticas sociais. A promoção destas novas relações sociais alicerçou-se sobre dois pilares: o primeiro diz respeito à resignificação das moradias. A nova casa tinha que ser capaz de atender as crescentes demandas provenientes das classes trabalhadoras como água encanada, eletricidade e rede de esgoto; detentora de espaços privatizados a mesma instituiria o gosto pela intimidade, trazendo para

---

<sup>227</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>228</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

dentro do lar o marido e os filhos. O segundo, trata da reordenação das práticas desempenhadas por cada membro da família no interior do espaço doméstico, ou seja, o homem, o provedor da casa, a mulher, a rainha do lar e as crianças, o bem maior do casal.

Dois membros da família eram considerados como peças fundamentais deste processo, as mulheres e as crianças. De acordo com as historiadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, “o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã”.<sup>229</sup> Fazer com que a mulher regressasse para o interior do espaço doméstico passou necessariamente pela promoção de um novo modelo de feminino marcado pela intimidade e pela valorização da maternidade, que a historiadora Margareth Rago, chamou de esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.<sup>230</sup> Segundo a antropóloga social Cláudia Fonseca, este discurso fundado na idéia de que não existiria realização feminina fora da esfera doméstica, não chegou a todas as camadas da população da mesma maneira. A mulher pobre sobrevivia dos poucos recursos conseguidos por seu marido no trabalho industrial ou em bicos realizados pelas redondezas que não eram suficientes para suprir as necessidades da família. Esta situação de quase miséria impulsionava boa parte das donas-de-casa pobres ao mundo do trabalho na tentativa de escapar da pobreza, mesmo correndo o risco de serem rotuladas como “mulher pública”. Ao invés de ser admirada, como os homens, por ser uma trabalhadora, esta tinha que constantemente defender sua reputação como boa dona-de-casa, esposa e mãe, pois ao escapar da esfera do privado inscrevia-se nela o estigma da culpa de abandonar o lar, os filhos carentes e o marido exausto em função das longas jornadas de trabalho.<sup>231</sup>

As amarras que proibiam o trabalho feminino afrouxaram no contexto das Guerras, sobretudo, no período que compreendeu a Segunda Grande Guerra Mundial. A escassez de mercadorias, a grande procura por produtos industrializados, materiais bélicos e o envio dos homens para o *front* de batalha impulsionaram as mulheres para o interior do mercado de trabalho onde estas desempenharam diferentes profissões. Neste período, parte das mulheres que habitavam as áreas de mineração em Criciúma foram contratadas para trabalhar no processo de produção do carvão. Nas minas de carvão da cidade as mulheres ocuparam o

---

<sup>229</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 374.

<sup>230</sup> Rago, 1985, op. cit., p. 62.

<sup>231</sup> FONSECA, Cláudia. Op. cit. p. 516-517.

cargo de escolhedeiras,<sup>232</sup> trabalhando em grandes galpões instalados nos pátios das minas onde eram as responsáveis por separar o carvão mineral bruto do seu rejeito, a pirita.

Com o término da Guerra, as mulheres foram novamente impelidas a ocupar sua antiga posição como donas-de-casa, sendo alvo de uma intensa propaganda produzida pelo Estado, por instituições filantrópicas e pela Igreja Católica que pregavam seu retorno ao lar. Na vila operária Próspera, com o término da Segunda Guerra, também cessaram as oportunidades de emprego para as mulheres no ambiente produtivo da indústria. Segundo a historiadora Carla Bassenezi:

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres nos esforços de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico –, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade.<sup>233</sup>

Apesar da intensa difusão do discurso sobre a família nuclear burguesa, este não foi apreendido da mesma forma nas diferentes camadas da população no Brasil, como já afirmamos. Segundo a socióloga Martine Segalen, dentre as camadas pobres urbanas este discurso teve maior ressonância entre aqueles que de alguma forma estavam atrelados a indústria pesada do aço e do carvão. Para a autora, “quando predomina a indústria metalúrgica e mineira, que emprega essencialmente a mão-de-obra masculina, as famílias são geralmente nucleares, ficando a mulher em casa”.<sup>234</sup>

Na década de 1950, as Irmãs, em conjunto com o SESI-SC, passaram a ofertar na vila operária Próspera uma série de cursos populares voltados para a economia doméstica. O primeiro curso oferecido pelas religiosas, foi o de arte culinária. Este era uma antiga reivindicação do médico Francisco de Paula Boa Nova Junior que há tempos alertava para a deficiência alimentar existente entre os trabalhadores do carvão e seus filhos(as). Para o sanitarista, uma boa alimentação seria capaz de diminuir as agitações existentes entre o meio operário e atenuar os efeitos negativos sobre a produtividade dos mesmos.

A fome apresenta-se na região carbonífera sul catarinense, como aliás nos demais meios operários, sob o duplo aspecto de *alimentação* e *má alimentação*. Algumas vezes são as dificuldades da vida (salários baixos e preços exorbitantes) que obrigam

---

<sup>232</sup> Sobre as escolhedeiras ver: CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da História**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

<sup>233</sup> BASSANEZI, 1996, op. cit., p. 608.

<sup>234</sup> SEGALLEN, 1999 [a], op. cit., p. 13.

o operário e à sua família à alimentação parca, insuficiente; outras vezes, porém, o mal consiste em que o operário podendo bem alimentar-se, come maior quantidade mas com pouco proveito, porque come o que não deve e não come o que necessita. [...] A boa alimentação, não só do operário como de sua família, é um complemento indispensável do bem estar social, pois, se o problema alimentar fosse apenas resolvido para o operário, este não poderia, logicamente, sentir-se satisfeito e tranqüilo vendo que tal problema continuava a existir para a mulher e os filhos. Portanto, não se poderá deixar de sempre pensar, também, na alimentação da família do operário.<sup>235</sup>

Para as religiosas e o SESI-SC, o curso de arte culinária teria um duplo efeito. Ao mesmo tempo em que proporcionava uma alimentação saudável para o operário, reforçava a representação social da mulher enquanto responsável pelo bem estar da família. De acordo com as informações presentes no álbum relatório das freiras, a má alimentação da população operária não era resultado único da falta de recursos financeiros, mas também resultado da má vontade e preguiça das esposas e mães, ou ainda em função destas não saberem cozinhar. Eis os argumentos apresentados pelas freiras para a instituição do curso de arte culinária:

É conhecido a base de alimentação da grande maioria dos habitantes da Próspera: pirão d'água, ou melhor, farinha de mandioca e água, misturados à hora de servir com peixe cozido. É este o prato que constitui a alimentação dos pobres operários que trabalham em serviço tão exaustivo de duro. Sabemos que a pobreza não justifica isto, e sim o descuido, a lei do menor esforço. No intuito de corrigir em parte este lamentável erro, começamos a estudar a possibilidade de um pequeno Curso de Arte Culinária.<sup>236</sup>

A primeira demonstração do curso foi realizada no dia 16 de maio de 1957 com o Grupo das Floristas, que agregava filhas dos mineiros que moravam na vila operária Próspera. Esta iniciativa de principiar o curso com as mulheres mais jovens tinha a intenção de incentivar desde cedo o gosto pelas atividades domésticas e, ainda, fomentar entre suas mães e as vizinhas as benesses do cuidado com a alimentação e de uma boa cozinha. Eis o comentário contido no relatório sobre o referido curso:

Com o grupo das floristas fizemos uma pequena experiência realizando um almoço e o resultado foi magnífico. [...] Chegando em casa contaram para as mães e vizinhas, tudo que haviam feito e aprendido em um só almoço e isto valeu, como eficaz propaganda. Aproveitamos o calor do entusiasmo para uma reunião com as senhoras, convidando-as para o pequeno Curso de Culinária que pretendíamos iniciar.<sup>237</sup>

<sup>235</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 101.

<sup>236</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

<sup>237</sup> Ibid.

Inicialmente as reuniões foram marcadas para acontecer durante dois dias da semana, entre as 14 e 17 horas, na casa anexa ao subposto do SESI-SC. Mais tarde, devido ao pouco tempo disponível das donas-de-casas, a carga horária do curso foi modificada ficando estabelecida apenas uma reunião por semana. O curso de arte culinária era ministrado, prioritariamente, pela Irmã Alberta. Cada pessoa ficava responsável por levar uma porção de alimento. Dessa forma se dividia as despesas para a manutenção do curso e ainda incentivava-se o espírito de solidariedade entre as donas-de-casa. Separadas em grupos, cada uma ficava responsável pelo preparo de um determinado tipo alimento (verduras, carnes, grãos, etc.) que depois seriam apresentados em belos pratos decorados. Todavia, dominar as artes da culinária não era somente saber cozinhar e preparar os alimentos. Ao longo do curso as donas-de-casa ainda aprendiam a desinfetar os utensílios domésticos e os alimentos. Para as religiosas, as esposas e filhas dos operários, no curso aprendiam a cozinhar alimentos diversos, bem como tinham noções básicas para implementar uma dieta balanceada entre os membros de sua família.<sup>238</sup> Abaixo temos duas imagens do curso de arte culinária ministrado pela Irmã Alberta.



**Figura 15:** Curso de Arte Culinária, preparo dos alimentos – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

---

<sup>238</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.





**Figura 16:** Curso de Arte Culinária realizado na vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Os encontros de Arte Culinária demonstravam o prestígio adquirido pelas religiosas no convívio cotidiano com as mulheres da vila. Muitas donas-de-casa que frequentavam o curso questionavam as suas práticas cotidianas. Por outro lado, segundo Irmã Cláudia Freitas, nem todas as religiosas dominavam as artes culinárias. Estas aprendiam um dia antes com a superiora e, repassavam os ensinamentos para as alunas no dia seguinte. A referida religiosa relembra um fato que se passou com ela neste sentido:

Eu passei muito aperto, um dia que a dona Valesca [...] mandou me chamar, eu fui lá, e ela me falou assim: \_Irmã eu ganho a minha vida fazendo estas coisas para vender e, eu sei que a senhora esta dando arte culinária e eu queria saber como a senhora faz frango sem osso. Eu nem nunca tinha ouvido falar que a gente faz frango sem osso! E eu falei: \_Como é que a senhora faz? O povo tinha uma confiança imensa na gente, e eu falar para ela que eu não sabia, é um negócio meio..., e ela nem ia acreditar, porque elas achavam que as Irmãs sabiam tudo! Eu falei assim: \_Como é que a senhora faz? \_Eu faço assim, assim, assim! \_Pois é eu faço exatamente igual à senhora!<sup>239</sup>

<sup>239</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

O dia-a-dia da dona-de-casa da vila operária Próspera era repleto de obrigações. Pela manhã, antes do nascer do sol, quando todos ainda estavam dormindo ela levantava-se e preparava o café dos filhos e do marido que logo sairia para trabalhar; depois, esta arejava as cobertas e recolhia as roupas sujas; em seguida, arrumava os quartos e preparava o almoço. Concomitante a estas tarefas, era necessário olhar as crianças. No período vespertino, quando parte dos pequenos estavam na escola e as outras crianças tiravam uma soneca, esta se dedicava a lavação das louças e das roupas. Entre o fim da lavação e antes de iniciar o jantar, sentada na soleira da porta, geralmente o lugar mais iluminado da casa, as mulheres dedicavam-se ao conserto de roupas. Com agulha e linha nas mãos remendava calças e meias, transformava velhos lençóis em fronhas, puídas cortinas de chita em vestidinhos para as meninas, toalhas de mesa em panos em pratos e com as sobras de tecidos fazia preenchimento para travesseiros. Saber costurar permitia que a esposa contribuísse para o orçamento da família. Esta era uma forma legítima de ganhar dinheiro, pois para tal trabalho a mulher não precisava afastar-se do lar e nem comprometia seus afazeres diários.

As Pequenas Irmãs da Divina Providência trouxeram para a vila Próspera o famoso curso de corte e costura patrocinado pelo SESI-SC já implementado em diferentes áreas de mineração da cidade, assim como em outras regiões industriais do Estado. Na referida vila operária o curso foi rebatizado com o nome de Serviço Prático de Costura. O SESI-SC fornecia parte do material e das máquinas de costura e, tinha como principal objetivo expandir “benefícios de caráter econômico com o aumento de capacidade de produção da família”.<sup>240</sup> O curso, iniciado em abril de 1957, tinha o seguinte programa:

- 1 – Cerzir e remendar
- 2 – Calça para homem
- 3 – Camisa para homem
- 4 – Roupinha de criança
- 5 – Vestidos
- 6 – Bordados<sup>241</sup>

Ministrado pela Irmã Laurencina o curso funcionava na casa de uma das alunas, onde uma vez por semana as mulheres se reuniam para aprenderem técnicas de costura. Saber costurar possibilitava a diminuição dos gastos domésticos com vestuário. Na região, as mulheres compravam uma só peça de fazenda e confeccionavam roupas para toda a família. Além de economizar, as roupas feitas em casa ainda eram consideradas melhores do que as

<sup>240</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit. p. 07.

<sup>241</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

industrializadas, pois duravam muito mais tempo. Abaixo imagem das alunas do curso de corte e costura confeccionando roupas para seus filhos e maridos.



**Figura 17:** Serviço Prático de Costura realizado na vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

A transformação dos restos de retalhos, era uma das principais atividades ensinadas pelas religiosas para as mulheres da vila como relembra o senhor José da Silva: “a D. Dulce me disse assim, que a Irmã ensinou a ela aproveitar todos retalhinhos, ela costurava, e fazia colcha de retalhos, assim ela aprendeu a fazer colcha de retalhos, foi a Irmã quem ensinou”.<sup>242</sup> A confecção de roupas masculinas, assim como as roupas infantis, também eram prioridade nas aulas práticas do curso. Quando chegaram à vila operária Próspera chamou a atenção das religiosas o fato de as crianças andarem quase sempre seminuas, de acordo com a Irmã Cláudia Freitas. “no começo [...] os meninos ficavam vestidos apenas com as camisetinhas, e as meninas só de calcinha”.<sup>243</sup> Cuidar da indumentária masculina também passou a fazer parte das obrigações das mulheres que moravam nas áreas de mineração. Devido as características

<sup>242</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>243</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

do trabalho no interior das minas e o fato de a carbonífera não oferecer uniformes para os operários, as mulheres tornaram-se as responsáveis pela manutenção das roupas utilizadas nas frentes de exploração. Na imagem a seguir vemos os resultados dos ensinamentos do curso de corte e costura.



**Figura 18:** Resultados do Serviço Prático de Costura realizado na vila operária Próspera – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC.

Além dos trabalhos manuais realizados junto com as mulheres casadas, as religiosas também se empenharam em executar uma série de atividades junto ao Grupo das Floristas. Formado em abril de 1956, por jovens que possuíam entre 12 a 15 anos. De acordo com as religiosas, “a primeira atividade escolhida por elas foi a confecção de quadrinhos, cachepôs de vidro e flores artificiais. Daí o nome que mais tarde recebeu: Grupo das Floristas”.<sup>244</sup> Na década de 1950, uma “moça de família”, digna de casamento era reconhecida por sua moral sexual recatada e por suas habilidades no âmbito do doméstico. No Grupo das Floristas, as jovens tinham noções de bordado, costura, tapeçaria, pintura, etiqueta e civilidade. Aprendendo estes ofícios que poderiam ser executado dentro da própria casa, as jovens poderiam ganhar algum dinheiro e ainda confeccionar o seu próprio enxoval, peça de grande

<sup>244</sup> Álbum/Relatório, 1955-1957, op. cit.

importância para toda a moça pobre que sonhava com uma vida conjugal. Este era o único dote levado pelas mesmas na ocasião da fuga ou do casamento. Na imagem abaixo verificamos as jovens em uma aula do Grupo das Floristas.



**Figura 19:** Grupo das Floristas – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Durante as aulas, possivelmente as Irmãs aconselhavam as meninas sobre os valores da castidade, do trabalho e de uma conduta moral e sexual respeitosa. Além disso, estas aprendiam “as regras elementares de civilidade”.<sup>245</sup> A foto abaixo revela elementos desta civilidade apreçoada pelas religiosas, tais como, saber pôr uma mesa e portar-se nela, o modo correto de sentar, de segurar a xícara, de colocar os braços, etc. Ao final de cada curso as Irmãs organizavam uma exposição no salão paroquial da Igreja com o intuito de mostrar aos moradores da vila operária Próspera os resultados obtidos ao longo de meses de dedicação. Esta mostra de trabalhos era uma forma premiar as participantes por seu bom comportamento, assim como, instigar aquelas que por algum motivo haviam desistido a reingressarem no grupo de trabalhos manuais. Segundo a Irmã Cláudia Freitas:

<sup>245</sup> ALBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

Fizemos várias exposições de trabalhos, [...] vendíamos e dividíamos o dinheiro com elas, elas ficavam felizes da vida, com esse dinheiro, qualquer tostão era um grande valor para elas, então no curso de corte e costura, fazíamos todos os anos a exposição dos trabalhos.<sup>246</sup>



**Figura 20:** Dia festivo – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Outro conjunto de práticas relacionadas à saúde implementada pelas Irmãs junto as esposas dos operários mineiros foi o curso de Enfermagem Caseira. Desde junho de 1951, após a publicação da Carta Encíclica *Evangelii Praecones*, do Papa Pio XII, ficou decidido que os Institutos e Congregações religiosas difundiriam em suas missões de evangelização e de amparo aos pobres os princípios da higiene através de uma intensa assistência sanitária baseada nos preceitos científicos de saúde. Para os arautos do Vaticano:

[...] é preciso que os religiosos e religiosas chamados para este frutuoso trabalho, adquiram, antes de partir, a preparação intelectual e moral hoje requeridas. Sabemos que não faltam religiosas, possuidoras de diplomas oficiais, que estudaram doenças horríveis [...] e lhes encontraram remédios apropriados. Merecem bem justos

<sup>246</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

louvores. A elas, como a todos os missionários que trabalham dedicadamente [...] abençoamos nós com amor paternal, admirando caridade tão heróica.<sup>247</sup>

As religiosas possuíam também outro motivo para realização de tal curso. Devido aos poucos recursos clínicos existentes na vila operária Próspera e o fato do hospital São José sofrer de deficiência crônica de leitos e de médicos, as Irmãs eram constantemente solicitadas para prestar atendimento médico entre a população, a qualquer hora do dia ou da noite. O Código Canônico no seu artigo 607 e as diretrizes que regiam a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência não permitiam a saída das religiosas do ambiente da clausura sem autorização prévia das Superiores e dos Ordinários dos lugares (os bispos). Esta situação tornava-se ainda mais conflituosa no caso das freiras da vila, pois estas saídas para atender a população ocorriam no geralmente período noturno, quando era proibido qualquer tipo de atividade que não fosse ligada à contemplação a Deus. Para coibir a iniciativa da população que sempre as procurava em situações de emergência em horários proibitivos e não mais ferir o voto de obediência sem, contudo, prejudicar o atendimento aos enfermos, as religiosas propuseram a formação de uma turma de enfermeiras.<sup>248</sup>

Para suprir em certa medida às necessidades médicas básicas dos moradores da vila, o programa do curso contemplava noções de higiene, injeção intramuscular, injeção endovenosa, esterilização, curativos, tomada de temperatura, ética da enfermeira e lavagem intestinal. O curso inicialmente teria a duração de dois meses. Todavia, segundo o álbum/relatório, devido a uma série de contratemplos, tais como, a falta de um espaço físico permanente, os poucos recursos financeiros, a dificuldade da aquisição de materiais hospitalares, a primeira turma concluiu o curso no final de 12 meses. Para poder exercer a atividade entre os moradores as aspirantes a enfermeira passavam por um exame final com o objetivo de avaliar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. O teste era elaborado pelo médico e funcionário da mineradora, Raimundo Perez. Somente após o crivo deste especialista é que as mulheres estavam aptas a iniciar seus trabalhos. Abaixo vemos foto da primeira turma do curso de enfermagem.

---

<sup>247</sup> Vaticano. Carta Encíclica *Evangelii Praecones*, 2 de junho de 1951.

<sup>248</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.





**Figura 21:** Primeira turma formada no curso de Enfermagem Caseira – Criciúma/SC (década de 1950).  
**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

A enfermagem era considerada uma atividade feminina, pois demandava resignação, compaixão, calma, dedicação e amabilidade. Segundo Irmã Cláudia Freitas, com o curso enfermagem caseira objetivava-se transferir para as mulheres da vila operária Próspera as noções elementares para resolver em casa mesmo casos considerados de menor gravidade. A freira realizou o seguinte comentário sobre o que se pretendia com o curso:

O curso de enfermagem do lar era para elas terem ideia do que fazer quando as crianças se machucavam, porque elas não tinham; pelo menos colocar água com sal, que é um remédio caseiro e é melhor que mercúrio cromo e outros remédios de farmácia. Dói muito, mas eu ensinava como fazer, não podia usar qualquer água, embora o sal seja um desinfetante. Eu falava para elas: \_tem que usar uma água de filtro, uma água limpinha e morna, por que fria ela dói mais. Eu ensinava detalhes para elas: \_coloca água de sal, a criança chora, mas é só um instante, e não inflama. Agora se fosse um machucado maior ensinávamos a fazer curativos, limpar, colocar água de sal, mercúrio cromo, gaze, por que tinha gaze em nossa farmácia, e as mães possuíam gaze em casa. Ensinamos para eles possuírem uma farmácia caseira em casa, com gaze, esparadrapo, mercúrio cromo, comprimidos para dor de cabeça, mas os populares, e sempre dizendo para elas que a farmácia deveria ficar em um local bem alto fora do alcance da criança. Lembrávamos os detalhes para elas, tem que ficar em um local bem alto, por que um dia a criança pode pegar. Elas faziam tudo bem direitinho, eram ótimas alunas.<sup>249</sup>

<sup>249</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.



Compartilhar com as mulheres os saberes da Medicina, além de garantir a manutenção de uma família sadia, coibia a atuação dos famosos curandeiros e benzedeadas que há muito tempo agiam entre os moradores da vila operária Próspera receitando beberagens e xaropadas na tentativa de curar as enfermidades. Através das visitas domiciliares, as enfermeiras ficavam a par da enfermidade que acometia a pessoa e a aconselhava a procurar o serviço médico ao invés de curandeiros e benzedeadas. A ação de curandeiros e charlatões entre a população pobre da cidade há muito tempo vinha sendo denunciada pelos médicos, como citamos anteriormente, inclusive merecendo um capítulo inteiro no relatório escrito pelo sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior. O médico afirmava o seguinte sobre este processo de disputa da legitimidade dos discursos de cura:

Entre os charlatões, tão numerosos em Criciúma e seus arredores, citam-se: as simples “rezadeiras” e “benzedeadas”, que se limitam a “rezar” ou “benzer” os ferimentos, dores ou quaisquer males de que se queixam os enfermos que as procuram; os “curandeiros”, que preparam xaropadas feitas com ervas [sic] e plantas por eles colhidas nos arredores de sua residência, algumas até com efeitos daninhos e perigosos aos enfermos, ou mesmo pós, em que entram muitas vezes substâncias tóxicas como *alvaidade*; os “dentistas práticos”, que “trabalham” sem observância dos mais comzeinhos princípios higiênicos e muitas vês [sic] chegam a “extrair”, junto com os dentes, lascas dos maxilares dos clientes, tal a força bruta que empregam no exercício da profissão, e as famosas “curiosas”, que, em número elevado em virtude dos módicos preços cobrados pelos seus serviços contam com uma numerosa clientela, e comentem os crimes mais monstruosos, entre os quais citam-se numerosos abortos que elas mesmas provocaram, os quais têm custado tantas e tão preciosas vidas.<sup>250</sup>

Ao adentrar no espaço doméstico, segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins, a Medicina clínica preparava a mulher para sua missão como reformadora social responsável por produzir homens hígidos no corpo e no espírito, amoldados para viver em uma sociedade disciplinar.<sup>251</sup> A mãe-enfermeira passou a ser a principal responsável pelo bem-estar de sua família e de seus vizinhos. Na imagem abaixo vemos uma mãe-enfermeira realizando uma visita a uma criança doente. Após o primeiro ano de intenso trabalho na formação de mães-enfermeiras, as religiosas se congratulavam com os resultados obtidos no socorro e na prestação de serviços a comunidade. Eis o que afirmaram as religiosas sobre estas atividades.

<sup>250</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 115-116.

<sup>251</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2004. p. 223-231

Para dar idéia da aceitação do trabalho, diremos que, uma delas, a senhora Amélia Amorim, aplicava em média cinco injeções por dia. A senhora Rosa de Souza “especializou-se” em banho de recém-nascido, sendo grande sua freguesia. Outro benefício do laureado Curso, é a observação que as enfermeiras fazem dos doentes e das suas necessidades, avisando-nos quando faz mister a visita da Irmã.<sup>252</sup>



**Figura 22:** Visita domiciliar feita por uma das alunas do Curso de Enfermagem Caseira – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

### 3.4 Desde pequeninos bons trabalhadores católicos.

A preocupação com a infância e seus índices de mortalidade emerge a partir do século XVIII na sociedade ocidental, quando a gerência da população aparece como um dos objetivos finais do governo. Segundo Michel Foucault, o objetivo do governo não é somente governar, mas melhorar a sorte da população, sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. Para alcançar tais objetivos, o governo lançará mão de uma série de ações que irão agir indiretamente sobre as pessoas sem que elas se deem conta, permitindo aumentar as taxas de natalidade, de seguridade, os fluxos de migrantes e, ao mesmo tempo, diminuir as taxas de

<sup>252</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

mortalidade, os surtos epidêmicos e endêmicos, etc.<sup>253</sup> Neste processo, a família passa a ser um instrumento privilegiado da arte de governar.

Dentre os problemas relativos à gerência da população, o destino das crianças, fossem elas ricas ou pobres, ocupou cada vez mais espaço entre as principais esferas de poder. Os profissionais da saúde foram os principais expoentes, neste contexto, alertando para a gravidade dos altos índices de mortalidade infantil para o desenvolvimento de uma nação. Segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins, foram os médicos europeus e norte americanos os primeiros a alertarem os governos de seus países para os problemas relacionados à defesa e à produtividade da nação ocasionados pelas altas taxas de mortalidade infantil. Estes profissionais deram os primeiros passos para institucionalização da Pediatria como especialidade médica fomentando a produção de um número infindável de publicações sobre as doenças infantis, em particular aquelas relacionadas à alimentação e à amamentação mercenária, defendendo a necessidade de ações médicas preventivas de caráter educativo, direcionadas para a instrução das mães.<sup>254</sup>

Os médicos brasileiros também foram pioneiros no combate a mortalidade infantil. Campanhas em defesa da saúde física e moral das crianças ganharam consideráveis espaços na sociedade brasileira no início do século XX. De acordo com o historiador James Wardsworth, este movimento está associado a duas questões: em primeiro lugar a pressão exercida pelos representantes das elites que julgavam que o governo deveria intervir na família com a finalidade de proteger os infantes e suas mães da pobreza e da miséria sob o pretexto de assegurar a riqueza e o progresso da jovem nação brasileira. Em segundo lugar, os fóruns de debates internacionais, tais como os Congressos Pan-americanos, que além de fornecer um ambiente privilegiado para a troca de informações e ideias, exercia considerável pressão política sobre o governo brasileiro exigindo que o mesmo tomasse uma posição com relação à assistência infantil.<sup>255</sup> Em tom de denúncia os médicos alardeavam para o público nacional o elevado número de óbitos existente entre crianças brasileiras. As que mais sofriam eram aquelas oriundas das camadas populares urbanas, que segundo os especialistas, eram acometidas pelas mais diferentes enfermidades. As causas gerais apontadas para ocorrência destes funestos acontecimentos entre a população pueril estavam sempre associadas ao estado

---

<sup>253</sup> FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 291.

<sup>254</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos Criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. In: **Revista História, ciências, saúde**. v. 15, n. 1. Rio de Janeiro: Manguinhos, 2008. p. 139.

<sup>255</sup> WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira da História**. v. 19, n 37. São Paulo, 1999. p. 104-105.

de miséria e ignorância atribuída a parte das famílias brasileiras, além negligência governamental que assistia imóvel a morte ceifar milhares de vidas infantis.

A cidade de Criciúma, durante décadas, teve um dos mais elevados índices de mortalidade infantil do estado de Santa Catarina. Para investigar as principais causas dos óbitos infantis no município e forjar um plano de ação com consideráveis impactos, o médico sanitарista Francisco de Paula Boa Nova Junior dedicou também um capítulo inteiro de seu relatório para o problema das mortes entre as crianças de 0 a 1 ano de idade. Segundo o médico sanitарista, ao chegar em Criciúma em 1944, o que mais lhe chamou atenção foram os constantes enterros de crianças ocorridos cotidianamente pelas ruas da cidade. Eis o que afirmou o sanitарista:

A mortalidade infantil foi outro problema grave que despertou nossa atenção em 1944, quando chegamos a Criciúma, pelo elevado número de enterros de crianças que eram diàriamente [sic] vistos pelas ruas da cidade (8 a 10, em média). Buscamos inicialmente as principais causas deste elevado índice de mortalidade infantil e encontrâ-mo-las, vitimando maior parte das crianças de 0 a 1 ano de idade, nas doenças gastro-intestinais (salmonelose e disenterias amebiana e bacilar, entre as mais freqüentes), doenças do aparelho respiratório (pneumonia e broncopneumonia, bronquite capilar, crupe, coqueluche e gripe), doenças infecto contagiosas em geral, e, principalmente, *sub-nutrição!*<sup>256</sup>

Segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins, por serem consideradas responsáveis diretas pelo bem e/ou pelo mal das crianças, as mães eram culpabilizadas pelas doenças e mortes que afligiam seus filhos. Para os médicos, muitas eram teimosas, ignorantes e apegadas a práticas da Medicina popular deixando seus filhos sucumbirem nas mãos de curiosos e comadres.<sup>257</sup> O sanitарista Francisco da Paula Boa Nova Junior compartilhava destas mesmas idéias:

É sumamente desagradável e doloroso relatarmos aqui que muitas criancinhas, em Criciúma, pereciam em grande número, há tem bom poucos anos e ainda perecem agora, em número bem menor, é verdade de *fome!* Isto no primeiro ano de vida, em virtude principalmente do descaso de seus próprios pais, da ignorância das suas mães, que sob a infundada alegação de que “seu leite era fraco”, desmamavam-nas logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno por pirão de farinha de mandioca, feito simplesmente de água.<sup>258</sup>

Visando combater esta prática há muito tempo arraigada entre as mães que residiam nas vilas operárias (sobretudo oriundas das famílias marisqueiras), os sanitарistas da cidade

<sup>256</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 22.

<sup>257</sup> MARTINS, 2008, op. cit., p. 139.

<sup>258</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 22.

passaram a difundir entre estas, os benefícios da amamentação para o desenvolvimento das crianças nos seus primeiros anos de vida. Para os médicos, a nutrição dos infantes passou a ser vista como a maior expressão do amor materno “sentimento este que, por sua vez, fora alçado à própria definição da mulher: a mulher que não amava seus filhos era uma aberração, uma criatura desnaturalada”.<sup>259</sup> Além dos benefícios fisiológicos, os médicos ainda exaltavam as benesses que o contato direto com a mãe produzia sobre os bebês em relação ao campo afetivo.

Além da ignorância e da miséria, o sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior ainda apontava outro fator que contribuía para a manutenção das elevadas taxas de mortalidade entre as crianças de Criciúma: a hereditariedade. Segundo o mesmo:

Constitue [sic] dever imperioso a conjugação de esforços para a geração dos normais, dos sadios e dos fortes e devemos empenhar a fundo para corrigir as múltiplas causas e fatores que concorrem para a decadência de uma raça, para o seu definhamento, para seu abastardamento, melhorando as qualidades físicas e psíquicas do indivíduo. Devemos, portanto, agir contra a progênie defeituosa e degenerada, que devido a hereditariedade, transmite estigmas à sua descendência.<sup>260</sup>

Imbuído de preceitos eugênicos Francisco de Paula Boa Nova Junior propõe que uma série de medidas fossem tomadas a fim de que se evitassem o nascimento de crianças “débeis”, prematuras ou doentes, tais como, os exames pré-nupciais, clínica pré-natal, higiene corporal, atividades físicas e intelectuais. Deste modo pretendia-se que as futuras mães ao seguirem este programa fossem capazes de gerar uma prole sadia “partindo do princípio de que o indivíduo está submetido à influência dos seus antepassados, à influência de seus antecessores diretos [...]”.<sup>261</sup>

Nesta “cruzada” de combate a mortalidade infantil unia-se ao médico sanitarista do DNPM Francisco de Paula Boa Nova Junior, o médico Manif Zacharias. Este por meio de uma série de reportagens publicadas no jornal Tribuna Criciumense realizava um diagnóstico dos problemas relativos à população infantil. De acordo com o articulista, Criciúma além de ser conhecida nacionalmente pelo carvão, era também lembrada pela elevada mortalidade infantil que traduzia a miséria de seu povo. Em uma destas matérias, o médico apresentava um quadro comparativo entre os índices estaduais e municipais, alertando para discrepância existente entre ambos. Segundo o mesmo, enquanto a média estadual ficava em torno de 31 a

<sup>259</sup> MARTINS, 2004, op. cit., p. 233.

<sup>260</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 24.

<sup>261</sup> Ibid. p. 24.

71 mortes a cada mil nascimentos vivos entre os anos de 1946 e 1956, neste mesmo período, o coeficiente de mortalidade infantil da cidade girava em torno de 80,3 a 133 a cada mil nascimentos vivos.<sup>262</sup>

Manif Zacharias da mesma forma que seu colega, aponta como prováveis causas para as mortes infantis a pobreza e a ignorância das famílias operárias. Em seus textos, todavia, os dois médicos não se referem aos elevados custos de um tratamento médico na cidade, o pequeno número de profissionais de saúde, a superlotação e a falta de leitos do hospital São José. Para reverter esta situação, os dois sanitaristas propunham um conjunto de ações: a ampliação e a construção de mais dois postos de puericultura, a instalação de um posto agropecuário com um número suficiente de vacas leiteiras, a ampliação do posto de abastecimento do SESI-SC, o tabelamento rigoroso dos preços dos alimentos, a construção de uma ala infantil no hospital São José, o combate ao charlatanismo e a difusão dos preceitos da higiene e puericultura para as mães através de cursos populares.

A Carbonífera Próspera S.A., em função do problema da mortalidade infantil, promoveu através do seu setor de serviço social um curso de puericultura que seria ministrado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência e patrocinado pelo SESI-SC. Apesar de não haverem estatísticas oficiais sobre este índice na vila operária Próspera, as fontes orais informam sobre este fato. Segundo Irmã Cláudia Freitas, no momento de sua chegada à vila “morria muita criança, no começo a gente estava lá em casa, e via passar caixãozinho, caixãozinho, caixãozinho”.<sup>263</sup> José da Silva também lembra de outros episódios envolvendo a morte de crianças. O mesmo afirmou: “era uma mortandade de crianças, os famosos enterrinhos, teve uma vez que em um dia morreram três crianças, três enterrinhos na minha rua”.<sup>264</sup>

Os “enterrinhos” mencionados por José da Silva era uma prática que ocorria nas vilas operárias da cidade. Na ocasião do falecimento de uma criança, os rituais fúnebres do velório ficavam sob a responsabilidade dos pais (o preparo do corpo, a decoração do local, as rezas, etc). Após estes rituais, as crianças do local acompanhavam os caixões até o cemitério e aguardavam o corpo ser sepultado. A participação dos chamados “anjinhos” no sepultamento do filho morto era uma forma de confortar os pais lembrando-os que seu ente querido devido

---

<sup>262</sup> MANIF, Zacharias. Mortalidade infantil em Criciúma. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 27 de maio de 1957. p. 07.

<sup>263</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>264</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

a sua inocência e pureza “iria para o céu”.<sup>265</sup> Existem relatos de que as crianças das vilas operárias mal retornavam de um “enterrinho” e tinham que regressar novamente para o cemitério para a realização de um novo sepultamento.

No curso de puericultura ministrado pelas Irmãs as mulheres da vila operária Próspera aprendiam a dar banho em recém-nascidos, a cuidar do cordão umbilical, a preparar alimentos adequados a cada fase da infância sempre priorizando o aleitamento materno, verificar a temperatura e a detectar os sintomas de algumas doenças. Mas o principal ensinamento do curso era que as mães deviam procurar o médico sempre que fosse necessário. As aulas ocorriam uma vez por semana na Casa Assistencial Imaculada Conceição. Olindina Demboski lembra sobre as aulas do curso:

Uma vez ela [Irmã Cláudia Freitas] pediu para eu levasse uma boneca grande, que a gente tinha loja, levei a boneca, ela disse que eu levasse uma boneca porque ela queria dar banho, fazer, ensinar como dar a mamadeira, que alimentos não eram permitidos, tudo ela ensinava para gente [...] ela ensinava a dar banho, como é que se lava, ensinava como é que se colocava o “cinteirinho”, tudo isso ela ensinava para gente.<sup>266</sup>

O banho ao recém-nascido juntamente com a amamentação eram os principais tópicos do curso. Orientadas pelos médicos, as religiosas difundiram a importância do leite materno para o desenvolvimento saudável das crianças. Segundo Olindina Demboski, “a Irmã Cláudia ensinava muito a gente a não dar aquela farinha de mandioca, para dar leite bom para as crianças, [...] tudo isso ela ensinava para a gente, a cuidar das criancinhas”.<sup>267</sup> O banho aos recém-nascidos foi palco de muitas discussões, pois muitas mães, por medo ou inaptidão protelavam ao máximo a execução desta tarefa. Com uma boneca ou com um bebê, a Irmã Cláudia Freitas ensinava como devia ser a temperatura exata da água, a posição exata de segurar e colocar o recém-nascido dentro da bacia, a desinfecção das mãos e dos utensílios do banho, etc. Após esta primeira fase, passava-se para os cuidados com o cordão umbilical. Segundo a religiosa “com a criança-recém nascida a gente tinha muito cuidado de mostrar a mãe como é que dava banho, como é que fazia o curativo, porque senão elas colocavam de tudo naquele umbigo”.<sup>268</sup> Abaixo imagem de uma mãe aprendendo a lavar seu filho no curso de puericultura.

<sup>265</sup> Sobre os rituais fúnebres infantis ver: VAILAT, Luiz Lima. Os funerais de “anjinhos” na literatura de viagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 22. n° 44, 2002. p. 365-392.

<sup>266</sup> OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>267</sup> Ibid.

<sup>268</sup> Irmã Cláudia Freitas. Entrevista já citada.



**Figura 23:** Curso de Puericultura, banho de recém-nascido – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Além dos recém-nascidos, as religiosas também fomentavam o banho entre as crianças mais velhas. Estas eram acostumadas a banhar-se apenas em banheiras, o que segundo as Irmãs não era suficiente, pois não realizava uma limpeza profunda. A pedido das religiosas foi construído no centro da vila operária um chuveiro público para as crianças, que acompanhadas ou sozinhas, fossem todos os sábados para aprenderem as regras de um bom banho. De acordo com a Irmã Cláudia Freitas, o banho nas crianças ocorria da seguinte forma:

[...] as crianças não tomavam banho direito, pois a água era pouca, então nós também pedimos para a Próspera um chuveiro e todos os sábados nós subíamos para dar banho nas crianças. [...] Então todos os sábados nós dávamos banho nas crianças, os menorezinhos lavávamos em grupo, e os maiores a gente, por respeito a eles, ensinava como se lavar quando estávamos dando nos pequenos, a gente mostrava como se lavava as orelhas direitinho, lavava bem atrás da orelha, o nariz também, a gente ensinava e brincava muito, era uma diversão. As mães desciam com um pedaço de pano pra gente enxugar, e com as roupas também, coitadas sempre com muita dificuldade. Nós fazíamos aquela festa, porque era uma verdadeira festa, o banho para aquelas crianças, eu colocava o avental, mas saía de lá toda molhada. Eram muitas crianças!



Abaixo imagem do chuveiro público onde as crianças da Vila Próspera tomavam seu banho no dia de sábado.



**Figura 24:** Dia de banho para as crianças – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Associadas na maioria das vezes à falta de higiene no ambiente doméstico, as moléstias infantis da primeira infância eram as grandes responsáveis pelos óbitos ocorridos na vila operária Próspera. Sendo assim, as religiosas ensinavam as mães a zelarem pela limpeza da casa esterilizando sempre que possível, através da fervura, os utensílios e roupas que fossem de uso infantil. Outra situação muito comum e que corroborava para os elevados índices de contaminação por verminose, era o convívio das crianças com animais domésticos tais como, vacas, porcos e cabras. Eis o que afirmou José da Silva:

O pessoal criava animais no meio da Operária, porco e tudo, se criavam os bichos soltos ali no meio da operária, cabritada, nunca vi tanto cabrito que tinha na Próspera, e o assoalho das casas não eram cercados, só tinham os pés do assoalho, aí os cabritos de noite iam para debaixo da casa, debaixo do assoalho, ficavam brigando ali, era uma cabritada, um barulho, [...] tinha muito cabrito naquele tempo, as pessoas criavam para tomar o leite e para matar também. Criava galinha em casa, pessoal tinha muita criação, o meu pai tinha sempre uma vaquinha, tinha uma

estrebria do lado de casa, ai pegava a vaquinha soltava lá, vendia leite para os vizinhos.<sup>269</sup>

Para os médicos da cidade, “a ignorância e a miséria, de mãos dadas, gerando promiscuidade entre crianças e [...] animais”, só tendia agravar ainda mais o quadro parasitário dos que residiam nas vilas operárias.<sup>270</sup> De acordo com o médico Francisco de Paula Boa Nova Junior, “num rápido inquérito por nós feito na maioria das residências dos mineiros, não encontramos uma só pessoa que nos afirmasse nunca haver eliminado vermes intestinais!”<sup>271</sup> Abaixo imagem do pátio de uma casa onde conviviam crianças e animais domésticos.



**Figura 25:** Vista parcial do pátio de uma casa operária onde se pode perceber o convívio de crianças e animais domésticos – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

<sup>269</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>270</sup> ZACHARIAS, 27 de Maio de 1957, op. cit., p. 07.

<sup>271</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 24.

No intuito de verificar se os preceitos de saúde, higiene e nutrição ensinados nos encontros de puericultura estavam sendo colocados em prática pelas mães, as Irmãs no dia das crianças (12 de outubro) promoviam um concurso de robustez entre os infantes da vila operária Próspera. Para o bebê poder participar do concurso e concorrer ao prêmio, que geralmente era um “presentinho”, a mãe deveria ter frequentado parte das aulas oferecidas no curso de puericultura e a criança possuir entre 6 e 12 meses. O concurso de robustez infantil se aproximava do sistema de gratificação-sanção analisado por Michel Foucault. A gratificação-sanção torna operante todo o processo de treinamento e correção, fazendo que toda a conduta fosse distribuída entre dois pólos extremos um positivo e outro negativo, esta funciona como uma estratégia de normalização. Tornando mais frequentes as gratificações do que as sanções, a disciplina procura destacar os bons comportamentos através de recompensas, tornando-os modelos para os demais.<sup>272</sup>

Estes concursos, ocorriam desde a década de 1930, em várias cidades do Brasil e, a partir de 1942 passaram a ser patrocinados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).<sup>273</sup> Os bebês participantes traduziam o ideal de saúde e beleza corporal da raça brasileira evocado pelos médicos no período. O concurso de robustez infantil tentava impor entre as camadas populares urbanas uma concepção de saúde infantil que dificilmente estas pessoas conseguiam implementar devido sua condição sócio-econômica. Abaixo imagem de bebês que participaram do concurso de robustez infantil na vila operária Próspera.

---

<sup>272</sup> FOUCAULT, 2007, op. cit., p. 149.

<sup>273</sup> Sobre a LBA ver: SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo. LBA: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: educ, 1989.



**Figura 26:** Concurso de robustez infantil – Dia das Crianças – Criciúma/SC (década de 1950).  
**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Muitas mulheres da vila operária Próspera não aceitavam a “educação” imposta pelas Irmãs. No álbum relatório apresentado ao SESI-SC, as religiosas descrevem situações onde mães se recusam a colocar em prática as noções de higiene recomendada pelas mesmas. Eis um exemplo:

Um operário chamou-nos à sua residência [...] para fazer curativo no seio de sua esposa. Encontramos um ambiente horrível. Sujeira por todo o canto. O recém-nascido de apenas dez dias, já se achava contaminado por “sapeco”. As outras quatro crianças inspiravam compaixão, tal o aspecto imundo que apresentavam. A cama onde repousava a mãe doente e o recém-nascido cheirava mal.

Oferecemos para dar banho nas crianças e limpar a casa, mas, a Sra. F. recusou e prometeu que faria ela mesma o trabalho.

No dia seguinte, ao chegar, deparamos, com toda a família de roupa trocada sem passar e, sem levar ao corpo nem uma gota d’água sequer. A distância não permitia uma visita diária a esta família. Contudo fizemos o que foi possível para encaminhá-los na higiene e conseguimos que o Sr. N. plantasse uma horta.

Dois meses após a nossa última visita, tivemos uma grande decepção. Encontramos o mencionado recém-nascido quase cego. Fazia quase um mês que ele não abria os olhos, porque aquele pus provindo da “sapeco” não era retirado foi colando as pálpebras até que a criança não pôde mais abrir os olhos.

Perguntamos a mãe porque ela deixou chegar àquê [sic] extremo, ao que ela respondeu candidamente: a gente não dá conta de limpar, limpa, limpa, limpa, e torna a sujar... Apenas esta a razão de deixar a pobre criancinha, condenada à cegueira. Fizemos o tratamento em casa, com aplicação de uma pomada de

penicilina. Oito dias após este tratamento a criança abria os olhos e a melhora veio se processando paulatinamente.<sup>274</sup>

Para preencher o tempo ocioso das crianças que “viviam nas ruas da vila e, que não iam à escola, só iam quando queriam”,<sup>275</sup> as religiosas implementaram atividades capazes de ocupar a semana inteira dos pequenos. Segundo Irmã Cláudia Freitas,

Naquele tempo não unia menino com menina, nem em pensamento, não unia, então as meninas eram cuidadas por outra Irmã e os meninos comigo, era uma grande quantidade, cerca de duzentos meninos e meninas.<sup>276</sup>

Divididos em dois grupos, as meninas ficaram sob a responsabilidade da Irmã Laurecina, enquanto os meninos, por serem a futura mão-de-obra da companhia mineradora e mais suscetíveis às “influências do meio, influências estas que dirigem suas ações”,<sup>277</sup> ficaram sob a tutela da Irmã Cláudia Freitas. Estas atividades eram pautadas nos ditames da Carta Encíclica *Pontifícia Obra da Santa Infância*, editada em 1946. A seguir as premissas destas atividades:

A Igreja nada deixa do que lhe é próprio ao prover para o corpo dessas crianças o alimento, o teto e o vestuário; embora não ignorando nem transcurando suas pequeninas almas, que, criadas pelo sopro de Deus, parecem refletir um raio de beleza celeste. Antes de tudo, portanto, ela se preocupa para que não seja contaminada a inocência dessas crianças e se providencie sua saúde eterna. Por essa razão surgiram inumeráveis instituições com o escopo de educar retamente a infância, de fazê-la crescer em íntegra beleza moral e de elevá-la, enquanto possível, para uma condição de vida, conforme as necessidades espirituais e materiais. Nesse providencial campo de atividade, como sabeis, são empenhadas com admirável cuidado não poucas comunidades religiosas masculinas e femininas; e sua intensa, sábia e vigilante obra contribui eficazmente para o bem da Igreja e da sociedade humana; o que não somente se atua com abundantes e salutareos resultados entre as nações civis, mas também [...] de modo especial a Pontifícia Obra da Santa Infância - possibilitam a tantas crianças a liberdade dos filhos de Deus, subtraindo-as do jugo do demônio e dos cepos da escravidão, enquanto as chama a uma forma de civilização superior.<sup>278</sup>

<sup>274</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

<sup>275</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>276</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>277</sup> BOA NOVA JUNIOR, 1953, op. cit., p. 24-25.

<sup>278</sup> VATICANO. Encíclica *Quemadmodum*, de 06 de janeiro de 1946.

Em meados de março de 1956 foi criado o Grupo das Violetas com reuniões semanais marcadas para as terças e quintas feiras. Durante os encontros, da mesma forma como ocorria com as mulheres adultas, as meninas aprendiam bordado (o conteúdo programático do curso abrangia o ponto de hastes, de margarida, rococó, ponto cruz, meio ponto, ponto corrente e cascado), pintura e tinham aulas de canto.<sup>279</sup> Em meio às conversas e aos bordados, Irmã Laurencina ensinava as meninas que estas deviam ser obedientes aos pais e ajudar a mãe nos afazeres domésticos, sem, todavia, esquecer suas obrigações com a Igreja Católica. Após o aprendizado de novos pontos, uma das meninas era sempre sorteada para rezar o terço.<sup>280</sup> Abaixo imagem de uma aula de bordado do Grupo das Violetas.



**Figura 27:** Grupo das Violetas – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Os trabalhos manuais realizados pelas meninas do Grupo das Violetas eram expostos para a comunidade como forma de premiar o empenho e a dedicação na execução dos projetos. As meninas produziam toalhas, panos de prato, fronhas e vestidinhos para bonecas. Este último artefato fazia parte do esmerado enxoval preparado para o batismo das bonecas, no qual as meninas apresentavam para toda a comunidade as roupinhas confeccionadas

<sup>279</sup> *ÁLBUM/Relatório*, 1955-1957, op. cit.

<sup>280</sup> *Ibid.*

durante as aulas. Estas, ao freqüentarem o curso ministrado pelas religiosas, aprendiam desde pequeninas que exerceriam a função de donas-de-casa. Abaixo imagem de uma exposição dos trabalhos executados pelas meninas da vila operária Próspera:



**Figura 28:** Exposição dos trabalhos – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Além do curso do Grupo das Violetas, as meninas freqüentavam outra atividade. Estas aguardavam durante todo o ano para executar a coroação da imagem da virgem Maria, que ocorria sempre no mês de maio, o mês das mães. Empenhadas em reverenciar a considerada pelos representantes da Igreja Católica como a representante de todas as mães do mundo, as crianças inicialmente decoravam o interior do prédio da igreja com flores, toalhas brancas e azuis. Posteriormente, vestidas de anjos as meninas seguiam à frente do cortejo que levava a imagem de Maria espalhando pétalas de rosas na direção do andor. As religiosas, ao difundirem para as meninas da vila operária Próspera o ideal mariano de vida, procuravam instituir entre as mesmas os valores e as práticas da mãe dedicada à família.

Para os meninos foram desenvolvidos um maior número de atividades — time de futebol, cuidados com a horta, criação de coelhos, banda musical e coral infantil — relacionados as sociabilidades masculinas e ao mundo do trabalho. Logo que estabeleceram

na vila operária Próspera, as religiosas tomaram contato com algumas práticas dos meninos. Eis o que as mesmas registraram no Relatório enviado ao SESI-SC:

Aos primeiros dias da nossa chegada a Próspera, veio visitar-nos tomados de curiosidade, uma turma de mais ou menos 50 meninos, sujos e maltrapilhos. Em conversa animada, contaram-nos as suas “façanhas” com toda desenvoltura, empregando uma linguagem baixa, deixando-nos entrever o estado deprimente de suas pequenas almas. Formou-se uma seqüência de denúncias: “\_Sabe Irmã Fulano rouba tanto peixe no caminhão!” “E você que rouba dinheiro do seu pai para comprar cachaça!” “Isto não sou sozinho, o fulano e sicrano também fazem!”. “É mentira Irmã eu só roubei torrãozinho lá na praça e laranja numa carroça!” E os despropósitos continuaram...<sup>281</sup>

Posteriormente, nos encontros, as Irmãs passaram a intercalar conselhos e orientações em relação à ética e ao mundo do trabalho “cuidadosamente dosadas, para não tolher a encantadora espontaneidade dos meninos”.<sup>282</sup> Estes passaram a então freqüentar a Casa Assistencial Imaculada Conceição que se transformou em uma espécie de parque infantil onde os meninos “chegavam a qualquer hora trepavam nas árvores, jogavam bola, etc”.<sup>283</sup> Abaixo imagem dos filhos dos operários da Carbonífera Próspera brincando no pátio da Casa Assistencial Imaculada Conceição :



**Figura 29:** Brincadeiras dos meninos no pátio da Casa Assistencial da Imaculada Conceição.

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

<sup>281</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

<sup>282</sup> Ibid.

<sup>283</sup> Ibid.



Mas era preciso modificar as práticas dos meninos consideradas inadequadas. A fim de alcançar este objetivo as Irmãs criaram então um time de futebol masculino, denominado *Esporte Clube Michel*. O time foi batizado com o referido nome em homenagem a madre fundadora da ordem religiosa “que em sua vida de apostolado teve especial amor aos meninos”.<sup>284</sup> Para poder participar dos treinos e disputar as competições o garoto tinha que ter uma boa conduta com os colegas, participar das missas, “tirar” notas boas e obedecer aos pais. A Irmã Cláudia Freitas era quem fiscalizava o comportamento de cada um dos integrantes do time. Primeiro e mais antigo clube de futebol infantil da vila operária Próspera, o Michel, recebia especial atenção das religiosas que confeccionaram para os jogadores uniformes e, freqüentemente, os levavam para disputarem torneios fora da vila. As crianças eram treinadas pelos próprios moradores da comunidade<sup>285</sup> que se empenhavam para ganhar os campeonatos infanto-juvenis. Abaixo imagem dos garotos que compunha o referido time.



**Figura 30:** Esporte Clube Michel – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Durante duas ou três vezes por semana, logo após as aulas, meninos da vila reuniam-se no campinho de várzea perto da estrada geral para realizar os treinamentos do time. Divididos

<sup>284</sup> ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, op. cit.

<sup>285</sup> O primeiro técnico foi Valmir Pires. Este foi substituído pelo operário João Ramos Ângelo que ficou à frente do time por muito pouco tempo. O último e mais duradouro treinadores foi o ex-seminarista Nilo de Oliveira que durante muito tempo foi o responsável por treinar os meninos.

por idade, estes mostravam uns aos outros os novos passes aprendidos, os dribles e as marcações. Os mais novos enfrentavam os mais velhos sempre sob o olhar atento da Irmã Cláudia Freitas. Os meninos passavam parte da tarde jogando futebol, longe dos perigos das ruas. Abaixo imagem de um treino do *Esporte Clube Michel*.



**Figura 31:** Dia de treino do Esporte Clube Michel – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

A prática de esportes entre os operários e suas famílias foi uma das atividades lazer mais difundida pelos representantes do SESI-SC nas regiões industriais do estado de Santa Catarina.<sup>286</sup> Através dos exercícios físicos os trabalhadores desenvolviam o sentimento de equipe e de solidariedade, além de cultivarem um corpo sadio apto para as atividades laborais. Este tipo de recreação ocupava o tempo livre dos operários afastando-os de práticas consideradas improdutivas e moralmente duvidosas, tais como, festas no quintal da casa, campeonatos de carteados nos bares e a prática da prostituição. A instituição de um time de futebol infantil demonstrava a preocupação que a empresa mineradora tinha com o futuro dos meninos. Para a historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca, a introdução da recreação

---

<sup>286</sup> O SESI em Santa Catarina, 1954, op. cit., p. 09.

infantil nas vilas operárias era a maneira mais eficaz de afastar as crianças desde cedo dos focos de maus hábitos, vícios e criminalidade.<sup>287</sup>

A ética trabalho também foi difundida pelas religiosas para os meninos. Como afirmamos, a religiosas possuíam na Casa Assistencial Imaculada Conceição uma pequena horta. Esta ficava sob a responsabilidade dos meninos que todos os dias, divididos em grupos, iam até o local para capinar, regar e colher as verduras e os legumes que, depois, seriam vendidas ou divididas entre os mesmos. Próximo a horta as Irmãs instalaram um grande viveiro de coelhos. Os animais eram alimentados pelos meninos. Com estas tarefas procurava-se introduzir um senso de responsabilidade entre os varões. Irmã Cláudia Freitas afirmou o seguinte sobre estas duas atividades:

Além da horta que nós tínhamos lá em casa, fizemos também uma criação de coelhos, fizemos uma série de atividades com os meninos para ele terem uma atividade e aprender também a trabalhar, isso era mais para aqueles que estavam nas ruas.<sup>288</sup>

Ocupar o tempo vago dos meninos, como afirmamos, era prioridade para as religiosas. Nos dias em que não havia treinos do time de futebol, estes participavam dos ensaios do coral denominado *Canários da Próspera*. O coral se apresentava por toda a região carbonífera e era responsável por cantar na missa de *Angelis*. Ainda no âmbito das atividades musicais, as religiosas, em parceria com o maestro Altair Cascaes, fundaram a *Banda Musical Filho do Mineiro*. Segundo a educadora Giani Rabelo, a banda contava com 25 músicos que tinham entre 10 e 17 anos, todos filhos de trabalhadores da indústria do carvão. Com o passar do tempo e o empenho do maestro, a bandinha infanto-juvenil passou a gozar de grande prestígio na região, sendo chamada para tocar nos mais diversos eventos festivos, desde festas paroquiais até bailes de carnaval. A Irmã Cláudia Freitas condenava a participação das crianças e jovens em festas mundanas. A freira passou a procurar as famílias dos integrantes da banda aconselhando-as a não deixarem seus filhos cantarem em bailes. Todavia, esta não teve êxito.<sup>289</sup>

A preparação para a primeira comunhão é um dos importantes ritos da Igreja Católica. Para poder participar das atividades recreativas promovidas pelas religiosas era imperativo que meninos e meninas, independente de sua idade, participassem da catequese onde eram instruídos a levarem uma vida baseada em valores cristãos. Separados por sexos, os infantes

<sup>287</sup> DECCA, 1990, op. cit., p. 61.

<sup>288</sup> CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

<sup>289</sup> RABELO, 2007, op. cit. p. 281-283.

aprendiam suas obrigações com a Igreja Católica e a comunidade, através de ensinamentos sacramentais e da vida devotada dos santos e santas. Os cerca de duzentos infantes tinham suas condutas avaliadas pelas freiras no qual os mais bem comportados e dedicados as suas obrigações litúrgicas serviam de exemplo para os demais. Além das aulas de catequese que aconteciam aos sábados na antiga capela de madeira, as crianças e os jovens tinham também que comparecer todos os domingos a missa. A frequência dos mesmos a este outro ritual era anotada em uma carteirinha de controle. Abaixo imagem de crianças da vila operária Próspera que realizaram a chamada primeira comunhão.



**Figura 32:** Procissão da primeira comunhão – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

Apesar das diversas atividades recreativas desenvolvidas pelas religiosas para ocupar o considerado tempo ocioso das crianças, estas continuaram realizando suas tarefas com o intuito de ajudar os seus pais no orçamento da família. Meninos e meninas trabalhavam como almoçeiros, ou seja, levando as refeições dos trabalhadores até as bocas de minas para ganhar em troca alguns tostões. Os meninos, por sua vez, também exerciam a atividade de engraxate,

entregador de pães, vendedor de frutas e de doces nas ruas da vila operária Próspera.<sup>290</sup> As meninas ajudavam as suas mães nas atividades domésticas. Abaixo imagem dos almoçeiros indo entregar o farnel de alimentos para os operários nas bocas das minas.



**Figura 33:** Almoçeiros/as – Criciúma/SC (década de 1950).

**Fonte:** Álbum/Relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

A rua, porém, continuou sendo um dos espaços das crianças. Na ponta-da-pedra, o ponto de encontro infantil da vila operária Próspera, longe do olhar dos adultos, especialmente, das religiosas estes brincavam. Segundo José Silva, “a gente tinha que inventar, a ponta da pedra é como se fosse um ponto de encontro ali no bairro, onde a gente ia muito brincar, descer de carretilha, em cachopa de coqueiro, lá a gente só brincava”.<sup>291</sup>

<sup>290</sup> Sobre as relações de trabalho infanto-juvenil no período ver: AREND, Silvia Maria Fávero. **Legislação menorista para o trabalho:** infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). *Caderno Espaço Feminino*, v 17, n.01, jan./jul. 2007, p. 269-292.

<sup>291</sup> JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a minha infância escutava sobre o quão importante foi o carvão para economia da cidade de Criciúma. Mas nada falavam sobre como eram os trabalhos no interior das minas, como viviam os moradores dos bairros operários, porque os rios que atravessam as terras do município eram alaranjados e porque só os mineiros se aposentavam tão cedo e com aquela aparência de velho. Nesta dissertação procurei dar conta de algumas destas indagações...

A instalação de diversas companhias mineradoras na região, entre 1930 e 1960, fez com que um contingente de pessoas abandonasse seus trabalhos no campo e na pesca para dedicarem-se as atividades industriais. Para alojar estes novos trabalhadores foram construídas em diversos pontos da cidade vilas operárias. Segundo o discurso médico sanitarista, as vilas caracterizavam-se pelo desabastecimento de gêneros alimentícios, pela falta de água e coleta de esgoto, pelos surtos de doenças infecto contagiosas, etc. Estes considerados problemas sanitários eram apontados pelos médicos como os motivadores da baixa produtividade do operário do setor carbonífero.

Com o intuito de reverter esta situação os governos federal, estadual, municipal juntamente com as mineradoras instituíram um conjunto de políticas sociais. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), primeira autarquia a se instalar em Criciúma, priorizou em um primeiro momento a fiscalização e o controle da produção carvoeira. Anos mais tarde, esta instituição direcionou sua atenção também para o setor social através da construção de uma rede coletora de água, campanhas de vacinação, controle de epidemias, dragagem e drenagem dos rios da cidade.

Da mesma forma que em outras regiões do país o saber médico foi fundamental no processo de introdução de políticas sociais. Francisco de Paula Boa Nova Junior, médico sanitarista, realizou uma ampla análise dos aspectos sociais da cidade, bem como traçou estratégias que visavam melhorar as condições sanitárias da população da vila operária Próspera, o mais populoso bairro de Criciúma.

A Carbonífera Próspera S.A., sob a administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que adquiriu a mineradora em 1953, iniciou uma série de atividades na tentativa de tornar seus operários mais produtivos. Para desenvolver as ações relativas a assistência, a empresa mineradora, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), contratou as religiosas pertencentes a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Em uma localidade onde a maioria dos habitantes professava a fé católica seria mais fácil propor mudanças de valores e práticas a partir das ações das religiosas. As Pequenas Irmãs da Divina Providência efetuaram um conjunto de ações que objetivam, sobretudo, difundir os preceitos da norma familiar burguesa para os homens, mulheres e crianças que habitavam na vila operária Próspera. Após algumas décadas, verifica-se que algumas destas famílias conseguiram ascender socialmente.

Acabamos esta pesquisa com a certeza que conseguimos responder, mesmo que parcialmente, algumas das indagações. Sabemos que o tema pode ser abordado através de outras abordagens, tais como, a das relações de gênero, relativas à etnia, a geração, a religião, etc.. Outras versões poderão vir a ser escritas...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**A Batalha do Carvão: subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Carvão, 1950.

AREND, Silvia Maria de Fávero. **Relações de gênero e desigualdade em um programa social para infância e juventude pobre (Florianópolis, Brasil 1930).** in: Revista Venezolana de Estudios de Género. Vol. 07. Nº 01. Mérida: Universidad de Los Andes, 2007. p. 97 – 113.

\_\_\_\_\_. **Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (1930).** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

AZZI, Riolando. **A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos.** São Paulo: Editora Paulinas, 1983.

BELOLLI, Mario; et all. **A história do carvão em Santa Catarina 1790 - 1950.** Volume 1. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da História:** as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

CAMPOS, César. **Territórios deslizantes:** recortes, miscelâneas e exposições da cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CAPONI, Sandra. Corpo, população e moralidade na História da Medicina. In: **Revista Esboços**. Chapecó: UFSC, 2002. p. 69-86.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2:** morar, cozinhar. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

COELHO, José Guerra Pinto; PORTUGAL, Henrique Furtado. **Higiene e puericultura.** Volume 3. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1967.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica norma familiar.** 5ª edição. Rio de Janeiro: edições Graal, 2004.

COSTA, Marli de Oliveira. **Artes de Viver:** Recriando e reinventado espaços, memórias das famílias mineiras da vila operária próspera, Criciúma (1945/1961). Florianópolis: UFSC, 1999.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. **Macho a qualquer custo.** Investigação das relações de gênero através da análise de processos criminais. Uberlândia, 1975. In: Caderno espaço feminino, vol 13, n 16. Uberlândia: CDHIS, 2005.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de trabalhadores na República São Paulo – 1889/1940.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In: **Projeto História.** São Paulo: EDUC, 1998.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Presença, 1975.

FÁVERI, Marlene de. **Guerra e papéis masculinos: reflexões na perspectiva de gênero**. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Londrina: ANPUH: 2005.

FILHO, Alcides Goulart. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2004.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 11. ed Petrópolis: Vozes, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases de saúde Pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral**. IN: (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Revista Projeto História**, n. 17, 1998.

MALUF, Sônia. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Reconditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos Criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. In: **Revista História, ciências, saúde**. v. 15, n. 1. Rio de Janeiro: Manguinhos, 2008. p. 135-154.

\_\_\_\_\_. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MIRANDA, Antônio A. de; SELAU, Maurício da Silva. **Bairro da juventude**: 50 anos de história a filantropia na poeira do carvão. Criciúma, SC: UNESC, 2003.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1880-1975), cidade, modernidade e vida urbana. Criciúma: Unesc, 2002.

NEVES, Frederico Castro. Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na era Vargas. in: **Revista Brasileira de História**. Volume 21. Número 40. São Paulo: ANPUH, 2001.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida religiosa nos meios populares**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

O SESI e a sua história, harmonizando capital e trabalho. S/D.

**O SESI em Santa Catarina**. In: Revista Paulista de Indústria. Separata nº 26, de setembro de 1954.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PROST, Antoine. **Fronteiras e espaços do privado**. In: (Orgs) PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. História da vida privada 5: Da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RABELO, Giani. **A longa resistência**: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: FILHO, Alcides Goulart (org). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

\_\_\_\_\_. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré a o Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEGALEN, Martine. **A revolução industrial**: do proletário ao burguês. in: (Orgs) BURGUIÈRE, André; et all. História da família: o ocidente: industrialização e urbanização. Volume 4. Lisboa: Terramar, 1999. [a]

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999. [b]

SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1975.

SILVA, José da. **Lembranças...Quantas lembranças**. in: (Orgs) SILVA, José da; Patrício, José de Souza. Semente de luz em terra próspera: o bairro Próspera no tempo das freiras. Criciúma: Produção própria, 2001.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA: identidade e efetividade das ações do enfrentamento da pobreza brasileira**. São Paulo: educ, 1989.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da Cidade**: poder e imaginário das elites em Criciúma. Dissertação de Mestrado: Florianópolis, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAILAT, Luiz Lima. Os funerais de “anjinhos” na literatura de viagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 22. nº 44, 2002. p. 365-392.

VASSEUR, Paul. **Protection de l'enfance et cohésion sociale du IVe au XXe siècle**. Paris: L'Harmattan, 1999.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira da História**. v. 19, n 37. São Paulo, 1999.

## **2. Fontes Documentais**

### **2.1 Impressas:**

#### **2.1.1 Jornais**

Atenção mães e esposas! Atenção pais de família. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 8 de julho de 1957. p. 03.

Aviso á população. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 8 de março de 1957. p. 01.

BELOLLI, Mário. Carbonífera Próspera tem sede transferida do Rio para Criciúma. Coluna JM Memória. **Jornal da Manhã**, Criciúma 19 de Fevereiro de 1998. p. 11.

BELOLLI, Mário. Sociedade Carbonífera Próspera Ltda tem origem em Urussanga. Coluna JM Memória. **Jornal da Manhã**, Criciúma 28 de Janeiro de 1998. p. 10.

Capital dos pedintes. **Jornal de Criciúma**, Criciúma, 17 de Junho de 1962. p. 06.

Comissão Executiva do Plano do Carvão terá sede em Criciúma. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 27 de Março de 1961. p. 03.

FERNANDES, Juarez. Alcoolismo (ou etilismo, para os alcoólatras granfinos). **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 14 de abril de 1960. p. 03.

Grandioso plano de assistência social para a região carbonífera. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 23 de Maio de 1955. p. 01

Insensibilidade das autoridades ante a podridão dos prostíbulos: Da “Maracangalha”. **Jornal de Criciúma**. Criciúma, 17 de Junho de 1962. p. 01.

MANIF, Zacharias. Mortalidade infantil em Criciúma. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 27 de maio de 1957. p. 07.

MANIF, Zacharias. Mortalidade infantil em Criciúma. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 03 de abril de 1957. p. 07.

Menores: um problema importante da cidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 02 de Junho de 1962. p. 03.

Menores pedintes. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 04 de Novembro de 1957. p. 03.

Mocinhas ladras as voltas com a polícia. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 25 de Dezembro de 1962. p. 04.

O drama do menor abandonado. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 22 de Fevereiro de 1960. p. 01.

Posto do SESI. **Folha do Povo**, 26 de Outubro de 1951. p. 06.

Será construída, em Santa Augusta, neste município a “cidade dos mineiros”. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 27 de Julho de 1957. p. 03.

Subvenções e dotações do governo federal para o exercício de 1956, às instituições filantrópicas e educacionais do sul catarinense. **Tribuna Criciumense**, Criciúma 06 de Fevereiro de 1956.

VIANA, Waldyr. O que é o SESI. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 24 de Maio de 1958. p. 09.

VIANA, Waldyr. O que é o SESI. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 31 de Maio de 1958. p. 05.

### 2.1.2 Relatórios

AMARAL, Irnak Carvalho. **Relatório a diretoria 1952**. Boletim n° 100. DNPM: Rio de Janeiro, 1954.

AMARAL, Irnak Carvalho. **Relatório a diretoria 1953**. Boletim n° 101. DNPM: Rio de Janeiro, 1955.

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. **Problemas médicos –sociais da indústria carbonífera sul catarinense**. Boletim N° 95. Rio de Janeiro: DNPM, 1953.

DUTRA, Eugênio Bourdot. **Relatório a diretoria 1955, 1956, 1957**. Boletim n° 104. DNPM: Rio de Janeiro, 1962.

DUTRA, Eugênio Bourdot; AMARAL, Irnak Carvalho. **Relatório a diretoria 1958, 1959, 1960**. Boletim n° 113. DNPM: Rio de Janeiro, 1962.

ERICHSEN, Alberto Ildelfonso. **Relatório a Diretoria 1947**. Boletim n° 83. Rio de Janeiro: DNPM, 1948.

ERICHSEN, Alberto Ildelfonso. **Relatório a diretoria 1948**. Boletim n° 87. DNPM: Rio de Janeiro, 1950.

ERICHSEN, Alberto Ildelfonso. **Relatório a diretoria 1949**. Boletim n° 90. DNPM: Rio de Janeiro, 1951.

ERICHSEN, Alberto Ildelfonso. **Relatório a diretoria 1950**. Boletim n° 93. DNPM: Rio de Janeiro, 1952.

LISBÔA, Joaquim Miguel Arrojado. **Considerações sobre o problema carvoeiro em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: DNPM, 1940.

MOREIRA, Manoel. **Higiene das Minas de Carvão do Estado de Santa Catarina**. Boletim n° 92. Rio de Janeiro: DNPM, 1952.

OLIVEIRA, Avelino Ignácio. **Relatório da diretoria 1943**. Boletim n° 75. Rio de Janeiro: DNPM, 1945.

ROCHA, José Fiuza da; SCORZA, Evaristo Pena. **Estratigrafia do carvão em Santa Catarina**. Boletim 104. Rio da Janeiro: DNPM, s/d.

### 2.1.3 Legislação

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.886 de 11 de junho de 1953. Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.

BRASIL. Decreto-lei nº 36.745, de 3 de janeiro de 1955. Aprova o regimento da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.353 de 20 de dezembro de 1957. Prorroga a vigência da Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953, que aprova o Plano do Carvão Nacional, e dispõe sobre sua execução, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei 4.122, de 27 de agosto de 1962. Autoriza a União a constituir uma sociedade de economia mista de ações, que se denominara Siderúrgica de Santa Catarina S/A (SIDESC) e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei nº 20.089, de 31 de dezembro de 1931. Regula as condições para o aproveitamento do carvão nacional.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.828 de 21 de julho de 1937. Eleva de 10 para 20 % a quota obrigatória de consumo do carvão nacional, de que trata o artigo 2º do Decreto nº 20.089.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.964, de 3 de Novembro de 1943. Reserva todo o carvão metalúrgico de Santa Catarina a Usina de Volta Redonda.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.613, de 25 de agosto de 1942. Institui, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional e dá outras providências.



BRASIL. Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. Estabelece o código de minas brasileiro.

#### **2.1.4 Encíclicas**

VATICANO. Carta Encíclica *Evangelii Praecones*, 2 de junho de 1951. Fomenta as missões em todo mundo.

VATICANO. Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, de dezembro de 1965. Sobre a Igreja no mundo atual.

VATICANO. Carta Encíclica *Perfectae Caritatis*, 28 de outubro de 1965. Dispõe sobre a renovação da vida religiosa.

VATICANO. Carta Encíclica *Quemadmodum*, de 06 de janeiro de 1946. Sobre a assistência as crianças indigentes.

VATICANO. Carta Encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891. Sobre a condição dos operários.

VATICANO. Carta Encíclica *Sacra Virgitas*, de 25 de Março de 1954. Dispõe a importância da virgindade no meio cristão.

#### **2.1.5 Fontes orais**

CLÁUDIA FREITAS: Depoimento [05 de outubro de 2007]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

ILDA PIZZETTI: Depoimento [31 de junho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008

JOSÉ DA SILVA: Depoimento [02 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

MARIA AMÂNCIO ALVES: Depoimento [01 de julho de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

OLINDINA DEMBOSKI: Depoimento [08 de outubro de 2008]. Entrevistador Ismael Gonçalves Alves. Criciúma: Acervo pessoal, 2008.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)